

Robert Bonifácio da Silva

**Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe:
2004-2012**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (DCP)

Belo Horizonte, março de 2014.

Robert Bonifácio da Silva

**Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe:
2004-2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para a obtenção do
título de doutor em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria política
Linha: Teoria democrática contemporânea

Orientadora: Mônica Mata Machado de Castro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (DCP)

Belo Horizonte, março de 2014.

320
S586c
2014

Silva, Robert Bonifácio da

Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe [manuscrito]: 2004-2012 / Robert Bonifácio da Silva. - 2014.

178 f.

Orientadora: Mônica Mata Machado de Castro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciência política – Teses. 2. Participação política - Teses. 2. Corrupção - Teses. I. Castro, Mônica Mata Machado de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Robert Bonifácio da Silva

Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe:

2004-2012

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para a obtenção do
título de doutor em Ciência Política.

APROVADA: 07 de março de 2014.

Prof^a. Mônica Mata Machado de Castro (Orientadora)

Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP-UFMG)

Prof. Mario Fuks (DCP-UFMG)

Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro (DCS-UEM)

Prof. Lucio Remuzat Rennó Júnior (Ipol-UnB)

Às senhoras do meu destino:

Minha mãe, Cida.

Minha avó, Luzia (in memoriam).

Minhas mestras, Rachel e Mônica.

Agradecimentos

Agradeço a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), que, por meio da concessão de bolsa de doutorado, permitiu-me a sobrevivência e a dedicação aos estudos.

Não chegaria até aqui se não fosse o apoio de minha família, em especial, de minha mãe (Cida), meu pai (Antônio) e meu irmão (Robson). Vocês são os alicerces de minha vida, obrigado por me ajudarem a realizar meus sonhos.

Sou grato à minha orientadora, Mônica, por ter aceitado me orientar na pesquisa e por ter compartilhado comigo seu vasto conhecimento sobre ciência política e metodologia científica. Foi uma honra conviver contigo durante esses cinco anos.

Agradeço aos amigos e às amigas que fiz ao longo de trinta anos, entre idas e vindas a Cataguases, Viçosa, Campinas e Belo Horizonte. Impossível nomeá-los nesse momento, mas jamais esquecerei do companheirismo e dos ensinamentos que sempre me ofertaram. Também agradeço aos primos e as primas, vocês são muito especiais para mim!

Minha orientadora e os amigos Frederico Batista Pereira e Rafael Oliveira Paulino foram interlocutores essenciais para o resultado desse trabalho. Sem a ajuda deles, certamente a tese teria mais limitações que as existentes. Muito obrigado!

Agradeço também aos pesquisadores e as pesquisadoras do CECOMP (Centro de Estudos do Comportamento Político da UFMG), em especial ao Prof. Mario Fuks, pelas valiosas contribuições aos trabalhos que apresentei no centro de estudos.

Por fim, agradeço a gentileza de todos os membros da banca examinadora, por aceitarem o convite. A leitura atenta e as críticas pertinentes sobre o trabalho contribuem muito para o meu amadurecimento intelectual.

RESUMO

Investiga-se o papel da corrupção na participação política entre americanos e caribenhos, a partir de análise teórica e empírica. São utilizados os dados do “Barômetro das Américas” das rodadas de 2004, 2006-7, 2008, 2010 e 2012. A partir de discussão de estudos na área de participação política, sugere-se uma definição e selecionam-se indicadores empíricos. Identifica-se uma natureza multidimensional da participação política, com a presença de cinco modalidades distintas: ativismo comunitário, ativismo eleitoral, contato com atores políticos e governamentais, comparecimento eleitoral e ativismo de protesto. São utilizados dois indicadores de corrupção: experiência com corrupção e intolerância à corrupção. Nota-se ser comum a intolerância que a experiência. Em testes estatísticos, observa-se que experiência com corrupção tem efeito positivo na participação e que intolerância à corrupção possui efeito negativo, sendo os resultados dissonantes ao predominante na literatura especializada.

ABSTRACT

The research investigates the role of corruption in political participation among Americans and Caribbeans from theoretical and empirical analysis. The rounds of 2004, 2006-7, 2008, 2010 and 2012 of "America's Barometer" are used. By discussion of studies on political participation, we suggest a definition and select up empirical indicators. The multidimensional nature of political participation is detected, with the presence of five distinct forms: community activism, electoral activism, contact with political and governmental actors, voter turnout and activism of protest. Two indicators of corruption are used: experience and intolerance with corruption. We note that intolerance is more frequently than experience. In statistical tests, we observe that experience with corruption has a positive effect on participation and that intolerance has a negative effect, being the predominant discordant results with the specialized literature.

SUMÁRIO

1- Introdução	p. 18
2- Mapeando a participação política	p. 28
2.1- <i>Conceituação e definição de participação política</i>	p. 29
2.1.1- A relevância da conceituação na ciência	p. 29
2.1.2- Definições e classificações de participação política	p. 31
2.1.3- Uma proposta de definição	p. 42
2.2- <i>Participação política: tipificação e frequência entre 2004 e 2012</i>	p. 45
3- Fatores explicativos: condições socioeconômicas e demográficas	p. 65
3.1.1- <i>Escolaridade e renda</i>	p. 69
3.1.2- <i>Sexo, idade e raça</i>	p. 78
3.1.3- <i>Região de moradia</i>	p. 85
4- Corrupção e orientações políticas	p. 88
2.1- <i>Corrupção: conceituação, medidas e frequência</i>	p. 91
2.2- <i>Corrupção e orientações políticas</i>	p. 104
5- Corrupção e participação política: análise dos dados	p. 113
5.1- <i>Corrupção e participação política: cruzamento de dados</i>	p. 114
5.2- <i>Corrupção e participação política: análise dos resultados das regressões</i> <i>logísticas</i>	p. 118
5.2.1- <i>Ativismo comunitário</i>	p. 121
5.2.2- <i>Ativismo eleitoral</i>	p. 122
5.2.3- <i>Contato com atores políticos e governamentais</i>	p. 123
5.2.4- <i>Comparecimento eleitoral</i>	p. 124
5.2.5- <i>Ativismo de protesto</i>	p. 126

5.3- *Tendências dos efeitos das variáveis explicativas, validade das hipóteses formuladas e o papel do contexto na determinação da participação política* ----- p. 133

6- Considerações finais ----- p. 145

Referências ----- p. 154

Quadros

Quadro 1- Tipos e hierarquia das atividades políticas proposta por Milbrath (1965) -----	p. 33
Quadro 2- Grupos de atividades participativas sugeridas por Huntington e Nelson (1976) -----	p. 34
Quadro 3- Tipologia do repertório de ação política, proposta por Barnes et al (1979) -----	p. 35
Quadro 4- Quadro 4- Indicadores de participação política -----	p. 44
Quadro 5- Tipos ou modalidades de participação política e suas variáveis constituidoras -----	p. 49
Quadro 6- Perfis sociais mais propensos à participação, por modalidade de participação política -----	p. 140

Tabelas

Tabela 1- Série temporal dos percentuais médio dos diferentes níveis de liberdade, por países e continentes (1973-2013) -----	p. 20
Tabela 2- Tipos de participação política sugeridos por Pizzorno (1975) -----	p. 41
Tabela 3- Análise fatorial exploratória com variáveis indicadoras de participação política -----	p. 50
Tabela 4- Frequência e <i>ranking</i> das atividades participativas entre americanos e caribenhos -----	p. 55
Tabela 5- Lista de países com cidadãos mais e menos ativos em todas as atividades participativas -----	p. 57
Tabela 6- Lista de países com cidadãos mais e menos ativos por tipo de atividade participativa -----	p. 58
Tabela 7- Quantidade de envolvimento em atividades participativas por rodada, em percentuais -----	p. 59
Tabela 8- Frequência e <i>ranking</i> de atividades participativas entre africanos (em %) -----	p. 63
Tabela 9- Frequência e <i>ranking</i> de atividades participativas entre europeus e israelenses (em %) -----	p. 64
Tabela 10- Experiência com situações de pedido de propina: países com cidadãos mais e menos afeitos e média percentual geral para cada rodada -----	p. 104
Tabela 11- Intolerância à propina, dada a situação vigente: países com cidadãos mais e menos afeitos e média percentual geral para cada rodada -----	p. 104
Tabela 12- Tipos de participação política por rodada (% e N) -----	p. 114
Tabela 13- Cruzamento de dados entre experiência com corrupção e tolerância à corrupção, para o conjunto dos casos (%) -----	p. 116
Tabela 14- Cruzamento de dados entre experiência com corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%) -----	p. 117
Tabela 15- Cruzamento de dados entre tolerância à corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%) -----	p. 117
Tabela 16- Cruzamento de dados entre intolerância à corrupção, experiência com corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%) -----	p. 117
Tabela 17- Categorias das variáveis explicativas utilizadas nos testes de regressão -----	p.119

Tabela 18- País de referência por tipo de participação e rodada de pesquisa -----	p. 119
Tabela 19- Preditores logísticos de ativismo comunitário -----	p. 128
Tabela 20- Preditores logísticos de ativismo eleitoral -----	p. 129
Tabela 21- Preditores logísticos de contato com atores políticos e governamentais -----	p. 130
Tabela 22- Preditores logísticos de comparecimento eleitoral -----	p. 131
Tabela 23- Preditores logísticos de ativismo de protesto -----	p. 132
Tabela 24- Síntese dos efeitos das variáveis explicativas sobre as indicadoras de cada modalidade de participação política -----	p. 133
Tabela 25- Média de frequência e <i>ranking</i> dos países nos cinco tipos de participação política, considerando todas as rodadas (% entre parêntesis) -----	p. 142
Tabela 26- Valores preditos e <i>ranking</i> dos países nos cinco tipos de participação política, considerando todas as rodadas (% entre parêntesis) -----	p. 143
Tabela 27- Informações sobre constante e coeficientes das regressões logísticas binárias, por cada rodada -----	p. 144

Apêndice A: Amostra das pesquisas por país e ano

Tabela 1- Tamanho da amostra por país e rodada ----- p. 162

Apêndice B: Descrição das variáveis

Descrição das variáveis indicadoras de participação política e de corrupção ----- p. 163

Apêndice C: Frequência e *ranking* de variáveis

Tabela 1- Frequência e *ranking* de variáveis de participação política ----- p. 167

Tabela 2- Frequência e *ranking* da variável sobre experiência com corrupção ---- p. 174

Tabela 3- Frequência e *ranking* da variável sobre intolerância à corrupção ----- p. 175

Tabela 4- Frequência das modalidades de participação política ----- p. 176

Tabela 5- *Ranking* de países por atividade participativa e por modalidade de participação política ----- p. 177

Apêndice D- Valores preditos

Tabela1- Valores preditos, por país e rodada ----- p. 178

1- INTRODUÇÃO

A democracia, entendida tanto como um ideal a ser seguido (dimensão normativa) quanto um tipo de regime político (dimensão analítica), encontra-se, atualmente, disseminada ao redor do mundo. Varias evidências suportam essa afirmação. Norris (2011), por exemplo, identifica elevadas taxas de preferência pelo regime político democrático em relação aos demais tipos, até mesmo entre indivíduos de países que ela classifica como autocráticos: Rússia (66%), Irã (90%), Iraque (90%), Tailândia (93%), Vietnã (94%) e China (95%). Nesse mesmo trabalho, a autora destaca a importância conferida ao modo democrático de governar. Numa escala de zero a dez, o desejo de ser governado de forma democrática atinge a média de 8,9, 8,4, 8,6 e 8,4 entre os indivíduos que vivem em conjuntos de países classificados como “antigas democracias liberais”, “novas democracias liberais”, “democracias eleitorais” e “autocracias”, respectivamente.¹

Em relação aos regimes políticos, Moisés (1992) reconhece a relevância histórica das revoluções socialistas, mas sustenta que a grande personagem do século XX foi a democracia, concordando com o termo utilizado por Pasquino (1990) para caracterizar a vida política do período: “festa da democracia”. Huntington (1994) oferece uma análise mais aprofundada da questão, sugerindo que o mundo passou, desde meados do século XIX até fins do século XX, por fases de transformação de regimes políticos não democráticos em regimes democráticos, o que ele chama de “ondas de democratização”.²

¹ Para maiores detalhes sobre as classificações dos países e sobre os dados, consultar o capítulo cinco da referida obra.

² A completa definição de “ondas de democratização” é a seguinte: “um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período. Uma onda normalmente envolve também liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos que não se tornam completamente democráticos.” (HUNTINGTON, 1994, p.23).

A tese do crescimento paulatino do número de países democráticos é, em certa medida, reforçada por estudos da *Freedom House*.³ A organização pesquisa desde 1973 o nível de liberdade dos países, classificando-os como “livres”, “parcialmente livres” ou “não livres”. Um país é considerado “livre” pela organização se comporta elevados níveis de liberdades civis e direito políticos e essa tipificação pode ser entendida como um indicador da existência de regime político democrático. O relatório de 2013 abrange 195 países, sendo que 90 deles (ou 46% do total) são considerados “livres”, 58 (30%) “parcialmente livres” e 47 (24%) “não livres”.⁴ A tabela 1 contém dados sobre o nível de liberdade ao longo das últimas quatro décadas, discriminados por total de países e continentes. Observa-se um crescimento moderado, porém sustentado, do caráter democrático dos regimes políticos ao longo do tempo e em todas as partes do mundo. Em contraposição, há uma queda no percentual de países não democráticos (não livres), ao lado de uma situação de estabilidade no percentual de países parcialmente democráticos (parcialmente livres).

A distribuição dos países livres e dos não livres ao redor do mundo não é uniforme, conforme podemos observar nos dados da *Freedom House*. Na Europa Ocidental, o percentual de países livres é elevado desde o começo da série histórica (86,2% entre 1973 e 1979) e atualmente atinge quase que a totalidade (96%), não restando sequer um país não livre. No outro extremo encontram-se os países do Oriente Médio e do Norte da África, onde o mais comum é a pouca ou nenhuma garantia de liberdades civis e de direitos políticos (69,5% de países não livres entre os anos de 2000 e 2013). Ademais, nota-se nesse caso uma tendência oposta à tendência geral dos dados,

³ A Freedom House é uma organização de vigilância independente, que se dedica à expansão da liberdade ao redor do mundo. Para mais informações, acessar: <http://www.freedomhouse.org/about-us>. Acessado em: 06/05/2013.

⁴ Para maiores informações sobre dados e metodologia empregada, acessar: http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/FIW%202013%20Booklet%20-%20for%20Web_1.pdf. Acessado em: 06/05/2013.

uma vez que decresce o percentual de países livres, enquanto o de países não livres aumenta ao longo das décadas (tendência identificada após uma queda nesses percentuais da década de 1970 para a de 1980).

Tabela 1- Série temporal dos percentuais médio dos diferentes níveis de liberdade, por países e continentes (1973-2013)

Categoria	Período temporal	“Livres”	“Parcialmente livres”	“Não livres”
Total de países	1973 - 1979	28,2	31,2	40,6
Total de países	1980 - 1989	33,7	31,1	35,2
Total de países	1990 - 1999	41,3	32,1	26,6
Total de países	2000 - 2013	45,8	30,1	24,1
Américas	1973 - 1979	41,9	39,0	19,1
Américas	1980 - 1989	61,5	28,3	10,2
Américas	1990 - 1999	60,5	35,5	4,00
Américas	2000 - 2013	68,3	27,4	4,30
Ásia e Pacífico	1973 - 1979	26,7	39,9	33,4
Ásia e Pacífico	1980 - 1989	30,7	42,5	26,8
Ásia e Pacífico	1990 - 1999	41,7	31,2	27,1
Ásia e Pacífico	2000 - 2013	42,8	32,0	25,2
Centro e Leste da Europa	1973 - 1979	0,00	2,70	97,3
Centro e Leste da Europa	1980 - 1989	0,00	28,1	71,9
Centro e Leste da Europa	1990 - 1999	32,4	46,4	21,2
Centro e Leste da Europa	2000 - 2013	45,0	30,1	24,9
Oriente Médio e Norte da África	1973 - 1979	7,00	33,0	60,0
Oriente Médio e Norte da África	1980 - 1989	5,00	49,7	45,3
Oriente Médio e Norte da África	1990 - 1999	5,40	27,9	66,7
Oriente Médio e Norte da África	2000 - 2013	5,70	24,8	69,5
África Subsaariana	1973 - 1979	7,50	31,0	61,5
África Subsaariana	1980 - 1989	5,3	30,2	64,5
África Subsaariana	1990 - 1999	17,1	39,4	43,5
África Subsaariana	2000 - 2013	21,1	45,8	33,1
Europa Ocidental	1973 - 1979	82,6	14,3	3,10
Europa Ocidental	1980 - 1989	90,0	10,0	0,00
Europa Ocidental	1990 - 1999	95,8	4,20	0,00
Europa Ocidental	2000 - 2013	96,0	4,00	0,00

Fonte: Tabela construída a partir de informações disponibilizadas pela *Freedom House*, através da publicação “Freedom in the world”. Para maiores detalhes, acessar: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world>. Acesso em: 06/05/2013.

A nítida expansão do regime político de tipo democrático a partir de meados do último século traz consigo um aumento de interesse dos cientistas pelo estudo de diversos aspectos que lhe são intrínsecos, tais como o sistema de governo, o sistema eleitoral, as instituições representativas, as relações diplomáticas entre os países e a participação política. Este último aspecto representa a face mais voluntária e ativista da democracia. Primeiro porque se baseia em mobilização autônoma, livre de obrigações

legais. Em segundo lugar, as atividades relacionadas não necessariamente são circunscritas à esfera governamental, o que significa ser aberta a todos os cidadãos e possível de se desenvolver em qualquer arena.

Talvez por conta dessas características, diversas investigações científicas relativamente recentes – isto é, produzidas nas últimas cinco décadas – buscaram respostas mais contundentes sobre a participação política, explorando as suas mais diversas dimensões. Os estudos de Lucas (1985), Hirschman (1983) e Olson (1999) constituem uma pequena amostra das apreciações sobre o tema nesse período.

Lucas (1985) estuda as motivações dos indivíduos em participar e os efeitos dessa atividade na sociedade e nos governos. Ele entende que a motivação para participar advém da vontade dos indivíduos de fazer prevalecer seus interesses ante aos demais, sejam esses interesses de natureza egoísta ou altruísta. O impulso para a ação é o descontentamento com a situação vigente e o ativismo aparece como uma alternativa para pressionar aqueles que têm o poder de decisão a agirem de maneira diferente. Ademais, a participação traz alguns benefícios aos indivíduos, como a ampliação dos horizontes de análise, o aprofundamento da compreensão de problemas e o reforço da simpatia no trato com o outro, garante Lucas (1985). Contudo, pensa que nem todos os indivíduos tem talento para os negócios públicos e, por conta disso, esses benefícios não se manifestam em todos.

O lado negativo da participação recai na possibilidade dela semear a discórdia, alerta Lucas (1985). Posto que a sua natureza é mais segmentária que consensual, a recorrente participação em questões públicas traz o risco da conformação de um ambiente de incessante discussão de propostas e de decisões dos governos e de fomento do partidarismo radical. Como consequência, pode-se vislumbrar o enfraquecimento da unidade política nacional e o comportamento apático em muitos segmentos não

partidarizados da sociedade. Portanto, a ampla participação pode impedir que os grandes interesses da nação sejam conquistados e até mesmo almejados. Para evitar esse cenário e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade de manifestação política, o autor pensa ser preciso estimular os indivíduos que compartilham ideias similares a elegerem um único representante, que vocalizaria seus anseios nas instâncias decisórias.

Olson (1999) estuda a dinâmica participativa em sindicatos, entendidos por ele como grupos de pressão e não como um tipo de movimento social (MELO JÚNIOR, 2007). O autor destaca que a ideia usual é que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses da mesma maneira que um indivíduo age motivado por interesses próprios. Em seu livro, Olson desenvolve um modelo de análise utilitarista que assevera justamente o oposto: mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados nos próprios interesses e que ganhem ao agir em conjunto, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns. É necessário, para tanto, alguma coerção ou incentivo seletivo à parte para forçá-los a participar. Caso contrário, prevalecerá a figura do “carona”, isto é, a maioria se postará inerte, esperando os resultados a serem alcançados por uma minoria ativa.

A formulação de Olson (1999) de que a ação coletiva não se realizará, a menos que haja coerção ou incentivo seletivo, aplica-se especialmente a grandes grupos, os quais apresentam um problema de coordenação decorrente do cálculo racional dos membros, de que a participação de cada um é irrelevante para o resultado agregado. Logo, não compensaria o investimento de tempo e esforço para lutar pelo interesse comum (REIS, 1994).

Hirschman (1983), por sua vez, se interessa em explicar os ciclos cambiantes de envolvimento individual em questões de esferas pública e privada. De acordo com sua teoria, antes de uma pessoa engajar-se em uma atividade, ela elabora um projeto e busca

satisfazer suas expectativas. No caso de ocorrer uma decepção generalizada em uma das esferas de atuação (por exemplo, a esfera pública) - ou seja, da pessoa concluir que a realidade é muito dissonante do que foi idealizado - a tendência é o seu afastamento e uma consequente imersão em questões da esfera oposta (no caso, a esfera privada). O autor acredita que esse movimento de afastamento e subsequente imersão entre as esferas é válido tanto para o sentido esfera pública → privada quanto para o sentido oposto.

A principal explicação de Hirschman (1983) para o desencanto com questões da esfera privada recai na ideologia. Quando os valores consumistas encontram-se generalizados na esfera privada – valores que são necessariamente de natureza antipública, na visão do autor – o desencantamento do indivíduo com essa ordem, através de reiteradas decepções, torna provável o seu engajamento em atividades ligadas à esfera pública. Essa tendência mostra-se mais comum entre os cidadãos com mais recursos socioeconômicos porque eles têm mais interesse em ingressarem na política e porque compreendem melhor as questões relacionadas a esse ambiente. Hirschman considera que o retorno à esfera privada, após experiências decepcionantes na esfera pública, ocasiona no indivíduo propensões à prática da corrupção e à apatia política (expressa na aceitação do papel de “carona” pelo indivíduo). À medida que essas práticas são reiteradas, o espírito público vai sendo, aos poucos, totalmente eliminado.

Esses três estudos tocam, de certo modo, em diversos problemas investigados pelos especialistas em participação política. O estudo de Lucas (1985), ao sugerir uma participação restrita dos cidadãos na política, realça o rico debate inscrito no que se convencionou chamar de “teoria política democrática”. Nesta, o embate se dá, de um lado, entre os participacionistas clássicos (ROUSSEAU, 1978, MILL, 1973; TOCQUEVILLE, 2010) e contemporâneos (BACHRACH, 1973, MACPHERSON,

1978; SANTOS; AVRITZER, 2003), que enxergam efeitos positivos sobre a personalidade humana via experiência participativa e que clamam por introdução de modelos institucionais de participação que possibilitem a inclusão de parcelas da população tradicionalmente alijadas dos processos político-decisórios e, de outro lado, entre os elitistas democráticos (SCHUMPETER, 1961; SARTORI, 1994; BERELSON, 1952; DAHL, 1989, 1990, 2005), que entendem que os participacionistas fazem análises idealistas da democracia, ao invés de realistas, e que alertam para o caráter apolítico das massas e a necessidade de moderada participação das mesmas para garantir estabilidade política.

Já o trabalho de Olson (1999) insere-se numa gama de estudos sobre participação política que têm como foco de análise os grupos de representação de interesses, tais como sindicatos, movimentos sociais e *lobbies*. Sidney Verba e parceiros (1961; 1995) enveredam-se pelo mesmo caminho, embora com perspectiva analítica muito distinta, ao proporem o “modelo do voluntarismo cívico” – que será tratado em capítulos seguintes - para explicar o envolvimento do cidadão em associações e movimentos políticos. Em relação ao papel do *lobby* - em especial o praticado pelos industriais - na dinâmica de representação de interesses, Mancuso (2007; 2010; 2013) e Santos (2011) desenvolvem importantes reflexões para o caso nacional.

Hirschman (1983), por sua vez, busca em aspectos sócio psicológicos a explicação para o envolvimento do cidadão em atividades relacionadas às esferas pública e privada. Seu estudo pode ser posto ao lado daqueles que buscam em variados aspectos – tais como *status* socioeconômico, confiança política, capital social, acesso à informação, etc. – a explicação da motivação do indivíduo em participar da política.

Os propósitos desta tese estão afinados com aqueles perseguidos pelos autores citados acima. Busca-se, como objetivo geral, investigar comparativamente qual o papel

da corrupção no engajamento de cidadãos americanos e caribenhos em atividades participativas. Para a análise do problema de pesquisa, são desenvolvidas discussões teóricas e empíricas.

O tratamento empírico realizado recai exclusivamente nos dados extraídos do “Barômetro das Américas”. Trata-se de um conjunto de pesquisas de opinião aplicadas em diversos países das Américas e do Caribe, realizado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), da *Vanderbilt University*, sob coordenação do professor Mitchell Seligson⁵. Essa escolha é baseada em alguns critérios. Um deles é a riqueza do questionário. O “Barômetro das Américas” contém dezenas de questões sobre participação política e também a respeito de seus fatores possivelmente explicativos. Além disso, cobre um período temporal (cerca de uma década) sem interrupções, com a realização das pesquisas num intervalo bienal. Por fim, figura como o conjunto de pesquisas de opinião que possui a maior cobertura de questões sociais e políticas dentre os países americanos e caribenhos.

A amostra das pesquisas aplicadas em cada país é calculada de modo a permitir que os dados obtidos sejam representativos de toda a população. O tamanho da amostra de cada país, por ano pesquisado, está informado no apêndice a.

As informações concedidas pelo “Barômetro das Américas” são exploradas ao máximo para definir o recorte temporal e geográfico da tese. Assim, o envolvimento em atividades participativas é investigado para os cidadãos de dezenas países americanos e caribenhos, nos anos de 2004, 2006/7, 2008 e 2010. Esses recortes permitem fazer análises comparativas transversais e horizontais sobre o fenômeno, possibilitando uma observação ampliada de nuances e de padrões de relações entre os vários elementos explicativos e a variável a ser explicada, isto é, a participação política.

⁵ Para maiores informações sobre o projeto, acessar: www.vanderbilt.edu/lapop. Acesso em: 24/06/2013.

A tese tem a seguinte organização: no segundo capítulo realiza-se um aprofundamento na conceituação de participação política, através da abordagem de estudos de referência e, em sequência, a formulação de uma proposta de definição sobre o termo. Finda essa tarefa, são selecionadas variáveis indicadoras e, através de testes estatísticos descritivos, chegam-se a resultados sobre frequência, *ranking* e tipificação de atividades participativas. Para se ter uma noção do quão frequente são essas atividades participativas, são feitas comparações com as frequências de variáveis similares, pertinentes a cidadãos europeus e africanos. São usadas como fontes de dados as pesquisas de opinião *European Social Survey*, de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010, e *Afro Barometer*, de 2002-3, 2005-6, 2008-9, 2011-12, respectivamente.

O terceiro capítulo engloba a discussão sobre a relação entre condições socioeconômicas e demográficas – tendo como variáveis indicadoras sexo, idade, cor, escolaridade, renda e região de moradia – e a participação política. São abordados estudos clássicos sobre o tema e também estudos recentes, preferencialmente aqueles que possuem uma abordagem comparativa e exploram dados do “Barômetro das Américas”. Ao longo da discussão, são formuladas hipóteses.

Em sequência, há a discussão sobre a corrupção. Faz-se uma breve abordagem sobre a conceituação de corrupção, definem-se as variáveis indicadoras – experiência com situações de pedido de propina (experiência com corrupção) e intolerância em relação à propina, dada a situação vigente (intolerância com corrupção) – e descrevem-se os dados a respeito. Ademais, são discutidos estudos que fazem uso dessas medidas de corrupção para explicar orientações políticas individuais, culminando na formulação de hipóteses.

O quinto capítulo é dedicado à análise empírica do problema de pesquisa. A partir dos resultados dos testes estatísticos inferenciais, observa-se a relação das

medidas de corrupção com os tipos de participação política, tendo as variáveis sobre condições socioeconômicas e demográficas como controle. As hipóteses construídas nos capítulos anteriores servem como base para a criação dos testes e para a interpretação dos resultados

Por fim, são feitas as considerações finais, onde se faz uma síntese das principais contribuições da tese e de suas limitações, além de reflexões sobre perspectivas de investigação sobre o tema.

2- MAPEANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Alguns fenômenos necessitam de cuidado ao serem apreciados por conta de sua excentricidade, que pode ser expressa, por exemplo, na raridade de sua ocorrência. Não é esse o caso da participação política. Pelo contrário, a dificuldade em tratá-la cientificamente ocorre justamente pela situação inversa, por ela ser múltipla em ocorrência e em significação.

Um exemplo das dificuldades que a riqueza da manifestação e dos significados da participação política pode gerar é relatado por Van Deth (2001). Ao fazer uma análise de boa parte dos estudos da área, identifica mais de 70 atividades classificadas como indicadoras de participação política. Com isso, o autor teme que os estudos de participação política estejam caminhando rumo a “uma teoria de tudo”.

Por conta da complexidade do problema, este capítulo investiga a participação política em duas vias: a teórica e a empírica. Primeiramente, discorre-se sobre a necessidade de conceituação nos estudos científicos. Em sequência, são discutidos alguns textos que sugerem concepções e classificam a participação política. A síntese interpretativa dessas duas etapas leva a uma definição do que se entende por participação política nesta tese e a seleção de seus indicadores empíricos.

Na segunda parte do capítulo, pretende-se descrever a manifestação da participação política entre cidadãos americanos e caribenhos. Por meio de discussão teórica e realização do teste de análise fatorial com as variáveis indicadoras, identifica-se o caráter multidimensional do fenômeno, com presença de cinco modalidades distintas.

A partir dessa tipificação, é desenvolvida a terceira parte do capítulo. São expostas as frequências das variáveis indicadoras e a descrição dos dados permite a verificação das atividades participativas mais comuns, a observação das variações das

frequências ao longo dos anos e a criação de um *ranking* que informa em que países os cidadãos são mais e menos participativos. Em sequência, verifica-se o volume das atividades participativas e a média *per capita* de atividades realizadas pelos cidadãos e, por fim, comparam-se os percentuais de participação entre americanos e caribenhos com os pertinentes aos israelenses e europeus e africanos.

2.1- Conceituação e definição de participação política

2.1.1- A relevância da conceituação na ciência

Talvez por conta dos numerosos debates sobre a relação entre participação política e democracia ao longo dos séculos, o termo é dotado de polissemia, ou seja, apresenta múltiplos significados. Essa característica passa a ser encarada como um problema a partir do momento em que os estudos na área começaram a se despir de normatividade e a apresentar uma feição mais científica. Para que possam ser construídas teorias e/ ou análises empíricas sobre participação política, faz-se necessário a construção de uma definição mais precisa do termo.

No entendimento de Gerring (1999), as reflexões sobre a conceituação deveriam ser objeto central nas preocupações dos cientistas, uma vez que é impossível a realização de um estudo sem se remeter a conceitos, especialmente na área de ciências sociais, em que há ainda muita controvérsia sobre o significado dos termos estudados. Os conceitos são entendidos como unidades analíticas constitutivas de teorias, mas não apenas. Também são úteis para possibilitar diferenciações entre fenômenos e/ ou eventos parecidos. “*A great theory, with poorly crafted concepts is at best a great idea, poorly implemented*” (GERRING, 1999, p. 365)⁶.

⁶ Tradução livre do autor: “Uma grande teoria com conceitos mal trabalhados é uma grande ideia pobremente implementada”.

A centralidade da conceituação no campo das ciências sociais não se restringe à dimensão teórica. Babbie (1999), por exemplo, defende que conceitos ricos em significado devem ser especificados para a pesquisa empírica rigorosa, ou seja, devem ser reduzidos a indicadores empíricos simplificados. Johnson (2004) segue a mesma trajetória e, inspirado em Laudan (1977), atesta que problemas empíricos são de primeira ordem, isto é, são coisas que nos surpreendem como estranhas, precisando de explicação. Problemas conceituais, por contraste, são questões de ordem mais alta, referentes à boa fundamentação das estruturas conceituais que foram inventadas para responder as questões de primeira ordem. Assim, segundo Johnson,

Fazemos progressos na medida em que resolvemos problemas empíricos e conceituais. Progredimos, por exemplo, não apenas na medida em que nossas teorias sobrevivem a testes empíricos, mas também na medida em que nossas teorias são “bem fundadas” no sentido de que especificamos mais claramente os mecanismos que lhes dão vida ou que incorporamos produtivamente recursos conceituais disponíveis em fontes externas à nossa própria tradição de pesquisa (JOHNSON, 2004, p.134)

A busca pela excelência na conceituação não pode, porém, recair em concepções dotadas de juízo de valor, que classificam os conceitos como sendo bons ou corretos, por exemplo. Babbie (1999) alerta que a maioria dos conceitos não tem um significado real, sequer definição última. Portanto, um conceito não pode ser avaliado como certo ou errado, mas sim como mais ou menos útil, mais ou menos rico. Não é possível atingir um ponto ideal de qualidade, na medida em que formular conceitos é sempre arbitrário, afirma Gerring (1999). O autor pensa ser possível chegar a uma ideia de formação de conceito que seja ao mesmo tempo abrangente e concisa. Tal situação

poderia ser atingida se forem satisfeitos oito critérios: familiaridade, ressonância, parcimônia, coerência, diferenciação, profundidade, utilidade teórica e de campo⁷.

Mas, em termos práticos, como construir um conceito? Gerring (1999) sugere como ponto de partida a utilização de seu significado comum, já popularmente estabelecido, como os fornecidos pelos dicionários. É justamente isso que faz Fialho (2008) para definir participação política. O autor acessa três dos mais difundidos dicionários brasileiros de língua portuguesa e todos eles compartilham a definição de que “participar” é “tomar parte em”. Ao realizar a mesma tarefa consultando dicionários de diversas línguas estrangeiras - como a espanhola, italiana, francesa e inglesa - Fialho observa que a definição de “participar” mais usual é a mesma da propagada no Brasil.

Participar, portanto, pode ser entendido como tomar parte em qualquer tipo de atividade, possui uma natureza ativa e expressa a ideia de ação. Esse significado, contudo, não é suficiente para a compreensão do que é participação política, uma vez que o adjetivo que compõe o conceito - “política” - indica que a ação incide numa esfera ou campo específico. Fialho (2008) ressalta que o significado recorrente que se atribui à “política” é aquele que a relaciona a questões de Estado e governo. Porém, muitos cientistas acreditam que essa definição deve extrapolar o terreno das instituições públicas. O caso de Reis (1994) é um exemplo, já que o autor a concebe como atrelada ao poder e, então, ela se manifesta em quaisquer contextos social e institucional, sejam eles cooperativos e/ ou conflituosos.

2.1.2- Definições e classificações de participação política

São diversos os estudos que abordam a definição de participação política e exemplificam as atividades relacionadas. De um modo geral, emergiram a partir da

⁷ Para maiores esclarecimentos sobre os significados desses oito critérios, ver tabela 1 e das páginas 368 a 384 da referida obra.

década de 1960 do século XX e persistem até os dias atuais. As diferenciações entre eles são marcantes e algumas delas serão destacadas a seguir.

Um dos autores que iniciaram o debate foi Milbrath (1965), que sugere a existência de um engajamento de caráter cumulativo em relação às atividades participativas. Isso significa que um cidadão minimamente participativo tende, com o tempo, a engajar-se cada vez mais em outras atividades participativas. O autor constrói uma classificação hierárquica das atividades políticas e utiliza nomes de papéis exercidos por romanos na arena de gladiadores para distinguir as posições (quadro 1). Àqueles de nível mais alto de participação, Milbrath atribui o nome de “gladiadores”, que são seguidos pelos que realizam atividades transitórias e, por fim, pelos espectadores. Os apáticos formam o grupo alheio a qualquer tipo de participação.

A ideia de cumulatividade da participação compreende a possibilidade dos cidadãos engajarem-se em mais de um tipo dessas atividades de modo simultâneo. Para Ribeiro e Borba (2011) e Borba (2012), essa interpretação de Milbrath sugere uma concepção unidimensional do fenômeno da participação política, isto é, os atos participativos seriam dotados de singularidade e estariam inseridos num mesmo *continuum* de atividades, no qual os indivíduos se incorporam. Ademais, diversos autores destacam a baixa diversidade das atividades políticas exemplificadas, todas elas circunscritas à arena eleitoral e tendo como destinatário único o governo. Tal posicionamento fez com que críticos atribuíssem a Milbrath uma noção estreita de participação política (NORRIS, 2007).

Quadro 1- Tipos e hierarquia das atividades políticas proposta por Milbrath (1965)

Representação em cargos públicos e partidários		
Lançar-se candidato a cargo político		
Solicitar fundos políticos	→	<i>atividades de “gladiadores”</i>
Frequentar primárias e estratégias políticas de partidos		
Tornar-se um membro ativo num partido político		
Ativismo em campanha política		
Frequentar encontros políticos		
Fazer contribuições monetárias para partidos e candidatos	→	<i>atividades transitórias</i>
Comunicar-se com líderes políticos ou servidores públicos		
Usar <i>bottons</i> e colocar adesivos políticos em carros		
Conversar com outros sobre a escolha do voto		
Iniciar uma discussão política	→	<i>atividades de espectador</i>
Votar		
Expor-se a um estímulo político		
<i>Apáticos</i>		

Fonte: MILBRAITH, Lester. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally and company, 1965. p. 18. Tradução livre do autor.

Huntington e Nelson (1976) consideram como finalidade da participação política a tentativa de influenciar os processos de decisão governamental. Nesse ponto, os autores comungam a mesma ideia de Milbrath (1965): todas as atividades participativas compartilham de um mesmo norte, direcionado exclusivamente para o governo. Contudo, as especificidades na conceituação de participação política, bem como o conjunto de atividades consideradas como indicadores, servem como um contraponto entre ambos os trabalhos.

Os autores formulam uma série de especificações para a definição de participação política. Uma delas esclarece que o que está em jogo são atividades e não atitudes, ou seja, são excluídos aspectos subjetivos, tais como conhecimento e interesse em relação à política e sentimentos de eficácia política. Em segundo lugar, os autores ressaltam que o ator participativo é apenas aquele que chamam de “cidadão privado”, ou seja, excluem a figura do político profissional (ministro, deputado, prefeito, etc.) Esse é um dos pontos divergentes com a proposição de Milbrath (1965), uma vez que boa parte

das atividades realizadas pelos “gladiadores” – que são consideradas como as mais valorizadas – são desenvolvidas por políticos profissionais e aspirantes a cargos políticos. Por fim, elucidam que as atividades participativas, apesar de sempre visarem influenciar o governo, não precisam ser necessariamente exitosas. Isto é, o que as define é a intenção e não o resultado. Todavia, acreditam que mudanças substanciais em termos de política econômica ou política social são mais prováveis de acontecerem a partir de demandas advindas de ações participativas coletivas e organizadas.

A maneira como a participação política se manifesta é diversa, ressaltam Huntington e Nelson (1976). Podem se desenvolver de modo individual ou coletivo, organizado ou espontâneo, sustentado ou esporádico, pacífico ou violento, eficaz ou ineficaz, etc. Os autores listam quatro grupos que sumarizam as atividades participativas (quadro 2). Mais uma vez observa-se uma dissonância com Milbrath (1965), já que atividades descritas extrapolam a arena eleitoral.

Quadro 2- Grupos de atividades participativas sugeridas por Huntington e Nelson (1976)

- (1) *Atividade eleitoral*: inclui voto, participação em atividades de campanha política, contribuição financeira para candidatos ou partidos, afeição por um político ou qualquer outra ação que intenciona afetar o resultado do processo eleitoral.
- (2) *Lobby*: esforços de grupos ou indivíduos para contatar políticos com o objetivo de influenciar suas decisões sobre assuntos específicos.
- (3) *Atividade organizacional*: envolve participação como membro ou representante de uma organização que intenciona influenciar as decisões governamentais. Essas organizações podem se referir a temas específicos ou a temas de interesse público em geral.
- (4) *Contato*: é uma ação individual direcionada a funcionários do governo e que usualmente objetiva produzir benefícios para uma única pessoa ou um pequeno grupo de pessoas.
- (5) *Atos de violência*: esforços para influenciar as decisões do governo por meio de danos causados à pessoa ou à propriedade. Trata-se de uma ação ilegal, exceto nos casos em que a violência é empregada pela força policial ou para cumprir decisões judiciais, ou seja, aquela praticada pelos agentes do Estado.

Fonte: HUNTINGTON, Samuel; NELSON, Joan. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976. Tradução livre do autor.

Os protestos políticos passam a ser reconhecidos como atividade participativa - por parte de um estudo empírico sistemático - apenas a partir do trabalho de Barnes *et al* (1979), atesta Borba (2012). A explicação de Borba para a menor importância dada pela literatura ao protesto reside no fato deste ser o tipo de participação política típica de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos da época, então caracterizados como fortemente instáveis politicamente, alternando períodos de regimes políticos democráticos e ditatoriais.

O trabalho de Barnes et al (1979) incorpora um novo vocabulário aos estudos da área, ao separar as atividades participativas entre “convencionais” e “não convencionais”. A participação política continua a ser considerada um fenômeno unidimensional e a mobilização individual é vista sob a perspectiva de um *continuum*, que envolve custos e complexidade crescentes. Os autores formulam uma “tipologia do repertório de ação política”, na qual classificam os indivíduos como inativos, conformistas, reformistas, ativistas e manifestantes (*protesters*) e os posiciona numa escala crescente de 0 a 7, para cada tipo de participação (quadro 3)

Quadro 3- Tipologia do repertório de ação política, proposta por Barnes et al (1979)

Participação convencional	Participação não convencional
0- Nenhuma das atividades	0- Nenhuma das atividades
1- Ler sobre política nos jornais	1- Firmar abaixo-assinados
2- Discutir política com os amigos	2- Participar de manifestações legais
3- Trabalhar com outras pessoas na comunidade	3- Participar de Boicotes
4- Trabalhar com partidos políticos ou candidatos	4- Recusar-se a pagar taxas e alugueis
5- Convencer outros a votar da mesma forma que você	5- Ocupar prédios e fábricas
6- Participar de campanhas políticas ou comícios	6- Bloquear tráfego de veículos
7- Contato com funcionários públicos	7- Participar de greves

Fonte: BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012, p. 271.

O trabalho recebeu algumas críticas, como a de Brady (1999), que o acusa de homogeneizar os atos participativos e a de Teorell, Torcal e Montero (2007), que enfatizam a falta de critério para a distinção de posicionamento entre as diferentes

modalidades em cada um dos tipos de participação. Contudo, representou um marco nos estudos de participação política, incorporando formas até então pouco exploradas por estudos anteriores.

Booth e Seligson (1976) fazem críticas às concepções predominantes de participação política e propõem sua definição. Entendem que, de uma forma geral, essas concepções atribuem apenas às populações urbanas o comportamento participativo na política e restringem as atividades participativas à arena eleitoral. As consequências da disseminação dessas ideias seriam diversas: (1) a formação de importantes lacunas nos estudos sobre formas alternativas de mobilização política; (2) a ocultação do papel de grupos marginais ou de minorias na dinâmica participativa e (3) o excessivo foco na política desenvolvida nos Estados Unidos da América (EUA) ante aos demais países existentes.

Os autores baseiam suas análises em dados de pesquisas de opinião realizadas nas décadas de 70 em países latino-americanos. Suas observações apontam que as motivações para votar dos latinos são muito distintas das identificadas entre os estadunidenses, uma vez que em muitos países do continente o voto é uma obrigação legal e o não comparecimento eleitoral resulta em penalidades. Adicionalmente a isso, ainda se encontram alastradas nesses países relações clientelistas, estruturas estatais corruptas e regimes políticos ditatoriais, elementos que fazem com que as escolhas políticas pouco importem para o resultado final das eleições. Booth e Seligson (1976) também apontam que, nesses contextos, o ativismo em organizações locais e a respeito de problemas comunitários ocupa um papel central no jogo político, possibilitando aos cidadãos a conquista de melhorias nas comunidades em que residem. Esse ativismo também pode favorecer interesses particulares, uma vez que estreita os laços desses

indivíduos com pessoas de maiores *status* socioeconômico, uma relação que pode servir como trampolim político e como incremento para a riqueza pessoal, por exemplo.

Os autores inserem essas modalidades na definição de participação política, entendida como um conjunto de ações que objetiva influenciar o sistema político, seja de nível nacional, regional ou local. Desse modo, Booth e Seligson (1976) também compartilham a ideia de que a finalidade das atividades participativas é influenciar, direta ou indiretamente, a esfera governamental, assim como Milbrath (1965) e Huntington e Nelson (1976). Contudo, distinguem-se deles ao lançarem luzes nas atividades participativas comunitárias.

Num estudo elaborado duas décadas depois, Verba, Schlozman e Brady (1995) definem participação política como uma atividade que tem a intenção ou efeito de influenciar a ação governamental, tanto diretamente - afetando a formulação e a realização de políticas públicas - ou indiretamente - influenciando a seleção das pessoas que fazem essas políticas. Ademais, entendem que participação política é expressa por atividades e não por atitudes. Assim, por exemplo, excluem do grupo de participativos os cidadãos que prestam atenção em notícias sobre política na televisão, que conversam sobre política com os amigos, que escrevem sobre políticas nos jornais, que ligam para rádios para discutir política, etc. Nesses dois pontos - definição da participação e natureza de suas atividades - aproximam-se das ideias de Milbrath (1965), Huntington e Nelson (1976) e Booth e Seligson (1976).

Também elencam uma série de atividades participativas que extrapolam a arena eleitoral - afastando-se de Milbrath (1965) - mas dedicam-se mais fortemente a entender a intensidade e os efeitos dos grupos de interesse (organizações não governamentais, sindicatos, grupos de pressão, movimentos políticos, etc.) nas decisões governamentais. A principal tese que esses autores propõem é que a natureza da

participação é desigual, com o engajamento nas atividades sendo algo mais comum entre as pessoas com mais recursos, ou seja, entre os possuidores de melhores condições socioeconômicas.

Na visão de Ribeiro e Borba (2011), o estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995) destaca o conteúdo multidimensional da participação e promove uma articulação entre dimensões que a literatura tradicionalmente trata de forma diferenciada: a participação política e a participação social. Por outro lado, essa ampliação do escopo do conceito e dos indicadores de participação política deu margem para críticas como as de Van Deth (2001), para quem o estudo é problemático por não traçar as linhas demarcatórias de um conceito mínimo de participação política. O risco, segundo Van Deth, é sua ampliação rumo a uma “teoria do tudo”.

O trabalho de Teorell, Torcal e Montero (2007) inicia-se com uma crítica à definição de participação política de Verba e Nie (1972), vista como estreita por considerar as atividades participativas voltadas a influenciar apenas políticos e agentes governamentais⁸. Os autores consideram que, em países onde predomina a lógica da economia de mercado, a alocação de valores na sociedade não é papel exclusivo do Estado e de atores do setor público. Nessas circunstâncias, empresas e organizações transnacionais passam a serem alvos dos cidadãos que visam resultados políticos a partir de seu comportamento participativo.

É a partir dessa concepção que os autores agregam uma visão alternativa aos estudos da área, arrolando variáveis sobre boicote a produtos e compra direcionada de produtos dentre as indicadores de participação política. A partir de testes estatísticos

⁸ Entendimento construído a partir da seguinte frase: “*Political participation refers to those activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personnel and/or the actions they take*” (VERBA; NIE, 1972, p. 2).

realizados com variáveis indicadoras de participação política em treze países⁹, os autores identificam quatro tipos de participação, classificadas como “contato”, “atividades partidárias”, “atividades de protesto” e “participação do consumidor” (*consumer participation*). O último tipo de participação política agrega as duas variáveis citadas no começo do parágrafo, mais as relativas a assinar petição e doar dinheiro a partido político.

Pizzorno (1975) é, de longe, o autor aqui abordado que possui a noção mais ampliada a respeito da participação política, definindo-a como uma ação que se cumpre em solidariedade com outras, no âmbito do Estado ou de uma classe, com vistas a conservar ou modificar a estrutura - e, portanto, os valores - do sistema de interesses dominantes.

Na concepção do autor, as ações participativas objetivam, como produto final, influenciar o aparato estatal. Porém, ao contrário dos demais autores já tratados, ele vislumbra a possibilidade de modificação radical via participação política, indo muito além da influência nas decisões governamentais e da seleção de líderes políticos. Segundo Pizzorno (1975), a participação política em contextos de sufrágio universal leva à configuração de dois cenários. Um é congruente com as regras do jogo da sociedade capitalista, que são por natureza desiguais, procurando extrair vantagens das oportunidades que surgem da dinâmica desse sistema. O outro cenário consiste em atuar fora dessa estrutura de desigualdades, procurando quebrá-la através da luta de classes. O problema para a efetivação desse último cenário é que o sistema de desigualdade funda-se sobre certos valores que lhe são congruentes, que atingem inclusive um caráter universal em certos contextos. Para que a luta de classes consiga derrubar isso, ela também há de se tornar um valor universal.

⁹ Noruega, Dinamarca, Alemanha (Leste e Oeste), Holanda, Portugal, Rússia, Suíça, Romênia, Eslovênia, Espanha, Moldávia e Suécia.

Em relação aos tipos de participação política, Pizzorno (1975) ressalta ser necessário distingui-los levando em conta suas diferentes origens e características, tais como a atividade política profissional, a participação como meio de expressar posições na sociedade civil e a participação como expressão de interesses associativos, mais ou menos isolados das estruturas dominantes. Assim, sua concepção incorpora um perfil de participacionista até então excluído pelos demais autores tratados [exceto em Milbrath (1965)], o “político profissional”.

O quadro 4 clarifica os quatro tipos de atividades participativas consideradas por Pizzorno (1975). Conforme sugere em sua definição de participação política, os dois elementos-chave na diferenciação das atividades são, por um lado, a rede de solidariedade, sendo ela privada ou política, e o campo onde as ações se processam, se dentro ou fora do aparato estatal. A atividade que une atuação inserida no sistema estatal e prevalescência de solidariedade política é a relacionada ao profissionalismo político, nos moldes do que é concebido por Max Weber. Ainda dentro do campo estatal, mas com prevalescência de solidariedade privada, encontra-se a participação civil na política, expressa pela busca individual por ganhos políticos. Esse tipo de participação é mais comum entre os cidadãos que possuem posições socioeconômicas e também de *status* mais altos na sociedade. Exemplos são a filiação a partidos políticos, o pertencimento a grupos de interesse e as relações pessoais e de negócios com políticos profissionais.

A atuação em movimentos sociais, que Pizzorno entende serem empresas coletivas que visam reforma limitada ou ampliada da sociedade, é mais um tipo de participação política, submersa no campo extraestatal e com prevalescência de solidariedade política. Por fim, tem-se a subcultura, um tipo de participação geralmente exercida por grupos relativamente homogêneos e compostos por tipos sociais

marginalizados. Diferencia-se da participação civil e dos movimentos sociais por estar excluído dos canais usuais de comunicação e do acesso institucional. Tendem a não ter comunicação outros grupos para evitar a sensação de inferioridade. É uma situação instável, caindo ora na apatia, ora na participação civil.

Tabela 2- Tipos de participação política sugeridos por Pizzorno (1975)

	Prevalência da solidariedade política	Prevalência da solidariedade privada
Ação inserida no sistema estatal	Profissionalismo político	Participação civil na política
Ação extraestatal	Movimento social	Subcultura

Fonte: PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975. pp. 72. Tradução livre do autor.

Para Borba (2012), Pizzorno (1975) tem o mérito de antecipar em mais de uma década o debate sobre o que posteriormente foi chamada de modalidade não convencional de participação política (BARNES *et al*, 1979)¹⁰. Ao inserir a questão da identidade como elemento explicativo do envolvimento político, também influenciou o trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995), que propuseram ser a participação política uma ação resultante de recursos possuídos pelos indivíduos, em especial, tempo, dinheiro e habilidades. Contudo, Pasquino (2010) lembra que falta clareza a Pizzorno em muitos pontos de sua proposta analítica e que os conceitos criados carecem de uma tentativa de operacionalização empírica.

¹⁰ Vale ressaltar que a primeira edição da referida obra foi lançada em 1966.

2.1.3- Uma proposta de definição

A discussão sobre a definição e a classificação da participação política leva à constatação da inexistência de uma proposta consensual. Talvez o único ponto em que os autores anteriormente abordados concordam é quanto à expressão prática da participação política: ela se manifesta em atividades e não em atitudes, ou seja, está relacionada a comportamento e não a aspectos subjetivos. Em relação à finalidade da participação política, observam-se duas interpretações. A mais comum é a de que as atividades participativas visam influenciar as decisões governamentais, seja o governo inscrito a nível nacional, regional ou local. Pizzorno (1975) é a voz dissonante, uma vez que entende que elas podem gerar uma transformação estrutural do Estado.

Por fim, é notável a incorporação de arenas de atuação e de modalidades diversas à ideia de participação política nos estudos, à medida que avançam os anos. Em meados da década de 60, Milbrath (1965) elencava um pouco mais de uma dezenas de atividades participativas, todas pertencentes à competição eleitoral. Trinta anos depois, Verba, Schlozman e Brady (1995)¹¹ propõem mais de trinta e dois indicadores, inscritos em nove tipos diferentes de participação. Esse movimento expressa o sucesso da entrada em cena de ações mais contestatórias no campo da política, especialmente a partir de fins da década de 1960 e começo de 1970. Atividades como protestos e petições, por exemplo, ajudaram a romper a noção de que participação só se atém a atividades de cunho eleitoral.

Dada a variação a respeito do significado e da classificação de participação política, faz-se necessário a explicitação do que se entende pelo termo, antes da especificação dos seus indicadores empíricos. Propõe-se a seguinte definição:

¹¹ Esse estudo incorpora proposições feitas em estudos anteriores por Verba e seus parceiros, a saber, Verba e Nie (1972) e Verba, Nie e Kim (1987).

“participação política refere-se a atividades exercidas por cidadãos, em diversas arenas, que objetivam influenciar em questões de natureza política”.

Um dos critérios usados nessa definição é seguir o que é consenso dentro de boa parte dos estudos da área: participação remete a comportamento e não atitude. A definição também enfatiza as finalidades das atividades, isto é, os resultados que visam alcançar e não as motivações que levam ao seu exercício.

Ressalta-se também, na definição, que atividades participativas são aquelas que, de modo inequívoco, visam influenciar questões de natureza política, entendendo que “política” não se restringe às instituições e aos atores políticos e governamentais oficiais, mas também se manifesta na arena social, conforme ressalta Reis (1994). Contudo, tem-se aqui uma visão limitada a respeito do alcance da dinâmica participativa, em detrimento da visão que considera que os seus resultados podem contribuir para uma mudança estrutural do Estado (PIZZORNO, 1975). Isso se dá porque a ocorrência de movimentos revolucionários mostra-se pouco frequente ao longo da história e o que se busca estudar nesse trabalho são os movimentos mais usuais. Desse modo, as manifestações políticas em foco são as que vislumbram uma reforma do regime político e não a sua erosão.

Levando esses pontos em consideração, tem-se no quadro 5 uma lista de indicadores de participação política, organizados a partir de três diferentes arenas: eleitoral, representativa/ governamental e social.

Quadro 4- Indicadores de participação política

<p>Arena eleitoral</p> <p>Votar em eleições</p> <p>Candidatar-se a cargo político</p> <p>Doar dinheiro para partido político ou candidato</p> <p>Trabalhar para partido político ou candidato em campanha eleitoral</p> <p>Assistir a comícios políticos</p> <p>Tentar convencer as pessoas sobre a escolha do voto</p> <p>Usar/ utilizar adesivos, <i>bottons</i> e bandeiras em campanha eleitoral</p>
<p>Arena representativa/ governamental</p> <p>Assistir a reuniões de partidos políticos</p> <p>Filiar-se a partido político</p> <p>Assistir a reuniões de conselhos governamentais</p> <p>Assistir a reuniões de orçamento participativo</p> <p>Assistir a audiências públicas</p> <p>Assistir a reuniões da Câmara de Vereadores e dos Deputados e do Senado Federal</p> <p>Buscar contato com atores políticos e/ou governamentais</p> <p>Realizar atividades de <i>lobby</i> com atores políticos e governamentais</p>
<p>Arena social</p> <p>Participar de protestos e manifestações públicas</p> <p>Participar de greves</p> <p>Assinar petição e/ou abaixo-assinado</p> <p>Agir em prol de melhorias da comunidade</p> <p>Assistir a reuniões de associação de bairro</p> <p>Ser membro efetivo de associação de bairro</p> <p>Boicotar determinados produtos por questões políticas</p> <p>Comprar determinados produtos por questões políticas</p> <p>Bloquear estradas e ocupar prédios e terrenos por questões políticas</p>

Nem todos os indicadores, porém, encontram-se presentes no banco de dados do “Barômetro das Américas”, sendo possível trabalhar somente com 13 das 24 variáveis elencadas: votar na eleição presidencial; trabalhar em campanha eleitoral; contatar deputados (estaduais e federais) / atores políticos locais (prefeitos e autoridades militares)/ vereadores e atores governamentais locais; agir para solução de problemas na comunidade em que se vive; assistir a reuniões de associação de bairro/ partido político/ audiência pública na câmara dos vereadores ou na prefeitura; tentar convencer o outro sobre a escolha do voto; participar de manifestações ou protestos públicos; e assinar petições. O detalhamento a respeito é feito no apêndice B.

É recorrente, em estudos da área, considerar a associação e a filiação a grupos e a movimentos como expressão de participação política. Isso faz sentido, já que um dos

caminhos mais comuns para vocalizar preferências e demandas se dá por essa via. No entanto, é importante ter parcimônia na seleção desses grupos e movimentos. Associações a grupos de igreja, de mulheres ou a grêmios recreativos, por exemplo, podem ou não ter relação com questões políticas. O modo como essas variáveis estão descritas no questionário do “Barômetro das Américas” não possibilita a interpretação de que o engajamento a esses grupos está atrelado a questões políticas. Logo, por não possuírem um caráter político inequívoco, elas não são incluídas na lista de indicadores de participação política.

2.2- Participação política: tipificação e frequência entre 2004 e 2012

Embora haja critérios de ordem teórica para sustentar que todas as variáveis elencadas anteriormente são indicadoras de participação política, é preciso dar um passo além: investigar se elas expressam uma mesma dimensão de participação política ou se podem ser discriminadas em diferentes tipos, tendo um caráter multidimensional. A maneira mais adequada para isso é através da utilização do teste de análise fatorial exploratória¹².

¹² O teste de análise fatorial exploratória é composto por várias técnicas estatísticas, com o propósito de analisar a estrutura de inter-relações (correlações) entre um conjunto de variáveis, definindo dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. Nos fatores têm-se informações sobre a carga estatística de cada variável, compreendida entre -1 e 1. O valor estatisticamente significativo da carga estatística depende do tamanho da amostra e dos propósitos científicos do pesquisador, com os patamares mínimos modulares variando de 0,30 a 0,50 (HAIR et al, 2005; KIM; MUELLER, 1978; FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). Esse teste é mais indicado para variáveis de tipo contínua, o que não é o caso das variáveis utilizadas nesta tese, de tipo binárias e categóricas. Como solução, é aplicada uma “matriz policórica” de correlação, estimando os parâmetros pela técnica de estimação de mínimos quadrados ponderados aos dados, técnica recomendada por Jöreskog e Sörbom (1979). Para a seleção da quantidade de fatores a serem usados na análise, usa-se como critério os valores *eigenvalue* – razão da variância de todas as variáveis inseridas num fator – que são iguais ou maiores que um. Nas quatro primeiras rodadas, três fatores cobriram esse critério e na última, quatro fatores. Uma das medidas de confiabilidade dos dados é a da consistência interna, que remete à ideia de que os itens ou indicadores individuais da escala devem medir o mesmo constructo e, assim, ser altamente inter-relacionados. O *alpha de Cronbach* é comumente utilizado e sua variação é de 0 a 1, sendo o patamar mínimo usualmente aceitável de 0,70, podendo chegar a 0,60 em pesquisa exploratória (HAIR et al., 2005). Nessa pesquisa usou-se o *alpha de Cronbach* padronizado e os coeficientes desse teste, para as rodadas de 2004, 2006/7, 2008, 2010 e 2012 são, respectivamente, 0,689, 0,674, 0,678, 0,689; e 0,699. Por fim, cabe destacar que foi aplicado ao conjunto de dados de cada rodada o peso *weight1500*, que visa uniformizar em 1500 o número de casos em cada país.

Esse aspecto é investigado por diversos pesquisadores da área. O estudo de Verba, Nie e Kim (1987) foi um dos primeiros a lidar com a questão numa abordagem comparada. Analisando dados de sete países - Áustria, Índia, Holanda, Nigéria, EUA, Iugoslávia e Japão - eles encontram, em todos eles, a mesma tipificação de participação política: “voto” (comparecimento eleitoral); “ativismo de campanha” (envolvimento em diversas atividades durante a campanha eleitoral, visando favorecer um candidato ou um partido específico na disputa); “ativismo comunitário” (ações voltadas a atores e problemas políticos locais); e “contatos personalizados” (contatar atores políticos e governamentais).

Verba, Nie e Kim (1987) não tratam de atividades de protesto. Consideram-nas um tipo específico de participação política, mas não as abordam no estudo por considerarem ser necessária uma obra específica estudá-las. Essa lacuna não existe nos trabalhos de Norris (2002) e Booth e Seligson (2009). Nestes, o número de indicadores de participação política é ampliado e são construídas as tipificações a partir de pesquisas de opiniões que abarcam cidadãos de um maior número de países.

Norris (2002) faz uso de um conjunto de pesquisas de opinião realizadas em mais de cinquenta países em meados da década de 1990 e encontra, a partir desses dados, três dimensões de participação política: “ativismo cívico” (associação a diversas organizações, como as religiosas, esportivas e partidos políticos); “ativismo de protesto” (engajamento em atividades não convencionais ou contestatórias, como protestos, assinatura de petições, ocupações de prédios e fábricas, etc.); e “comparecimento eleitoral”. O resultado que a autora considera mais relevante é a existência de uma dimensão própria para as variáveis sobre participação não convencional ou contestatórias, indicando haver um sentido específico na manifestação política através

desses canais em relação aos demais. Variáveis sobre contato com atores políticos e governamentais não são incluídas nessa análise.

Em Booth e Seligson (2009), são utilizados os dados do “Barômetro das Américas” de 2004. Dentre as variáveis indicadoras de participação política utilizadas, os autores sugerem a existência de quatro modalidades específicas: “registro de voto e votação”; “ativismo de campanha e partidário”; “contato com políticos e autoridades”; e “ativismo comunitário”. De modo suplementar ao teste de análise fatorial realizado, os autores criam - arbitrariamente, pois não submetem as variáveis a qualquer teste de associação - mais dois tipos de participação política: “protestos” e “ativismo civil” (assistir a reuniões escolares, de grupos religiosos, de grupos para melhorias da comunidade e de grupos comerciais e profissionais).

A quantidade de variáveis incluídas nessas análises varia entre os três estudos, mas, de uma forma geral, pode-se entender que os indicadores de (1) ativismo de campanha, de (2) contato com atores políticos e governamentais, de (3) protestos, de (4) ativismo comunitário e de (5) comparecimento eleitoral são os mais recorrentes. Como as treze variáveis indicadoras de participação política selecionadas na tese abarcam quase que a totalidade das variáveis inscritas nessas cinco dimensões, é esperado encontrar as mesmas nos resultados dos testes aplicados em sequência.

Os resultados presentes na tabela 3 discriminam os tipos de participação política através das variáveis inscritas nos diferentes fatores. Num primeiro momento, é possível distinguir três tipos: “contato com atores políticos e governamentais”, “ativismo comunitário” e “ativismo eleitoral”.

O primeiro tipo é composto por variáveis que indicam pedido de ajuda ou cooperação a vereadores, autoridades locais, órgãos públicos e deputados. As maiores cargas estatísticas dessas variáveis sempre se encontram juntas num mesmo fator, em

todas as cinco rodadas de pesquisas. Tratam-se de atividades participativas caracterizadas pela relação direta com representantes políticos ou funcionários governamentais, a fim de obter soluções para problemas enfrentados. Com base na redação das variáveis no questionário, não se pode vislumbrar se o contato ocorre de forma individual ou coletiva e tampouco a natureza das questões tratadas. O fato é que é medida a comunicação que se realiza de modo direto com os atores políticos e governamentais, sem presença de manifestações ou demais formas de comunicação pública que visem fazer pressão.

O “ativismo comunitário” denota atuação em questões políticas de abrangência exclusivamente local. É um comportamento que visa influenciar políticas e atores que cuidam de problemas da comunidade em que se vive. Fazem parte desse grupo as variáveis que expressam ações em prol de melhorias na comunidade, participação em reuniões de associação de bairro e em audiências na Câmara dos Vereadores e Prefeitura Municipal.

O terceiro tipo de participação, o “ativismo eleitoral”, é composto por atividades que se caracterizam pela busca de influência em resultados eleitorais. Ademais, a atuação está circunscrita a instituições e eventos oficiais, como os partidos políticos e as eleições. Assim, estão inseridos nesse grupo de atividades os cidadãos que assistem a reuniões partidárias, que trabalham para um partido ou candidato específico numa campanha eleitoral e que tentam convencer as outras pessoas sobre a escolha do voto.

Uma análise mais detida nos dados, porém, revela a existência de mais dois tipos de participação política. O maior coeficiente da variável indicadora de voto entre os fatores em cada rodada apresenta baixo a moderado patamar, sem ultrapassar jamais o valor de 0,450. Esse valor é destoante das demais variáveis que constituem o “ativismo eleitoral” (está inscrita nesse fator em quatro das cinco rodadas) e isso talvez signifique

baixa inter-relação entre elas. Essa constatação, adicionada a resultados encontrados por Verba, Nie e Kim (1987), Norris (2002) e Booth e Seligson (2009), evidencia que o voto deve ser tratado como algo específico. Assim, considera-se a existência de uma quarta modalidade de participação política, denominada “comparecimento eleitoral”.

A variável indicadora de participação em protestos também destoa das demais variáveis constituidoras do “ativismo eleitoral”, apesar de estar inscrita nesse fator em três das cinco rodadas. Seu coeficiente apresenta de baixo a moderado patamar nesse fator, sendo que um valor expressivo (acima de 0,7) é observado apenas na última rodada. Nesta, juntamente com a variável que indica assinatura de petição e abaixo assinado - atividade participativa incluído no questionário da pesquisa somente na última rodada - há a clara conformação de um fator específico, que é intitulado “ativismo de protesto”.

Levando todas esses aspectos em consideração, concebem-se cinco tipos ou modalidades de participação política, considerando o conjunto de dados (quadro 5)

Quadro 5- Tipos ou modalidades de participação política e suas variáveis constituidoras

- | |
|--|
| <p>(1) <i>Contato com atores políticos e governamentais</i>: contato com deputado estadual e federal, com ator político local, com ator governamental e com vereador e atores governamentais locais.</p> <p>(2) <i>Ativismo comunitário</i>: assistir a reuniões de associação de bairro, agir em prol de melhorias na comunidade e assistir a audiência em Câmara de Vereadores e Prefeitura.</p> <p>(3) <i>Ativismo eleitoral</i>: trabalho em campanha eleitoral, assistir a reuniões de partido político, tentar convencer os outros sobre a escolha do voto.</p> <p>(5) <i>Comparecimento eleitoral</i>: ter votado na eleição anterior.</p> <p>(4) <i>Ativismo de protesto</i>: participação em manifestações e protestos e assinatura de abaixo assinado e petição.</p> |
|--|

Tabela 3- Análise fatorial exploratória com variáveis indicadoras de participação política

	2004			2006-7			2008			2010			2012			
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	4
Voto		.258		.411					.264			.293				.431
Trabalho em campanha eleitoral		.719				.726		.752			.745					.727
Contato com deputado estadual ou federal	.669			.710			.682			.691			.694			
Contato com atores governamentais	.723			.693			.701			.694			.701			
Contato com atores políticos locais	.705			.758			.761			.765			.747			
Ação em prol da comunidade			.763		.756			.720			.749			.758		
Assistir a reunião de associação de bairro			.810		.766			.776			.787			.798		
Assistir a reunião de partidos políticos		.670				.623			.618			.623				.507
Assistir audiência na Câmara / Prefeitura			.512		.543			.555			.549			.443		
Contato com vereador/ atores govern. locais	.608			.538			.648			.671			.642			
Convencer os outros sobre a escolha do voto		.660				.717			.714			.714				.727
Participar de protestos e manifestações		.459				.465		.416				.377				.777
Assinar petições e abaixo-assinados.	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a	n.s.a				.746

Se a tipificação das atividades participativas serve para indicar a natureza do fenômeno - se unidimensional ou multidimensional - a descrição da frequência dessas atividades contribui para visualizar o quão comum elas são no cotidiano dos cidadãos. Como a base de dados utilizada cobre cinco períodos de tempo, repetindo as variáveis em todos eles, também é possível analisar possíveis padrões de participação.

Alguns trabalhos que arrolam dentre seus objetivos a exposição de dados sobre a frequência das atividades participativas nas Américas e no Caribe servem como referência para a formulação de hipóteses. Os textos de Montalvo (2008), Corral (2009) e Moseley e Moreno (2010) exploram dados de 2008 do Barômetro das Américas. No primeiro, é destacado o percentual médio de 10,5% para a atividade “assistir a alguma

audiência pública na Câmara dos Vereadores e/ ou Prefeitura”, levando em consideração as informações concedidas por todos os cidadãos entrevistados.

Em Corral (2009), o foco recai sobre assistir a reuniões de partidos políticos ou movimentos políticos. Entre os quatro países (Paraguai, Nicarágua, Jamaica e Belize) com cidadãos mais participativos, a média percentual da frequência é aproximadamente 10%. Já entre os quatro países com cidadãos menos participativos (Brasil, Bolívia, Equador e Chile), a média percentual é de cerca de 5%¹³. A participação em protestos é investigada por Moseley e Moreno (2010), que observam que bolivianos são os mais participativos (29,3%), seguidos pelos argentinos (27,3%) e peruanos (17,4%). Entre os menos participativos, aparecem os cidadãos da República Dominicana (7%), Brasil (5,8%) e El Salvador (4,7%).

Rennó et al (2011) fazem um amplo diagnóstico das atividades participativas, focando a análise para o caso brasileiro, mas concedendo informações para os cidadãos de todos os países em que a pesquisa do Barômetro das Américas foi aplicada, na rodada de 2010. Sobre comparecimento em reuniões partidárias, os autores apontam que os cidadãos de Suriname (24,3%), República Dominicana (21,9%) e EUA (13,4%) são os mais participativos. Em situação oposta estão os equatorianos (3,6%), brasileiros (3,1%) e chilenos (1,8%). As tentativas de convencer os outros sobre a escolha do voto são práticas mais recorrentes nos EUA (45%), Suriname (32,3%) e Haiti (27,9%), respectivamente. Por outro lado, em Guatemala (12,6%), México (11%) e Nicarágua (9,1%), essa prática é relativamente menos usual. Em relação a contato com políticos, os países dos cidadãos que mostraram ser mais participativos são República Dominicana (41,5%), El Salvador (39,4%) e Guatemala (35,1%). Já os equatorianos

¹³ A autora transforma os valores das categorias de referência, fazendo-os variar entre 0 e 100. É a partir dessa transformação dos dados que a autora faz suas análises.

(19,6%), panamenses (17%) e bolivianos (15,9%) são os menos participativos¹⁴. Por fim, são expostos dados sobre participação em protestos. Haiti (17,2%), Argentina (15,4%) e EUA (13,5%) se destacam por possuírem os cidadãos mais participativos. Já os cidadãos de El Salvador (4,3%), Guiana (3,7%) e Jamaica (3,1%) são os menos participativos nessa atividade.

Os dados concedem informações mínimas que ajudam na elaboração de hipóteses a respeito da frequência da participação política. A primeira se refere à quantidade de cidadãos participativos. A partir dos percentuais descritos, pode-se hipotetizar *que a menor parte dos cidadãos (menos da metade) envolve-se em quaisquer das atividades políticas selecionadas para análise*. A segunda hipótese recai sobre a modalidade de participação mais comum. Embora não se tenham exposto resultados a respeito, é difícil conceber alguma atividade participativa mais comum que o voto, devido ao seu caráter compulsório em diversos países pesquisados e à regularidade de sua ocorrência. Pondo essa atividade de lado e com base nos resultados descritos acima, a hipótese é que *as atividades de contato com atores políticos e governamentais são as mais usuais dentre todos os indicadores de participação política selecionados*. Hipóteses sobre a persistência desses percentuais ao longo dos anos e sobre o ranqueamento dos países com cidadãos mais e menos participativos não são construídas devido à ausência de informações sobre as atividades participativas numa perspectiva longitudinal.

Os dados da tabela contida no apêndice C corroboram a primeira hipótese criada: existe baixa proporção de envolvimento em atividades participativas, com quase nenhuma atingindo patamar superior a 50%, com exceção da votação. Isso significa que a participação política não faz parte da rotina da maior parte dos americanos e

¹⁴ Os autores discriminaram participação e não participação em seis variáveis indicadoras e, a partir daí, chegaram a resultados percentuais, os quais utilizam na análise. Para maiores informações, consultar a página 174 da referida obra.

caribenhos. Esse cenário se mostra relativamente estável ao longo dos anos pesquisados, com presença de pequenas alterações nos percentuais. Com isso, pode-se afirmar que a baixa ocorrência de participação política é padrão nas Américas e no Caribe no intervalo de tempo considerado, que vai de 2004 a 2012.

As variações percentuais mais robustas ocorrem nas variáveis indicadoras de (1) contato com atores políticos locais, (2) tentativa de convencimento sobre a escolha do voto das pessoas, (3) assistir a reunião de associação de bairro e (4) participação em protestos. Na primeira e na segunda variáveis, nota-se um abrupto aumento e queda de percentuais após a primeira rodada, respectivamente. Em ambas as variáveis, a variação é de aproximadamente sete pontos percentuais e verifica-se uma estabilidade nos percentuais no período temporal subsequente a essa variação. A tendência observável na variável “assistir a reunião de associação de bairro”, por sua vez, é de queda paulatina dos percentuais, embora a trajetória descendente não seja perfeitamente linear. Por fim, verifica-se uma tendência de aumento paulatino nos percentuais de participação em protestos nas três primeiras rodadas e uma queda abrupta de cerca de treze por cento para as duas rodadas subsequentes.

Dentre essas flutuações percentuais, a relativa à variável sobre protestos parece residir em mudanças realizadas em sua medida. Houve alteração na redação da questão aplicada aos entrevistados. Nas três primeiras rodadas do “Barômetro das Américas”, a pergunta se atém a participação em manifestações e protestos durante algum período da vida, ao passo que, a partir de 2010, questionam-se os entrevistados sobre o seu engajamento nesse tipo de atividade ao longo dos doze meses anteriores à realização da pesquisa.

A tabela 4 abaixo contém dados sumarizados da tabela presente no apêndice C. As posições no *ranking* evidenciam, como afirmado acima, que votar é a atividade

participativa mais comum. O caráter compulsório do ato em muitos países e a regularidade de ocorrência das eleições são fatores que talvez ajudem a explicar a diferença de mais de 30% (trinta por cento) dessa modalidade de participação para a segunda mais frequente.

Nota-se também a posição proeminente das atividades participativas ligadas a problemas locais: a ação em prol de melhorias na comunidade é a segunda atividade mais praticada e, dentre as atividades de contato, a que se direciona a atores políticos locais é a mais frequente. Por outro lado, o envolvimento com atores políticos e governamentais tradicionais e de abrangência nacional mostra-se a via menos comum de participação, vide as últimas posições ocupadas por variáveis sobre contato com atores governamentais (ministérios/ secretarias) e deputados (estaduais/ federais).

Por fim, cabe ressaltar que as atividades participativas chamadas de não convencionais ou contestatórias, como assinatura de petições e participação em protestos, ocupam posição intermediária no *ranking*, com frequências próximas a 12%.

Conclui-se, portanto, que a segunda hipótese não se sustenta porque não há nenhuma variável sobre contato com representantes políticos dentre as primeiras posições. Ademais, duas das quatro variáveis indicadoras ocupam as últimas posições no *ranking* de frequência.

Tabela 4- Frequência e *ranking* das atividades participativas entre americanos e caribenhos¹⁵

Atividade	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média	Ranking
<i>Votar</i>	74,3	75,5	74,6	74,1	76,0	75,5	1º
<i>Ação em prol de melhorias na comunidade</i>	34,1	36,1	35,7	35,7	34,6	35,3	2º
<i>Convencer os outros sobre a escolha do voto</i>	26,3	33,8	36,3	32,5	32,8	34,6	3º
<i>Assistir a reunião de associação de bairro</i>	32,7	28,9	29,1	26,6	24,1	26,9	4º
<i>Assistir a reunião de partido político</i>	17,0	14,4	15,8	17,7	15,4	17,0	5º
<i>Contato com atores políticos locais (prefeito/ autoridades militares)</i>	21,7	14,5	13,4	14,7	14,0	14,9	6º
<i>Contato com vereador/ atores governamentais locais</i>	15,3	14,9	12,5	13,7	12,6	13,7	7º
<i>Participação em protestos</i>	17,3	20,0	22,3	7,9	7,6	12,5	8º
<i>Assistir a audiência pública na Câmara Municipal e/ ou Prefeitura</i>	13,2	12,1	10,7	11,8	11,2	11,8	9º
<i>Assinar petição ou abaixo-assinado</i>	-	-	-	-	11,5	11,5	10º
<i>Trabalhar em campanha eleitoral</i>	12,0	11,2	10,9	10,9	8,8	10,5	11º
<i>Contato com atores governamentais (ministério/ secretaria)</i>	10,5	8,5	8,8	10,1	9,7	10,0	12º
<i>Contato com deputado estadual ou federal</i>	9,3	6,9	6,0	7,9	7,3	8,0	13º

A partir dos resultados contidos nas tabelas dos apêndices C e D, é possível discriminar os países com cidadãos mais e menos participativos (tabela 5) e essas posições por tipo de participação política (tabela 6). O critério baseia-se na contagem do número de vezes que os cidadãos de determinado país figuram entre as três primeiras e três últimas posições no *ranking* de frequência de cada atividade participativa¹⁶.

No Canadá (seus cidadãos figuram seis vezes entre as três primeiras posições de participação dentre todas as atividades participativas selecionadas para análise); nos EUA e Haiti (5); e na República Dominicana (4) situam-se os cidadãos mais participativos, ao passo que em Honduras, Panamá, Argentina e Equador (em cada país,

¹⁵ A tabela 4 apresenta o percentual de frequência de cada atividade participativa levando em conta os dados do conjunto de pesquisas de opinião por rodada. A coluna “média” evidencia a frequência média, que é o resultado da soma de todos os percentuais e sua sucessiva divisão pelo número total de rodadas. O *ranking* é a posição relativa de cada uma das atividades levando em conta o percentual de frequência média.

¹⁶ Cabe ressaltar que não há correção para ausência de países e variáveis indicadoras ao longo das rodadas. Utiliza-se a média simples, calculada a partir dos percentuais das variáveis indicadoras dos países, independente da quantidade de vezes que os países e/ou variáveis indicadoras aparecem na série histórica.

seus cidadãos figuram quatro vezes entre as três últimas posições de participação dentre todas as atividades participativas selecionadas para análise) encontram-se os cidadãos menos participativos.

O interessante de se observar nos dados das duas tabelas é a ausência de um repertório específico de ativismo por parte dos cidadãos de determinada nacionalidade. Isto é, não se nota uma predominância de ativismo em determinado tipo de participação entre os cidadãos de qualquer nacionalidade. Como exemplo, os canadenses, os mais participativos de um modo geral, apresentam-se entre as três primeiras posições de ativismo em “contato com atores políticos e governamentais” e em “atividades de protesto”. No outro extremo de participação, os hondurenhos apresentam comportamento semelhante. Encontram-se entre as três últimas posições de ativismo em dois tipos de participação distintos, “comparecimento eleitoral” e “contato com atores políticos e governamentais”.

Tabela 5- Lista de países com cidadãos mais e menos ativos em todas as atividades participativas¹⁷

Atividades	Países com cidadãos mais participativos	Países com cidadãos menos participativos
<i>Comparecimento eleitoral</i>	Peru Uruguai Equador	Honduras Colômbia Jamaica
<i>Ação em prol de melhorias na comunidade</i>	Paraguai Haiti República Dominicana	Panamá Argentina Nicarágua
<i>Convencer os outros sobre a escolha do voto</i>	EUA Canadá Suriname	El Salvador Nicarágua México
<i>Assistir a reunião de associação de bairro</i>	Bolívia Haiti Canadá	Brasil Argentina Uruguai
<i>Assistir a reunião de partido político</i>	Suriname República Dominicana Haiti	Equador Costa Rica Chile
<i>Contatar atores políticos locais (prefeito/ autoridades militares)</i>	El Salvador EUA Canadá	Honduras Equador Panamá
<i>Contatar vereador/ atores governamentais locais</i>	Uruguai Peru Chile	Equador Honduras Panamá
<i>Participação em protestos</i>	Bolívia Peru Canadá	Jamaica El Salvador Suriname
<i>Assistir a audiência pública na Câmara Municipal e/ ou Prefeitura</i>	República Dominicana EUA Haiti	Chile Argentina Panamá
<i>Assinar petição ou abaixo-assinado</i>	EUA Canadá Brasil	Guiana Suriname Jamaica
<i>Trabalhar em campanha eleitoral</i>	República Dominicana Suriname Haiti	Peru Canadá Chile
<i>Contatar atores governamentais (ministério/ secretaria)</i>	EUA Canadá Trinidade e Tobago	Paraguai Haiti Honduras
<i>Contatar deputado estadual ou federal</i>	EUA Jamaica Trinidade e Tobago	Argentina Peru Equador
Geral	- Canadá (6); - EUA e Haiti (5); - República Dominicana (4)	- Honduras, Panamá, Argentina e Equador (4);

¹⁷ A tabela 5 indica os países com cidadãos mais e menos participativos para cada atividade. Usa-se como critério de seleção dos países a posição relativa dos mesmos em cada atividade participativa, informada na tabela contida no apêndice C. Assim, entram para a lista os países que mais vezes figuraram entre as três primeiras e as três últimas posições em cada uma das atividades participativas. Para informações sobre as posições intermediárias, consultar a tabela do apêndice C.

Tabela 6- Lista de países com cidadãos mais e menos ativos por tipo de atividade participativa¹⁸

Tipos de participação	Países com cidadãos mais participativos	Países com cidadãos menos participativos
<i>Comparecimento eleitoral</i>	Peru Uruguai Equador	Honduras Colômbia Jamaica
<i>Contato com atores políticos e governamentais</i>	EUA (3) Canadá (2) Trinidade e Tobago (2)	Honduras (3) Equador (3) Panamá (2)
<i>Ativismo comunitário</i>	Haiti (2) República Dominicana (2)	Argentina (3) Panamá (2)
<i>Ativismo eleitoral</i>	Suriname (3) Haiti (2) República Dominicana (2)	Chile (2)
<i>Ativismo de protesto</i>	Canadá (2)	Suriname (2) Jamaica (2)

Os resultados contidos nas três tabelas anteriores trazem variadas informações sobre a frequência das atividades participativas. A tabela 7, por sua vez, dá indicações sobre a intensidade ou volume da participação, isto é, sobre a intensidade de envolvimento em atividades participativas. Os resultados sugerem que o repertório de atividades desempenhadas pela maior parte dos cidadãos é restrito. Em todas as rodadas, cerca de metade dos cidadãos está incluída na situação de não participação até a participação em, no máximo, duas atividades. Dentre os participativos, é observável uma perfeita trajetória linear decrescente: à medida que aumenta o número de atividades participativas, decai o percentual de pessoas nelas envolvidas. Essa trajetória segue o mesmo padrão em todas as rodadas.

Os resultados até agora alcançados indicam que, além de haver baixa proporção de participação política entre americanos e caribenhos, os que participam se manifestam de forma muito restrita, sendo ativos em poucas atividades políticas. Em ambas as dimensões, os padrões e tendências mostram-se estáveis ao longo do período analisado,

¹⁸ A tabela 6 indica os países com cidadãos mais e menos participativos para cada tipo de participação. Usa-se como critério de seleção dos países a quantidade de vezes que cada país figura nas três primeiras e últimas posições. Para informações sobre as posições intermediárias, consultar a tabela do apêndice D.

o que sugere a interpretação de que se vive, em período recente, uma constante situação de escassa e limitada participação.

Tabela 7- Quantidade de envolvimento em atividades participativas por rodada, em percentuais¹⁹

	Número de atividades participativas													Média	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		13
2004	9,0 (723)	24,6 (1985)	20,3 (1634)	16,3 (1315)	10,9 (878)	7,3 (590)	4,4 (356)	3,1 (248)	1,9 (155)	1,0 (80)	0,7 (54)	0,4 (28)	0,1 (10)	n.s.a	2,78 (8056)
2006/7	9,7 (2156)	23,9 (5296)	21,3 (4715)	16,3 (3608)	11,0 (2440)	6,9 (1526)	4,3 (959)	2,9 (646)	1,8 (390)	0,9 (201)	0,5 (113)	0,2 (54)	0,1 (20)	n.s.a	2,71 (22125)
2008	9,2 (851)	24,5 (2276)	23,0 (2137)	15,3 (1424)	10,8 (1003)	7,2 (672)	4,2 (388)	2,6 (241)	1,5 (138)	0,9 (86)	0,4 (40)	0,2 (18)	0,1 (10)	n.s.a	2,67 (9285)
2010	10,5 (3168)	27,5 (8307)	21,7 (6551)	14,7 (4425)	9,9 (2975)	6,3 (1889)	3,9 (1170)	2,4 (718)	1,5 (461)	0,9 (260)	0,5 (157)	0,2 (56)	0,01 (15)	n.s.a	1,68 (32490)
2012	10,4 (3293)	27,3 (8653)	21,8 (6906)	14,8 (4692)	9,8 (3104)	6,1 (1927)	4,0 (1262)	2,5 (802)	1,5 (482)	0,9 (291)	0,5 (153)	0,3 (89)	0,1 (33)	0,01 (12)	2,56 (32267)

Após a exposição dos dados sobre a frequência e o volume das atividades participativas entre cidadãos americanos e caribenhos nos anos de 2004 a 2012, o que se pode dizer sobre a quantidade de participação: há pouca ou muita participação na região em período recente? Para responder essa pergunta, deve-se criar um critério para classificar “pouca” ou “muita” participação. A indicação de um determinado patamar para essa classificação mostra-se inadequada, pois ela sempre recairia em arbitrariedade, uma vez que não há uma medida universalmente aceita a respeito. Busca-se, então, um critério comparativo capaz de relativizar a magnitude da participação no contexto pesquisado.

O ideal seria comparar a frequência das atividades participativas entre americanos e caribenhos com cidadãos de maior número possível de países. Mas tal tarefa encontra um obstáculo estrutural em pesquisa na área de ciências sociais, que é a escassez de oferta de dados que possam ser comparáveis, conforme alerta Norris (2002).

¹⁹ Os percentuais são relativos apenas aos casos válidos. É aplicado um peso em cada análise a fim de que cada país contenha o mesmo número de casos, 1500. Em 2004, são 8056 casos válidos (53,7%) e 6944 casos inválidos (46,3%); em 2006/7, são 22125 casos válidos (67%) e 10874 casos inválidos (33%); em 2008 são 9285 casos válidos (25,8%) e 26715 casos inválidos (74,2%); em 2010 são 30153 casos válidos (77,3%) e 8847 casos inválidos (22,7%); em 2012 são 31700 casos válidos (81,3%) e 7300 casos inválidos (18,7%). Na rodada de 2012, ocorre a inserção de uma variável (“assinatura de petições e abaixo assinados”) e por isso há diferença quanto ao número total de atividades participativas em relação às demais rodadas.

No caso desta tese em específico, nem todas as pesquisas de opinião que abarcam variados países possuem como principal interesse questões de natureza política e, especificamente, relacionados à participação política. As pesquisas *European Social Survey* (ESS) e *AfroBarometer* (AB), porém, se aproximam dos parâmetros existentes no “Barômetro das Américas”: vasta gama de variáveis sobre política, entrevistas com cidadãos de variados países de um continente específico e a presença de uma série temporal que abarca aproximadamente dez anos. Por conta dessas características, essas pesquisas são utilizadas para as análises comparativas a seguir.

As tabelas 8 e 9 fornecem informações sobre a frequência das atividades participativas entre cidadãos europeus e israelenses (ESS) e africanos (AB) para os anos de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010 e 2002-3, 2005-6, 2008-9 e 2011-12, respectivamente.

Comparando os dados pertinentes aos cidadãos americanos e caribenhos com os demais, observa-se pouca diferenciação no comparecimento eleitoral. Entre os cidadãos dos três continentes, a média percentual é próxima, variando de 70% a 75%.

Por outro lado, nota-se bastante diferenciação no ativismo comunitário. Sendo possível a comparação somente com os africanos, nota-se que estes são muito mais ativos nessa arena, considerando vários indicadores. A frequência com que se assiste a reuniões na comunidade, por exemplo, é quase 2,5 vezes mais comum entre os africanos (64,8%) que entre os americanos e caribenhos (26,9%). Também há destacada diferença no contato com atores políticos e governamentais de âmbito local. Enquanto americanos e caribenhos apresentam médias próximas a 15% nessas práticas - “contato com atores políticos locais (14,9%)” e “contato com vereadores e atores governamentais locais (13,7%)” - entre os africanos elas mostram-se quase que duas vezes mais comuns -

“contato com ator governamental local (27,3%)” e “contato com conselheiros do governo local (vereadores) (26%)”.

A tentativa de convencer as pessoas sobre a escolha do voto é mais uma comparação possível de ser feita apenas entre americanos e caribenhos, de um lado, e africanos, de outro. Nesse caso, os percentuais são próximos, em torno de 35% entre os primeiros e aproximadamente 30% entre últimos.

O contato com parlamentares é uma atividade medida nas três pesquisas de opinião, embora na referente aos europeus e israelenses a pergunta seja mais generalista: “contato com atores políticos e governamentais”. Apesar desse ponto, verificam-se percentuais muito próximos entre europeus e israelenses e africanos (em ambos os casos, percentuais entre 10 e 15%, aproximadamente), ao passo que entre americanos e caribenhos tal prática apresenta-se um pouco menos usual (8,0%).

A participação em protestos apresenta flutuações nos percentuais entre os três públicos analisados, mas é possível discernir diferenças em seus patamares. Tal tipo de participação é menos comum entre europeus e israelenses (média de 6,5% em manifestações legais e 1,2% em protestos ilegais, a última somente para a rodada de 2002) em relação a africanos e americanos e caribenhos, que têm percentuais próximos (em torno de 15%).

Assinaturas de petições e/ou abaixo assinados é questão tratada somente entre europeus e israelenses e americanos e caribenhos e a diferença entre eles mostra-se nítida: os primeiros apresentam quase o dobro de frequência dessa atividade (20,5%) em relação ao segundo grupo de cidadãos (11,5%).

Por fim, deve-se ressaltar a dificuldade de se fazer comparações sobre as atividades participativas ligadas a partidos políticos. Nas três pesquisas utilizadas, tal questão é abordada, mas de três maneiras distintas, o que dificulta a comparabilidade.

Talvez o envolvimento partidário que mais requer dedicação e tempo é a filiação partidária, que alcança baixa proporção entre os europeus e israelenses (5%). Assistir a reuniões partidárias, atividade que não requer necessariamente a filiação, é prática comum para cerca de 15% dos americanos e caribenhos. Já a simpatia partidária, talvez o laço mais frouxo entre cidadãos e partidos, alcança média de aproximadamente 60% entre os africanos.

Em suma, as comparações elucidam que os africanos são os mais ativos na política comunitária, que envolve problemas e atores políticos de nível local. Já o contato com atores políticos e governamentais inseridos em esferas de poder nacional apresentam poucas diferenças entre os cidadãos dos três continentes pesquisados, assim como as variáveis indicadoras de participação na arena eleitoral (comparecimento eleitoral e convencer os outros sobre a escolha eleitoral). Em atividades políticas contestatórias ou não convencionais, os europeus e israelenses mostram-se os mais ativos em assinatura de petições, mas engajam-se com menos frequência que os africanos e americanos e caribenhos em protestos. Outro indicador dessa mesma dimensão de participação política, o boicote a produtos, não é passível de comparação, já que só há medida a respeito no ESS.

Tabela 8- Frequência e *ranking* de atividades participativas entre africanos (em %)

Atividades	2002/3	2005/6	2008/9	2011/12	Percentual Médio	Ranking
<i>Comparecimento eleitoral</i>	-	74,3 (18874)	70,0 (19345)	76,0 (28138)	73,4	1º
<i>Assistir a uma reunião na comunidade</i>	66,1 (16089)	66,2 (16815)	64,0 (17652)	63,0 (23426)	64,8	2º
<i>Participar de reuniões de campanha e de comícios em eleições nacionais</i>	-	-	-	46,0 (17000)	46,0	3º
<i>Convencer os outros sobre a escolha do voto</i>	-	-	-	29,0 (10861)	29,0	4º
<i>Contatar ator governamental local</i>	27,3 (6648)	-	-	-	27,3	5º
<i>Contatar conselheiros do governo local [vereador (a)]</i>	-	25,1 (6130)	27,0 (7572)	26,0 (9592)	26,0	6º
<i>Contatar alguma autoridade de partido político</i>	17,3 (4213)	15,0 (3661)	-	16,0 (5867)	16,1	7º
<i>Contatar alguma autoridade de ministério</i>	14,4 (3495)	11,2 (2724)	-	-	12,8	8º
<i>Participar de protestos</i>	14,3 (3487)	13,5 (3446)	13,0 (3485)	9,0 (3338)	12,4	9º
<i>Contatar parlamentar</i>	11,8 (2849)	10,3 (2530)	12,0 (3549)	13,0 (4761)	11,8	10º
<i>Contatar ator governamental regional</i>	7,0 (1677)	-	-	-	7,0	11º
<i>Usar a força ou violência para uma causa política</i>	4,2 (1020)	-	-	4,0 (1245)	4,1	12º

Fonte: AfroBarometer. Acesso em: www.afrobarometer.org. Acessado em: 29/08/2013.

Tabela 9- Frequência e *ranking* de atividades participativas entre europeus e israelenses (em %) ²⁰

Atividades	2002	2004	2006	2008	2010	Percentual Médio	Ranking
<i>Comparecimento eleitoral</i>	75,1 (31420)	71,1 (33484)	72,7 (30899)	72,2 (40590)	70,9 (36804)	72,4	1°
<i>Comprar determinados produtos por questões políticas</i>	26,3 (11038)	-	-	-	-	26,3	2°
<i>Assinar petição</i>	24,0 (10095)	21,3 (10026)	21,9 (9374)	18,1 (10215)	17,4 (9095)	20,5	3°
<i>Boicotar determinados produtos por questões políticas</i>	16,5 (6941)	14,4 (6791)	14,4 (6168)	12,8 (7214)	12,5 (6549)	14,1	4°
<i>Contatar atores políticos e governamentais</i>	16,2 (6817)	14,2 (6702)	14,0 (6001)	12,3 (6943)	12,2 (6385)	13,8	5°
<i>Doar dinheiro a organização ou movimento político</i>	8,5 (3579)	-	-	-	-	8,5	6°
<i>Vestir ou usar um adesivo ou broche de campanha política</i>	8,0 (3349)	7,5 (3532)	7,5 (3191)	6,3 (3537)	6,2 (3217)	7,1	7°
<i>Participar de manifestações legais</i>	7,7 (3230)	7,4 (3487)	5,8 (2475)	5,8 (3300)	5,6 (2930)	6,5	8°
<i>Ser filiado a partido político</i>	5,8 (2448)	5,3 (2502)	5,3 (2253)	4,6 (2626)	4,2 (2193)	5,0	9°
<i>Participar de atividades de protesto ilegais</i>	1,2 (502)	-	-	-	-	1,2	10°

Fonte: *European Social Survey*. Acesso em: www.europeansocialsurvey.org. Acesso em: 29/08/2013.

²⁰ Nas tabelas 7 e 8, os números em parêntesis correspondem a quantidade de entrevistados considerados participativos. Em ambas as pesquisas, consideram-se apenas os casos válidos para gerar os percentuais. Maiores informações, acessar os bancos de dados, disponíveis através do acesso aos sites indicados na fonte abaixo de cada uma das tabelas. Os percentuais médios é resultado da soma de todos os percentuais por variável e a subsequente divisão pela quantidade de ondas.

3- FATORES EXPLICATIVOS: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

É praxe na literatura de comportamento político ou sociologia política investigar a relação entre as condições socioeconômicas e demográficas e os diversos tipos de comportamento e atitudes políticas. As análises levam em conta que a condição objetiva do indivíduo dentro da sociedade ajuda a explicar suas escolhas e posições políticas. Além disso, variáveis indicadoras desse aspecto são utilizadas como controle para analisar diversas outras relações.

O campo de estudos sobre a participação política não foge à regra. Alguns textos são centrais para tratar a relação entre condições socioeconômicas e demográficas e participação política, sendo boa parte deles aqueles liderados por Sidney Verba (VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1987; VERBA *et al*, 1993; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Verba e parceiros lembram que, a princípio, o sistema político é formalmente igualitário (em países minimamente democráticos), já que se baseia no sufrágio universal, onde todos os eleitores têm peso igual. Na realidade, porém, a situação é diferente. Os indivíduos são distintos em termos de renda, escolaridade e ocupação, por exemplo, e essas diferenças trazem consequências para o ativismo político: resultados de pesquisas realizadas em diversos países, mostram, em geral, que cidadãos com mais “recursos”²¹ são mais participativos. A interpretação desses dados considera que quanto mais recursos, maior o tempo para dedicar-se a atividades políticas e maiores as motivações para tanto. Logo, na política democrática

²¹ De um modo geral em suas obras, Verba e coautores utilizam a palavra recursos (*resources*) para indicar condições socioeconômicas. A variável indicadora agrega apenas medidas de escolaridade e de renda e é chamada de “nível de recursos socioeconômicos” (*socioeconomic resources level*, sigla SERL em língua inglesa). Apesar disso, os autores não se furtam de fazer relações entre outros aspectos da condição socioeconômica e demográfica (idade, sexo, morar em região urbana e rural e ocupação, por exemplo) com atividades participativas, mesmo que de modo menos aprofundado.

todos têm voz, mas algumas são mais notadas que outras. Esse modelo teórico é chamado por eles de “voluntarismo cívico”.

Parte da literatura se dedica a testar a validade da teoria por eles propagada, indicando suas limitações e virtudes. Outra parte usa as suas contribuições, ao lado de muitas outras, para analisar os determinantes da participação. Mas, independentemente de como esses textos são usados, é raro observar algum estudo da área que prescindia de suas contribuições para a construção de argumentos teóricos e a realização de testes empíricos.

Visando meramente maior clareza na exposição das teorias, este tópico é composto por subtópicos que tratam dos indicadores específicos das condições socioeconômicas e demográficas selecionadas. São eles: escolaridade e renda; sexo, idade e raça; e região de moradia. Em cada subtópico são debatidos os argumentos e os resultados empíricos a respeito da relação entre a variável correspondente e as diversas formas de participação política. Ao final de cada um, constroem-se hipóteses que guiarão o desenvolvimento do capítulo cinco.

Todos os autores utilizados neste tópico investigam a participação política a partir de análises com vários fatores explicativos relacionados à condição socioeconômica e demográfica (alguns, inclusive, adentram em questões de outra natureza). Assim, boa parte dos textos é citada em mais de um subtópico. Para evitar a repetição de informações acerca dos dados utilizados em cada um, essas informações são detalhadas a seguir; os autores estão listados em ordem alfabética.

BATISTA PEREIRA, 2012

Contexto: Américas e Caribe.

Dados: “Barômetro das Américas”, rodada de 2010, utilizando entrevista com cidadãos de 25 dos 26 países disponíveis. São excluídas as entrevistas com estadunidenses.

Indicadores de participação política: ação para resolução de problemas na comunidade ou vizinhança e assistir a reuniões de associação de bairro.

BUENO, 2012

Contexto: região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Dados: Pesquisa de Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH) de 2005, parte do projeto do *Hubble Social*.

Indicadores de participação política: (1) participação em organizações políticas, composto pelas variáveis sobre engajamento em partidos políticos, associações de proteção ao consumidor, comunitárias ou de vizinhança, partidos políticos, negócios e comércio, movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e ao orçamento participativo e (2) ativismo político, composto pelas variáveis sobre reunião da comunidade, abaixo-assinado e manifesto, campanhas de arrecadação, boicotes, passeatas, greves e ocupações de prédios.

DALTON; VAN SICKLE, 2005

Contexto: diversos continentes

Dados: *World Values Surveys*, rodadas de 1995-1998 e de 1999-2002.

Indicadores de participação política: variáveis sobre protesto político: assinatura de abaixo assinado e petição, participar de boicotes, de greves e de manifestações legais e ocupar prédios e fábricas.

FERREIRA, 1999

Contexto: Brasil.

Dados: suplemento sobre participação política, presente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 e na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de abril de 1996, além de dados sobre filiação a sindicatos, presentes na PNAD de 1992.

Indicadores de participação política: filiação a sindicato, a associação de bairro, a partido político, a associação esportiva e cultural, a associação de empregados e a associação religiosa e filantrópica; reivindicação, reclamação, pedido e sugestão endereçadas a atores políticos; assinatura de abaixo-assinado; trabalho voluntário em associações; e participação em manifestações de protesto, em reuniões de grupos locais e em greves.

GRAFF; ORRELL; RIGL, 2012

Contexto: Américas e Caribe.

Dados: “Barômetro das Américas”, rodada de 2010, cidadãos de 26 países entrevistados. *Indicadores de participação política:* trabalhar para um candidato ou partido político em campanha eleitoral.

HIRLINGER, 1992

Contexto: EUA.

Dados: pesquisa de opinião aplicada em 332 adultos (acima de 18 anos) numa cidade da região sudoeste dos EUA. Não há indicação no texto sobre a amostra e em que cidade ela foi realizada.

Indicadores de participação política: “contato particularizado” (contato direto com atores governamentais visando resolver problemas individuais e/ou familiares) e “contato generalizado” (contato com atores governamentais visando resolver problemas da vizinhança e/ou da comunidade). São onze os órgãos governamentais aos quais os cidadãos são arguidos se fizeram contato ou não: polícia, bombeiros, parques e recreação, saneamento, saúde, manutenção de ruas, tráfego, controle de animais, transportes, tratamento de esgoto e meio ambiente.

LYNCH; RENDER; TWOMEY, 2012

Contexto: Américas e Caribe.

Dados: “Barômetro das Américas”, rodada de 2010, cidadãos de 26 países entrevistados.

Indicadores de participação política: contato com atores governamentais locais visando a resolução de problemas.

MOSELEY; LAYTON, 2013

Contexto: Américas e Caribe.

Dados: “Barômetro das Américas”, rodada de 2012, cidadãos de 26 países entrevistados.

Indicadores de participação política: participação em protestos nos últimos doze meses que antecedem a aplicação da pesquisa.

NIE; POWELL JR; PREWITT, 1969

Contexto: EUA, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e México.

Dados: o mesmo *survey* explorado por Almond e Verba (1963).

Indicadores de participação política: criam um índice de participação política, composto pelas seguintes variáveis: conversar sobre política, contato direto com atores governamentais locais, envolvimento em campanhas eleitorais e filiação a partidos e movimentos políticos.

NORRIS, 2002

Contexto: Mais de cinco dezenas de países de todos os continentes.

Dados: World Values Survey (1981, 1990-91, 1995-96) e Role of Government III (1996).

Indicadores de participação política: “ativismo cívico” (associação a organizações ambientais, organizações de caridade, organizações de arte e cultura, organizações de classe profissional, organizações de esportes e recreação, organizações religiosas, sindicatos e partidos políticos) “comparecimento eleitoral” e “ativismo de protesto” (participar de manifestações legais, engajar-se em boicotes, engajar-se em greves não oficiais, assinar uma petição e ocupar prédios e fábricas).

OLIVER, 1999

Contexto: EUA.

Dados: pesquisa de opinião *Citizen Participation Study* (CPS), de 1990, e censo estadunidense, de 1990. A pesquisa de opinião possui dois estágios. O primeiro possui quinze mil entrevistados e o segundo abarca 2517 cidadãos, com amostra super-representada para latinos, pretos e ativistas políticos. Oliver utiliza apenas o segundo estágio da pesquisa e seleciona para a análise 1692 casos, que corresponde ao número de entrevistados que residem em regiões metropolitanas.

Indicadores de participação política: comparecimento eleitoral nas eleições anteriores à época de aplicação da pesquisa, contato direto com atores políticos locais, assistir às reuniões de conselhos municipais e a encontros de organizações voluntárias.

RENNÓ et al, 2011

Contexto: Brasil.

Dados: “Barômetro das Américas”, rodada de 2010.

Indicadores de participação política: comparecimento em eleições anteriores à época de aplicação da pesquisa; trabalhar em atividades ligadas a campanha eleitoral, contato direto com atores políticos e participação em manifestações e protestos.

VERBA et al, 1993

Contexto: EUA.

Dados: pesquisa de opinião *Citizen Participation Study (CPS)*. É uma pesquisa de opinião realizada em dois estágios. O primeiro contém quinze mil entrevistas feitas por telefone com adultos estadunidenses. A pesquisa foi aplicada nos últimos seis meses de 1989. Findo esse primeiro estágio, selecionaram-se perfis específicos de cidadãos a partir de critérios de raça e ativismo político. A amostra foi superestimada para pretos, latinos e ativistas políticos, sendo realizadas 2517 entrevistas na primavera de 1990. Para este artigo, os autores usam somente os dados da segunda etapa da pesquisa.

VERBA; NIE; KIM, 1987

Contexto: Áustria, Índia, Holanda, Nigéria, EUA, Iugoslávia e Japão.

Dados: pesquisa de opinião intitulada “*Cross National Participation Project in Political and Social Change*”.

Indicadores de participação política: “contatos personalizados” (contato direto com atores políticos), atividades políticas relacionadas à campanha eleitoral, atividades políticas relacionadas a problemas políticos locais e comparecimento eleitoral.

ZUCKERMAN; WEST, 1985

Contexto: Áustria, Índia, Holanda, EUA, Iugoslávia e Japão.

Dados: pesquisa de opinião intitulada “*Cross National Participation Project in Political and Social Change*”.

Indicadores de participação política: “contato particularizado” (contato visando resolver problemas individuais e/ou familiares) e “contato social” (contato visando resolver problemas da vizinhança e/ou da comunidade).

3.1.1- Escolaridade e renda

É usual na ciência política arrolar a escolaridade e a renda como fatores explicativos de atitudes, comportamentos e percepções. Em boa parte dos estudos, as conclusões são parecidas: tanto escolaridade quanto renda mostram-se associadas positivamente a posicionamentos considerados socialmente mais aceitáveis, como a

tolerância política, o civismo, o conhecimento sobre questões políticas, o ativismo político, etc. Assim, quanto mais instruído e rico for o indivíduo, mais se espera dele um comportamento compatível com uma cultura política pró-democrática.

Entretanto, há resultados de pesquisas na área que não encontram relação positiva entre renda e escolaridade, de um lado, e todas as modalidades de participação política, de outro. Um estudo a respeito é tratado a seguir.

Em Verba, Nie e Kim (1987), encontra-se variação ampla dos coeficientes de correlação entre status socioeconômico e três tipos de participação política, entre cidadãos de países diferentes. Com referência ao comparecimento eleitoral, o menor valor é encontrado entre os austríacos (- 0,06) e o maior entre os estadunidenses (0,24). A tendência é parecida em relação a atividades de campanha: os japoneses (0,06) e os indianos (0,33) concentram o menor e o maior valor, respectivamente. Já no caso da participação comunitária, as correlações apresentam menor variação e maior intensidade. Mais uma vez, japoneses (0,13) e indianos (0,30) se destacam por possuírem o menor e o maior valor de correlação, respectivamente.

Para os autores, os resultados podem ser uma evidência de que as relações entre status socioeconômico e atividades participativas são menos fortes no caso em que os atores não precisam se inserir em instituições para participarem da política, o que é o caso do comparecimento eleitoral.

Nie, Powell Jr e Prewitt (1969) também exploram a relação entre condições socioeconômicas e participação política. Primeiramente, correlacionam o que chamam de *status* social (variável criada a partir da agregação de categorias sobre renda, escolaridade e ocupação) e o índice de participação política²² e de envolvimento

²² Índice composto por variáveis indicadoras de (1) conversa sobre política, (2) ação visando influenciar atuação de atores políticos de nível local e nacional e (3) filiação em organização com atuação política.

organizacional²³. Os resultados apontam uma relação positiva e de moderada a forte intensidade (coeficientes que variam de aproximadamente 0,2 a 0,5) nos cinco países pesquisados.

Verba *et al.* (1993), comparam a intensidade de participação política²⁴ para diferentes perfis sociais, construídos a partir das variáveis renda, escolaridade, ideologia e privação econômica²⁵.

Analisando o volume de engajamento em atividades participativas no conjunto de entrevistados²⁶, tem-se a média de 1,75 atividades *per capita*. Segmentando os entrevistados por perfis sociais, têm-se as maiores médias entre os que são bacharéis ou possuem maior escolaridade (2,54) e entre os que são remunerados em mais de cinquenta mil dólares (2,50). Do lado oposto, encontram-se os respondentes que declaram receber auxílio governamental para comprar alimentos (*Food Stamp*) e os que não completaram o correspondente ao ensino médio no Brasil (*High School*), com 0,83 e 0,73 atividades *per capita* em média, respectivamente.

Esses resultados de Verba *et al.* (1993) mostram que cidadãos inseridos nos diferentes perfis sociais construídos apresentam intensidades de participação distintas. Os mais ativos politicamente são os mais escolarizados, mais ricos e os conservadores em questões políticas. Essas constatações confirmam, em parte, os argumentos de Verba, Nie e Kim (1987), tratados acima.

²³ Índice composto por variáveis indicadoras de situação ocupacional, posição de liderança em organização e inserção em atividades que não incluam questões de trabalho ou familiares.

²⁴ São sete modalidades consideradas: (1) trabalho em favor de candidato ou partido em campanhas eleitorais; (2) doação de dinheiro para candidatos a cargos políticos em campanhas eleitorais; (3) contato direto com funcionário público para resolução de problema; (4) participação em protestos; (5) engajamento em ações em prol da comunidade em que vive; (6) participação em reuniões em conselho de administração local e (7) trabalhar voluntariamente em tal conselho.

²⁵ Na concepção dos autores, são os cidadãos que precisam cortar gastos e receber auxílios governamentais para sobreviverem.

²⁶ Cabe ressaltar que, na amostra da pesquisa de opinião utilizada, os pretos, latinos e ativistas políticos são super-representados, conforme já descrito páginas acima, na descrição dos dados de cada estudo utilizado neste tópico.

Embora os trabalhos até agora discutidos sejam importantes para analisar o papel da renda e da escolaridade na participação política, eles baseiam-se exclusivamente em testes lógicos e/ ou descritivos: correlação, comparação de média e cruzamento de dados. Indubitavelmente, essas técnicas metodológicas ajudam a testar as hipóteses que os autores investigam, mas elas não são capazes de indicar se as relações encontradas se mantêm caso sejam inseridas no modelo explicativo outras variáveis. Tal tarefa só pode ser cumprida por meio de técnicas de análise estatística multivariadas. Percorrer esse caminho parece ser essencial, dada a complexidade do fenômeno, que abarca atividades distintas e interesses conflitivos. Os estudos a seguir cumprem essa tarefa.

Investigando o contexto brasileiro, o estudo de Ferreira (1999) traz importantes contribuições para a questão. O autor faz uma série de regressões logísticas binárias com variáveis explicativas referentes à escolaridade e renda, a fim de testar hipóteses que levam em conta esses fatores para explicar o engajamento em diversas modalidades de participação.

Em relação a contato com políticos – dar sugestão, fazer pedido, reclamação e reivindicação direcionadas a atores políticos - nota-se que, em todos os casos e nos dois anos da pesquisa (1988 e 1996), crescem as chances de participação à medida que aumenta o nível de escolaridade, salvo duas exceções: fazer pedido e reclamação a político, em 1996. Também se constitui como tendência a diminuição do valor dos coeficientes quando se compara o primeiro com o segundo ano pesquisado. Já com relação à renda, medida por logaritmo da renda proveniente da ocupação principal do entrevistado, os valores dos coeficientes são de baixos a moderados (entre 0,12 e 0,35), mas quase sempre em sentido positivo, ou seja, quanto mais renda, maiores as chances de participação. O sentido da razão de chance é negativo somente para explicar “pedido a político”. Observa-se também um aumento no valor da razão de chance - embora em

pequeno patamar - entre os anos pesquisados para três das quatro dimensões, exceto para “fazer reivindicação a político”, onde os valores não se alteram.

Para tratar de participação associativa, Ferreira (1999) investiga o engajamento dos entrevistados em associações de empregados e a filiação a sindicatos, associação de bairro, associação religiosa/ filantrópica, associação esportiva/ cultural e a partido político. Em boa parte dos casos e anos, à medida que cresce o nível de escolaridade, observa-se um aumento paulatino das chances de participação. Isso não se dá somente para “filiação a associação de bairro” e a “associação religiosa/ filantrópica”. Os valores de razão de chance do logaritmo da renda apresentam valores altos (entre 0,49 e 0,67) também para engajamento em associações de empregados e filiação a sindicatos e em associação esportiva/ cultural. Nas demais dimensões da participação política analisadas no trabalho, a direção da relação varia em sentido positivo e negativo e tem sempre valores baixos.

O autor também investiga o papel de variáveis socioeconômicas em atividades participativas chamadas por ele de “não convencionais”: assinar listas ou abaixo-assinados, participar de protestos, realizar trabalhos voluntários e participar de reuniões de grupos locais e de greves. Informações a respeito concentram-se para o ano de 1996. A relação entre as categorias que medem escolaridade e as variáveis dependentes segue a mesma tendência predominante nos demais casos já tratados: aumento paulatino da razão de chance de participar à medida que aumenta o nível de escolaridade. Quanto à renda, a relação é negativa e em baixo patamar nos casos de assinar listas e abaixo-assinados e participar de protestos; para os demais tipos de participação, permanece o baixo valor da razão de chance, mas a relação tem sentido positivo.

Rennó *et al.* (2011) também tratam do contexto brasileiro, e investigam as relações entre variáveis indicadoras de capital social e de condições socioeconômicas

com diversas modalidades de participação política. Os resultados apontam que os cidadãos com mais altos níveis de renda e de escolaridade apresentam as maiores chances de engajamento em quatro modalidades de participação política.

As contribuições de Ferreira (1999) e de Rennó *et al.* (2011), todas pertinentes ao contexto brasileiro, indicam, na maior parte das situações, que entre os cidadãos com mais altos níveis de renda e de escolaridade encontram-se as maiores chances e as maiores proporções de participação, respectivamente.

Os textos tratados a seguir possuem objetivos e resultados similares, mas aproximam-se ainda mais dos propósitos desta tese por investigarem a relação entre renda e escolaridade no contexto americano e caribenho.

Moseley e Layton (2013) consideram variáveis indicadoras de condições socioeconômicas, satisfação com serviços públicos, adesão à democracia e interesse por política para explicar participação em protestos. Encontram que escolaridade e auto percepção de pertencimento à classe média implicam maiores chances de participação em protestos.

Zuckerman e West (1985) utilizam os mesmos dados de Verba, Nie e Kim (1987), investigam as relações entre condições socioeconômicas e contato com atores políticos e governamentais, tarefa à qual os últimos não se dedicaram. Os autores distinguem o contato em dois tipos, o particularizado (que visa a resolver problemas pessoais e/ou familiares) e o social (que visa a resolver problemas da vizinhança e/ou da comunidade), seguindo assim os mesmos procedimentos metodológicos de Verba e Nie (1972). A partir do cruzamento de dados entre *status* socioeconômico e nível de escolaridade com intensidade de contato social, observam correlação linearmente positiva em todos os países. Sugerem duas maneiras de interpretar os resultados: maiores níveis de escolaridade e renda possibilitam, por um lado, a consciência sobre a

existência de problemas na comunidade e, por outro, tornam mais provável o acesso a atores políticos e governamentais e o subsequente contato.

A relação muda de figura quando o foco está nos contatos particularizados. Apenas na Índia a relação com *status* socioeconômico permanece linear e positiva ²⁷ Nos demais países, não é possível observar um padrão definido, devido às flutuações nos percentuais entre os seis níveis de *status*. O mesmo cenário se dá na relação entre níveis de escolaridade e intensidade de contato particularizado, salvo as exceções de Japão e Holanda. Zuckerman e West (1985) concluem que os contatos particularizados são menos influenciados por questões socioeconômicas que os contatos sociais.

Oliver (1999) também utiliza os dados de Verba *et al.* (1993) para investigar a participação política em quatro modalidades: comparecimento na eleição anterior à aplicação da pesquisa, contato direto com atores políticos locais e assistência às reuniões de conselhos municipais e a encontros de organizações voluntárias. A partir dos resultados de um teste de regressão logística com variáveis indicadoras de condições socioeconômicas, o autor identifica associação entre níveis de escolaridade e de renda e chances de participação, para todas as modalidades investigadas.

Os textos discutidos em sequência trazem resultados sobre a relação entre escolaridade, renda e participação política um pouco distintos dos abordados nos estudos acima. Neles, põe-se em suspeição, pelo menos em parte, a tese de que altos níveis de escolaridade e de renda levam ao engajamento em atividades participativas.

Hirlinger (1992) investiga o contato direto com atores políticos e governamentais. Assim como Verba e Nie (1972) e Zuckerman e West (1988), o autor faz a distinção entre o contato particularizado e o generalizado (chamado pelos últimos

²⁷ Os autores também consideram haver a mesma situação na Áustria, mas tem-se aqui uma leitura distinta. Nesse caso, existem muitas flutuações nos percentuais de contato ao longo das seis categorias e a diferença entre os percentuais da categoria 1 e 6 (menor e maior nível socioeconômico, respectivamente) é de apenas 5%.

autores de “social”). Também cria um terceiro tipo de medida de contato, o total, que engloba os dois tipos anteriores. A relação entre status socioeconômico e os três tipos de contato apresenta baixa intensidade de associação. O status socioeconômico apresenta relação negativa com contato generalizado, mas relação positiva com contato particularizado e total. Os efeitos da percepção de problemas na comunidade são parecidos: apresenta relação variada, sendo de sentido positivo para contato generalizado e de sentido negativo para contato particularizado e total.

O interesse de Batista Pereira (2012) é outro: comparar a diferença de participação em atividades comunitárias de homens e mulheres. Para tanto, usa os mesmos dados manipulados por Moseley e Layton (2013) e aplica um teste de regressão linear multivariada. Escolaridade e riqueza²⁸ apresentam resultados díspares: enquanto escolaridade tem predição positiva, riqueza tem predição negativa. Assim, pode-se interpretar que mais altos níveis de escolaridade ajudam a conformar uma situação de desigualdade de participação entre homens e mulheres, ao passo que mais altos níveis de riqueza contribuem para desvirtuar essa situação.

Lynch, Render e Twomey (2012) visam explicar o contato direto dos cidadãos com os representantes políticos. Observam que, quanto mais alto o nível educacional, maiores são as chances do contato se realizar. Em relação à riqueza, apenas as relações entre os cidadãos inseridos nas duas categorias extremas (que indicam maior e menor riqueza possível) mostram-se estatisticamente significantes. Os resultados mostram-se díspares: enquanto os mais ricos apresentam menos chances de realizarem contato com os políticos, os situados na mais baixa fração de riqueza mostram tendência oposta, sempre tendo a terceira fração de riqueza como referência. Ou seja, enquanto o aumento

²⁸ Batista Pereira (2012) e Lynch, Render e Twomey (2012) utilizam a medida proposta por Córdova (2008), que faz uso de variáveis indicadoras de bens de consumo das famílias e atribui diferentes pesos entre os bens. É uma alternativa à utilização usual da variável sobre renda pessoal ou familiar.

de escolaridade facilita o contato com políticos, o aumento de riqueza tem efeito inverso.

Os estudos que investigam os determinantes do contato direto dos indivíduos com atores políticos e governamentais têm resultados menos consensuais (ZUCKERMAN; WEST, 1985, LYNCH; RENDER; TWOMEY, 2012; HIRLINGER, 1992), mas o conflito entre as evidências encontradas não é suficiente para alterar a interpretação geral de que, quanto mais recursos possui o indivíduo, maior é a propensão de engajamento em atividades participativas.

Importa chamar a atenção para a observação de que o tipo de relação entre as medidas de escolaridade e de renda e participação política, em boa parte dos estudos analisados, ocorre de modo linear. Ou seja, a proporção de indivíduos participativos ou as chances de engajamento em atividades participativas aumentam à medida que aumentam os graus de escolaridade e de renda nas categorias das variáveis utilizadas.

Em dissonância com os objetivos da tese, a maior parte dos estudos discutidos não prioriza a análise de dados numa perspectiva comparativa longitudinal (anos), embora uma parte considerável os analise numa perspectiva transversal (países). Logo, torna-se inadequado construir hipóteses considerando variações no tempo.

Levando em consideração todos esses aspectos, espera-se encontrar mais uma vez, com os dados a serem utilizados, que *os cidadãos com mais altos níveis de escolaridade e de renda apresentam maiores chances de envolvimento em atividades participativas que os cidadãos com mais baixos níveis de escolaridade e de renda.*

3.1.2- Sexo, idade e raça

Os resultados das pesquisas sobre participação política mostram, em geral, que indivíduos do sexo masculino, jovens e brancos constituem o perfil mais envolvido com a política.

Geralmente atribui-se a proeminência da participação masculina em relação à feminina a questões culturais: há situações em que se valoriza o papel da mulher no lar, ao passo que sua atuação em questões públicas é recriminada ou dispensada. Outro fator seria a dupla jornada de trabalho: boa parte das mulheres, além de exercer a profissão, também é a principal (ou única) responsável pela criação dos filhos e pelos cuidados com o lar. Assim, resta pouco tempo para ela se dedicar à política.

Quanto à influência da idade, afirma-se, em geral, que os jovens são mais engajados na política por terem menos responsabilidades com questões familiares e de trabalho do que os mais idosos. Assim, o relativo maior tempo disponível transformar-se-ia em ativismo político.

Já a posição marginal de certos grupos étnicos e de raça na estrutura socioeconômica, devido a questões culturais e históricas, sugere a hipótese de menor envolvimento em questões políticas. Assim, espera-se que os pretos, por exemplo, tenham mais baixos níveis de conhecimento sobre política, mais sentimentos de ineficácia política e que gastem boa parte do seu tempo com atividades que garantam a sobrevivência. Tais características tornariam mais provável o ativismo dos pretos em comparação com os brancos.

Todas essas questões estão baseadas no senso comum e a discussão dos textos a seguir contribui para uma abordagem mais científica do problema. Discutem-se as proposições teóricas e mostram-se os resultados empíricos sobre a relação entre sexo,

idade e raça e engajamento em atividades participativas. Após a discussão dos estudos selecionados, são formuladas hipóteses a respeito.

Restringindo-se às análises científicas, verifica-se, em geral, a fraca relação entre raça e participação política. Como exemplo, os estudos de Verba e parceiros (1993; 1995) identificam que os negros e os latinos, residentes nos EUA, apresentam menores proporções de participação que os brancos. Contudo, essa relação não se mantém ao serem inseridas no modelo explicativo variáveis sobre escolaridade e renda. Isso significa que a disparidade de participação pode ser explicada por variações de renda e escolaridade mais do que por diferenciações de raça. Em Verba e Nie (1972), observa-se que pretos e brancos com similares níveis socioeconômicos não apresentam diferenças substantivas na participação política. Em algumas das atividades pesquisadas, inclusive, os pretos são mais ativos politicamente que os brancos.

Essa discussão é pano de fundo para os estudos de Bueno e Fialho (2009) e Bueno (2012), que investigam a relação entre raça e participação política na cidade de Belo Horizonte. No primeiro, os autores fazem uma série de cruzamento de dados entre as categorias de raça e alguns indicadores de participação política e não observam diferenças substantivas nos percentuais entre negros e pardos. A partir desse resultado, criam a categoria de raça *blacks*, a junção dessas categorias. O passo seguinte é fazer uma bateria de regressões logísticas com diferentes variáveis explicativas a fim de analisar o efeito da raça nessa relação. No primeiro modelo, que contém apenas a variável sobre raça como explicativa, ser branco aumenta em 112,1% as chances de participação. Com a incorporação de outras variáveis (renda, escolaridade e associação a organizações não políticas) nos demais modelos, a magnitude do coeficiente de associação sofre considerável diminuição. Interessante destacar que no modelo mais completo, a relação se inverte, isto é, ser branco diminui as chances de participação. Nas

conclusões, os autores sugerem que raça é importante para entender a participação, mas que seus efeitos são diminutos quando ela é analisada em conjunto com variáveis como renda, escolaridade e associativismo.

Em artigo mais recente, mas utilizando os mesmos dados do estudo anteriormente abordado, Bueno (2012) investiga a relação entre raça e recursos (escolaridade e renda) com dois índices de participação política: associação em organizações políticas e ativismo político. Escalonando os recursos em três níveis (baixo, mediano e alto), a autora observa a ocorrência de um aumento de probabilidade de participação seguindo a ordem crescente de recursos. Porém, ela constata que as chances de participação de brancos e não brancos, em cada nível, são muito próximas. Isso significa que “o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente no Brasil²⁹, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes” (BUENO, 2012, p. 216-217).

Nas pesquisas de Hirlinger (1992) e Oliver (1999), raça mostra-se associada com contato com atores políticos e governamentais. No primeiro estudo, ser branco aumenta as chances de haver contato de tipo particularizado e generalizado, bem como o contato total. No segundo estudo, há a indicação de que ser preto diminui as chances de existência de contato com políticos. O estudo de Oliver, porém, traz resultados contraditórios a respeito da relação entre raça e participação política. Assim como no caso do contato com políticos, ser preto diminui as chances de assistir a reuniões de conselhos municipais, em comparação com os brancos. Por outro lado, aumentam as chances de votar e de assistir a reuniões de organizações voluntárias.

²⁹ A autora cita Brasil em suas conclusões, mesmo utilizando em seu estudo dados relativos apenas aos cidadãos residentes em Belo Horizonte.

Em suma, os resultados apontam uma maior propensão dos brancos, em relação aos não brancos, em participar na maior parte das atividades abordadas pelos estudos tratados, quando se examinam as relações bivariadas. Contudo, há de se relativizar esse resultado, uma vez que a magnitude de associação diminui bastante quando são introduzidas na análise indicadores de renda e escolaridade e porque, em boa parte das relações, a associação não se mostra estatisticamente significativa.

Logo, tendo em vista esses resultados e o caráter multivariado da investigação desenvolvida nesta tese, *não se espera grandes diferenças na propensão de participação de cidadãos brancos em relação a cidadãos não brancos.*

Outro ponto bastante explorado pela literatura é a diferença de participação política entre os sexos. Predomina o achado de que homens inserem-se mais na esfera da política que mulheres. Os estudos tratados abaixo tratam dessa questão.

Verba, Nie e Kim (1987) criam um índice geral de participação política e analisam o grau de participação para homens e mulheres, controlando o nível de escolaridade. Nos sete países que pesquisam - Áustria, Índia, Holanda, Nigéria, EUA, Iugoslávia e Japão - os homens sempre são mais participativos que as mulheres. A menor lacuna de participação entre os sexos se dá nos EUA. Em quase todos os países, as mulheres com baixo e médio nível de escolaridade possuem ativismo político abaixo da linha mínima criada pelos autores. A exceção é a Nigéria, onde esse cenário se dá com as mulheres de todos os níveis de escolaridade.

O quadro se altera um pouco quando o foco é no comparecimento eleitoral. Na Índia e na Nigéria, observa-se uma tendência decrescente nessa proporção, tanto entre homens com entre as mulheres, à medida que aumentam os níveis de escolaridade; no Japão as proporções são praticamente estáveis. A participação feminina abaixo da linha mínima calculada pelos autores mostra-se pouco comum, em comparação com o índice

geral de participação. Ademais, as diferenças de comparecimento eleitoral entre homens e mulheres mostram-se menores que as observadas no índice de participação geral, embora os entrevistados do sexo masculino ainda mostrem-se mais participativos. A exceção ocorre na Holanda, onde as mulheres com maior nível de escolaridade participam mais que os homens.

Atenta à mesma temática, décadas após os autores citados acima, Norris (2002) também encontra relações variadas entre sexo e comparecimento eleitoral. Analisando dados de cidadãos de dezenas de países³⁰, a autora identifica que ser do sexo masculino aumenta as chances de votar (tendo sexo feminino como categoria de referência). Entretanto, ao incorporar mais variáveis ao modelo - variáveis sobre engajamento em organizações políticas e indicadoras de cultura política - Norris observa uma relação inversa: ser do sexo masculino diminui as chances de votação. Baseada em outra fonte de dados³¹, que também entrevista cidadãos de dezenas de países, a autora encontra percentuais muito próximos de comparecimento eleitoral entre homens e mulheres (79,3% e 78,4%, respectivamente).

A relação entre sexo e filiação partidária, por sua vez, apresenta um padrão mais bem definido, atesta Norris (2002): nessa dimensão, homens participam mais do que as mulheres. Ser do sexo masculino aumenta as chances de filiação partidária, tanto no modelo estatístico mais restrito - composto por variáveis sobre condições socioeconômicas e demográficas, nível de desenvolvimento econômico e de democracia dos países - quanto no modelo mais ampliado - em que se adicionam, às variáveis anteriores, as referentes à associação em organizações políticas e os indicadores de cultura política.

³⁰ *Role of Government III survey, International Social Survey Program, 1996.*

³¹ *International Social Science Program: Beliefs in Government Survey, 1996.*

O predomínio da participação masculina também ocorre no tipo de participação que Norris (2002) chama de “ativismo de protesto”. Em termos percentuais e em média de atividades praticadas, os homens superam as mulheres: do total de homens, 36,1% participa de pelo menos uma dessas atividades e a média de ativismo é de 0,59; entre as mulheres, esses números são 31,5% e 0,47, respectivamente.

Dentre os estudos trazidos à discussão, duas tendências são observáveis: independente dos testes estatísticos utilizados, a participação é feminina mostra-se menor em atividades não eleitorais e a relação entre sexo e voto é variada, predominando a participação masculina em alguns países e a feminina em outros. Com base nessas constatações, hipotetiza-se que *os cidadãos do sexo masculino possuem maiores chances de participar de atividades não circunscritas à arena eleitoral, mas que não há padrão definido de relação entre sexo e comparecimento eleitoral.*

Entre os indicadores de condições socioeconômicas e características demográficas, a idade é o que menos apresenta um padrão de associação bem definido com os diversos tipos de participação política. Nos estudos abaixo, há indicações de associação linear tanto negativa como positiva, além de relação curvilínea entre as medidas de idade e os diversos indicadores de participação política.

Quanto à participação na campanha eleitoral, o aumento linear de idade está associado a maiores chances de envolvimento, até o ponto crítico de 55 anos. Depois desse patamar, as chances de participação diminuem, atestam Graff, Orrell e Rigl (2012), ao analisarem dados sobre cidadãos americanos e caribenhos, de 2010. Utilizando a mesma base de dados, Lynch, Render e Twomey (2012) elencam anos de idade como uma das variáveis explicativas para contato com atores políticos locais e observam uma relação positiva: com o aumento da idade, maiores são as chances de realizar contato. Em Oliver (1999), os resultados são semelhantes. O autor investiga os

preditores de quatro tipos de participação política e em todos eles há associação positiva e estatisticamente significativa com anos de idade, embora os coeficientes possuam baixa magnitude.

Hirlinger (1992) e Moseley e Layton (2013), por sua vez, estão entre aqueles que identificam associação negativa entre idade e participação. Com foco nos diversos tipos de contato com atores políticos e governamentais, Hirlinger aponta associação negativa dessa atividade com anos de idade. Ao investigar os preditores dos contatos particularizado, generalizado e total (junção dos dois primeiros), o autor verifica que maior a idade, menores as chances de realizar contato. Já no estudo de Moseley e Layton, a discussão é sobre os fatores explicativos do engajamento em atividades de protesto nas Américas e no Caribe. Ao lado de uma gama de outras variáveis explicativas, a relação da idade com participação é negativa, ou seja, quanto maior a idade, menores as chances de envolvimento em protestos.

No estudo de Batista Pereira (2012), o objetivo é explicar a lacuna de participação entre homens e mulheres em atividades participativas comunitárias. Idade apresenta efeito positivo, ou seja, reforça a existência da lacuna: quanto maior a idade, maior o distanciamento entre a participação masculina e feminina nessas atividades.

Em Norris (2002), o destaque é para a relação curvilínea da idade com dois tipos de participação: o comparecimento eleitoral e o protesto. Em relação ao primeiro tipo, os cidadãos pertencentes às faixas de idade mais extremas (de 18 a 25 anos e acima de 56 anos, respectivamente) apresentam as menores taxas de votação, ao passo que os cidadãos inseridos em faixas de idade intermediárias possuem as maiores taxas. O mesmo padrão é observado na relação entre idade e ativismo de protesto. Pode-se visualizar, portanto, o formato de “U” invertido na relação entre idade com comparecimento eleitoral e com participação em protesto.

Notam-se, entre os autores selecionados, contradições sobre alguns resultados alcançados. É o caso de Oliver (1999) e Hirlinger (1992), que encontram associação positiva e negativa, respectivamente, entre anos de idade e contato com atores políticos e governamentais. Entre Moseley e Layton (2013) e Norris (2002) também há divergências sobre a relação entre idade e atividades de protesto. Os autores identificam que os cidadãos mais idosos apresentam menos propensão de participar que os mais jovens, ao passo que a autora identifica uma relação curvilínea, com os cidadãos de menos e mais idade menos propensos a participar que os cidadãos pertencentes a faixas de idade intermediárias.

Devido à ausência de identificação de um padrão de relação entre idade e atividades participativas nos estudos selecionados, torna-se inviável a formulação de hipóteses. A característica contraditória dos resultados aponta para a necessidade de construção de medidas que possibilitem identificar o formato e a força das possíveis relações entre idade e participação política. Isso é desenvolvido no capítulo cinco.

3.1.3- Região de moradia

Visões divergentes sobre o papel da região de moradia do cidadão na conformação de suas atitudes e comportamento político são exploradas por Verba, Nie e Kim (1987). Eles identificam duas teorias a respeito.

De um lado, há o que chamam de “modelo da mobilização” (*mobilization model*): considera-se que as pessoas residentes próximas a centros urbanos tendem a participar mais da política que os que vivem em regiões mais afastadas desses centros. Isso porque os primeiros apresentam maiores taxas de interação social e são mais ativos em organizações às quais estão filiados. Tudo isso contribui para o desenvolvimento de

traços de personalidade, crenças e atitudes favoráveis à participação na política (DEUTSCH, 1961; LERNER, 1958; MILBRATH, 1965).

O “modelo do declínio da comunidade” (*the decline-of-community model*), por sua vez, enfatiza que as pessoas que vivem em cidades pequenas são mais participativas na política que os moradores das cidades grandes. Os estudiosos propõem que, nas cidades menores, a comunidade tem um tamanho administrável e, por isso, os cidadãos conhecem as pessoas com quem precisam fazer contato e também quem faz parte dos grupos políticos. Já nas cidades maiores, entende-se que a modernização destrói as unidades políticas. Com isso, há um menor interesse na política local e as atenções dos indivíduos tornam-se mais difusas para a política. O resultado é a exposição a um campo político mais amplo, onde a participação é muito mais difícil por causa do maior tamanho e complexidade dos problemas envolvidos (VERBA; NIE, 1972; COLE, 1920, 1921; DAHL, 1967).

Os autores buscam testar essas duas teorias com as informações de que dispõem. Primeiramente, o foco se dá nas atividades participativas comunitárias. Usando dados ajustados por nível de recursos socioeconômicos³², para cidadãos de sete países, Verba, Nie e Kim (1987) identificam que esse tipo de participação é mais comum entre residentes em áreas rurais do que entre cidadãos que moram em áreas urbanas, em cinco dos sete países em estudo. As diferenças mostram-se ausentes para os casos da Índia e da Holanda. Quanto às atividades de participação em campanhas, em todos os países, exceto nos EUA, os cidadãos de áreas rurais apresentam mais altas taxas do que os cidadãos de áreas urbanas. Por fim, referente à votação, a maior parte dos cidadãos participativos encontra-se nas áreas rurais em cinco dos sete países. Não há diferença

³² Mais informações sobre a medida são encontradas na nota quatro do capítulo treze da referida obra, na página 273.

significativa na Nigéria e, na Iugoslávia, a tendência é inversa: os cidadãos de áreas urbanas são os mais participativos.

Dois estudos abordam essa questão, utilizando os dados do “Barômetro das Américas”. Lynch, Render e Twomey (2012) identificam que moradores de regiões urbanas apresentam menos chances de realizar contato com atores políticos locais que os cidadãos residentes de regiões rurais. Usando os mesmos dados, Graff, Orrell e Rigl (2012) identificam a mesma relação para explicar o engajamento em atividades de campanha eleitoral: residentes de regiões urbanas têm menos chances de participar que os residentes de regiões rurais.

Os resultados inscritos nos estudos analisados indicam a confirmação da tese do “modelo do declínio da comunidade”, que enfatiza maior participação política dos habitantes de cidades menores. Logo, espera-se encontrar nos testes a serem realizados *que os cidadãos residentes de regiões rurais são mais propensos a se engajarem em atividades participativas que os cidadãos residentes de regiões urbanas.*

4- CORRUPÇÃO E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS

A corrupção ocupa há tempos boa parte das atenções de cientistas de diversas áreas. Talvez a explicação para tamanho interesse resida na sua ubiquidade em sociedades complexas. Conforme ressalta Lipset e Lenz (2002), a corrupção mostra-se presente ininterruptamente desde a antiguidade até a atualidade. Sua manifestação não é restrita a determinados contextos institucionais e culturais. Formas de governo ditatoriais e democráticas; economias feudais, capitalistas e socialistas; culturas e instituições religiosas cristãs, muçulmanas, hindus e budistas, todas elas conheceram a corrupção, muito embora em diferentes intensidades, apontam os autores.

Talvez por conta de sua ubiquidade, a história conceitual da corrupção é incerta. Enquanto a origem etimológica da palavra é clara - provém do latim *corrumpere* (em português, corromper) - seu uso ao longo da história não o é, afirma Euben (1989). Segundo o autor, o termo foi utilizado em dois contextos distintos: para fazer referência a uma atividade humana específica - como, por exemplo, o suborno - ou num sentido mais geral de destruição, devastação ou adulteração de um material orgânico. Certamente, o vocábulo corrupção apresenta conotação negativa e tem sido assimilado a noções de decadência, desintegração, degeneração e envelhecimento.

Atendo-se à concepção de corrupção no pensamento político, Filgueiras (2008a) concede um tratamento histórico do conceito, analisando as reflexões a respeito em Aristóteles, ao longo do período romano, do período moderno e na contemporaneidade. A ideia central do autor é que o entendimento sobre a corrupção está associado à moralidade predominante em cada período histórico e que ela se torna mais evidente em crises políticas, afetando a legitimidade do regime.

A longevidade e a pluralidade da manifestação da corrupção são acompanhadas pela diversidade de entendimentos sobre o papel que ela ocupa nas sociedades. A

discussão é rica entre economistas, juristas e cientistas sociais (FILGUEIRAS, 2004; 2006; MANZETTI; WILSON, 2009), que divergem entre si sobre os possíveis efeitos benéficos e nocivos que a corrupção proporciona. Tendo o foco apenas na produção da área de ciência política, é possível identificar algumas das interpretações divergentes.

Quando a questão debatida são as consequências da corrupção para o sistema político, Seligson (2002) identifica entre cientistas classificados por ele como “funcionalistas”³³ a visão de que a corrupção teria um papel positivo para o sistema político de países autoritários, uma vez que serviria como um instrumento que desata os nós da burocracia estatal. Ela seria uma espécie de lubrificante que faz as máquinas funcionar. Huntington (1968), por exemplo, sugere que a corrupção pode ser um meio de superar as normas tradicionais e os regulamentos burocráticos que emperram o desenvolvimento econômico. Além disso, ela possibilitaria um laço mais consistente entre parte dos cidadãos e os governos. Contribuiria, portanto, com a estabilidade do sistema político. “A corrupção provê benefícios imediatos, específicos e concretos a grupos que, sem ela, estariam completamente alienados da sociedade. A corrupção, assim, pode ser tão funcional para uma sociedade quanto uma reforma o é”³⁴ (HUNTINGTON, 1968, p. 64).

Após o contínuo processo de democratização dos países, período entre meados da década de 1970 e o início da década de 1990, chamado por Huntington (1994) de “terceira onda de democratização”, as considerações a respeito do papel da corrupção no sistema político começam a mudar de conotação. Passa a ser comum considerá-la um fenômeno cujas consequências são negativas para a estabilidade e para a qualidade do sistema político. Autores como Doig e McIvor (1999) e Doig e Theobald (2000), por

³³ Além de Huntington (1975), os seguintes autores também se encaixam nessa perspectiva teórica: Merton (1957), Key (1949), Waterbury (1973) e Leys (1989).

³⁴ Tradução livre do autor para o seguinte trecho da referida obra: “*Corruption provides immediate, specific and concrete benefits to groups which otherwise be thoroughly alienated from society. Corruption may thus be functional to the maintenance of a political system in the same way a reform is*”.

exemplo, sugerem que alta taxa de percepção de corrupção relaciona-se a baixo nível de confiança institucional, situação que favorece a possibilidade de danos à estabilidade do sistema político. Seligson (2002), por sua vez, identifica entre os vitimados por corrupção os mais baixos níveis de apoio ao regime político democrático e também os mais baixos níveis de confiança interpessoal, tendo como comparação os cidadãos que relatam não terem experiência com atos de corrupção. Já Della Porta (2000) traz evidências empíricas que relacionam corrupção à percepção de desempenho deficitário de governos.

O tratamento da questão abordada acima e de muitas outras que tem a corrupção como problema central de pesquisa - como, por exemplo, os custos financeiros da corrupção, as medidas institucionais que visam evitar sua ocorrência, o efeito das campanhas de conscientização na ocorrência de práticas corruptas, dentre outras - indica que o fenômeno é amplamente estudado.

Dentro dessa diversidade de estudos sobre o tema, o recorte analítico realizado nesta tese recai na relação entre experiência corrupção e tolerância *versus* intolerância com corrupção e tipos de atividades participativas. Especificamente, busca-se investigar qual a relação da experiência com situações de pedido de propina, de um lado, e da intolerância com propina, de outro, com cinco tipos de participação política praticados por cidadãos americanos e caribenhos, no período de 2006-7 a 2012.

Embora os estudos da área de comportamento político que elencam a corrupção como um dos fatores explicativos para diversas orientações políticas sejam volumosos, a abordagem aqui escolhida é relativamente pouco explorada, devido a dois aspectos:

(1) Às medidas de corrupção utilizadas - experiência e intolerância com corrupção - que são alternativas à mais usual, a percepção de corrupção;

(2) O fenômeno a ser explicado, a participação política, fartamente analisado por investigadores ligados a diversas correntes teóricas e relacionado a variados fatores explicativos, mas cuja relação com a corrupção mostra-se quase que ausente em estudos da área.

A investigação aborda essas questões de modo longitudinal, com análise de dados de 2006-7 a 2012. A cobertura de quatro pontos temporais (rodadas de 2006-7, 2008, 2010 e 2012) possibilita verificar flutuações e/ou padrões entre as relações postas em análise.

A aproximação ao problema de pesquisa neste capítulo envolve, para além das considerações já realizadas, discussões sobre a definição do termo corrupção e sobre as medidas mais usuais do fenômeno. Também são expostos dados sobre a frequência da experiência e intolerância com a corrupção entre os cidadãos americanos e caribenhos. Por fim, são analisados estudos que utilizam a corrupção como um dos elementos explicativos de orientações políticas, culminando, a partir dessa análise, na construção de hipóteses sobre a relação entre corrupção e participação política.

2.1- Corrupção: conceituação, medidas e frequência

Escrever sobre uma teoria política da corrupção pode representar um grande equívoco teórico porque não há, na tradição do pensamento político ocidental, consenso do que vem a ser corrupção, atesta Filgueiras (2008b). Por isso, de acordo com o autor, não se pode falar em uma teoria política da corrupção, mas de diferentes abordagens deste problema.

Sobre as abordagens, a visão de Heidenheimer, Johnston e Levine (1989) indica, em período recente, a existência de três tipos principais de modelos ou conceitos sobre a corrupção no campo das ciências sociais. Um grupo de cientistas, o mais numeroso, a

compreende como estritamente relacionada à atuação de agentes públicos (*public-office-centered definitions*). Outro grupo formula definições sobre a corrupção a partir de teorias econômicas, ressaltando a natureza econômica do fenômeno (*market-centered definitions*) e uma terceira corrente teórica entende a corrupção como um fenômeno contrário à ideia de interesse público (*public-interest-centered definitions*).

Nye (1967) e Manzetti e Wilson (2009) podem ser considerados representantes do primeiro grupo de cientistas citado acima. Para a dupla de autores, a corrupção é uma transação ilegal, em que funcionários públicos e atores privados trocam bens para o próprio enriquecimento, à custa da sociedade em geral. Já Nye (1967) define a corrupção como um comportamento desviante dos deveres formais da função pública com fins de ganhos monetários ou de status privado (para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo). Isso inclui comportamentos como suborno, nepotismo e apropriação de recursos públicos para benefícios privados.

Em ambos os estudos, têm-se a consideração de que os atos de corrupção estão restritos ao seio do Estado, de que as transações corruptas se dão entre os funcionários de governos e atores privados. Além disso, tanto Manzetti e Wilson (2009) quanto Nye (1967) apresentam um tratamento legalista da questão, sendo a corrupção um ato criminoso. A limitação desse tipo de definição, de acordo com Bailey (2009), é que os deveres formais e legais variam entre países e também ao longo do tempo, sendo difícil generalizar a respeito a partir dessa perspectiva.

O tratamento da corrupção no campo da economia passou a ser mais comum a partir da década de 1990, impulsionado por estudos de autores vinculados à corrente teórica da *public choice* (FILGUEIRAS, 2004). A corrupção é analisada mais como um resultado de um anterior cálculo estratégico entre os atores envolvidos e menos como um ato criminoso. A ideia predominante é a levantada por Rose Ackerman (1999), para

quem a corrupção na política ocorre na interface dos setores público e privado e depende dos recursos disponíveis - políticos ou materiais - para as autoridades agirem discricionariamente. A partir da observação da distribuição de benefícios e de custos para a dimensão do privado, criam-se de incentivos para o uso de pagamentos de propina e de suborno. É comum aos agentes públicos o comportamento de *rent-seeking*, isto é, a maximização do bem estar econômico, seja seguindo as regras do sistema, seja não as seguindo.

A leitura de Filgueiras (2008) é de que a abordagem econômica compreende a política como o espaço dos vícios, onde impera a corrupção, vista como fenômeno corriqueiro. O autor considera também que o discurso econômico colonizou o discurso político nas democracias contemporâneas e promoveu uma naturalização do conceito de corrupção. A leitura que faz é de que foi produzido um discurso que tende a encarar a corrupção como um fenômeno natural à política, conforme a intencionalidade da ação, e que denuncia a ineficiência estatal para produzir bens públicos.

Filgueiras (2008) pode ser classificado como um dos representantes das *public-interest-centered definitions*, destacadas por Heidenheimer, Johnston e Levine (1989). O conceito de interesse público tem um caráter mercantil, definido pela abordagem econômica da corrupção, mas vai além disso, possuindo também uma natureza moral, assentado em valores e normas da política, atesta Filgueiras (2008). Assim, está circunscrito a problemas práticos, definidos em contextos históricos, fazendo com que seu sentido dependa de um caráter hermenêutico dos valores e normas que organizam as instituições políticas.

Ao definir a corrupção como a elevação dos interesses privados ao interesse público, Filgueiras (2008) indica que ela só pode ser compreendida por uma crítica moral da política e de suas instituições. A partir dessa concepção, o autor distingue o

bom e o mau governo, sendo o último aquele marcado pela desordem e decadência, derivadas da presença rotineira da corrupção.

Outros autores defendem ideia parecida, como Seña (1989), Calera (1989) e Valdés (1995). Em todos, há a consideração de que a corrupção é um ato infracional, mas que é preciso também levar em conta o sistema normativo predominante em cada sociedade em específico para se compreender melhor o fenômeno. Ou seja, a concepção sobre corrupção não pode estar descolada da moral, dos costumes e dos valores.

Com base no exposto acima, pode-se considerar que a corrupção é concebida sob três óticas distintas: (1) como ato infracional, que vai em oposição ou que transcende as leis e normas oficiais; (2) como um comportamento calculado, que beneficia o corruptor dada as oportunidades específicas do contexto em que a ação se insere e (3) também como intimamente ligada ao sistema normativo vigente em cada sociedade.

Concomitante às distintas concepções sobre o fenômeno, são discutidas medidas que visam se constituir indicadores da corrupção (ABRAMO, 2004; 2005a; 2005b; SELIGSON, 2002; 2006; ZEPHYR, 2008). As mais usuais são a aferição de escândalos de corrupção publicados em veículos de comunicação e os questionamentos a diversos atores - a cidadãos, de um modo geral, ou a grupos específicos - sobre a percepção geral acerca do nível de corrupção existente e sobre a tolerância e a experiência em relação a determinados atos corruptos.

Não é uma simples tarefa medir a corrupção devido à opacidade de sua natureza, uma vez que os atos corruptos são ocultados pelos agentes envolvidos. Ademais, geralmente é socialmente inaceitável para o indivíduo admitir ser um corruptor ou ter sucumbido a algum tipo de esquema corrupto. Apesar dessas dificuldades, foram criados ao longo das últimas décadas diversas medidas a respeito.

Observa-se ser mais comum considerar como indicador a percepção geral com o nível de corrupção existente em dado contexto. A vantagem dessa medida é prover uma noção geral da amplitude do fenômeno em determinada sociedade, a partir de considerações de um grupo amplo de pessoas ou de uma amostra representativa da população.

Talvez a medida mais recorrentemente utilizada em pesquisas científicas e também a mais conhecida pelo público em geral seja o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), construído e divulgado desde 1995 pela organização *Transparency International*³⁵. Trata-se de um índice formado a partir da percepção acerca da corrupção no setor público em diversos países. São entrevistados funcionários e/ou colaboradores de diversas organizações transnacionais, que respondem a perguntas sobre a abrangência da corrupção no setor público em um grupo determinado de países³⁶. O índice varia de zero a cem (maior e menor nível de corrupção possível, respectivamente) e os resultados são organizados na forma de *ranking*.

Podem ser destacadas, contudo, algumas limitações desse tipo de medida, destacam Seligson (2006) e Abramo (2004; 2005a). Uma delas é a ausência de um controle sobre os entrevistados a respeito da convivência com o país analisado. Um indivíduo que jamais esteve em determinado país pode tecer considerações sobre o estado da corrupção no setor público do mesmo. Isso reforça a suspeita de que, em alguns casos, a percepção é formada mais por estereótipos (advindo de opiniões de terceiros ou da cobertura da mídia, por exemplo) que por conhecimento.

³⁵ Para maiores informações sobre as rodadas de pesquisas realizadas e os seus resultados, acessar: <http://www.transparency.org/research/cpi/overview>. Acessado em: 12/12/2013.

³⁶ Para maiores informações a respeito da metodologia da pesquisa e das organizações cujos funcionários e/ou colaboradores são entrevistados, os dados de 2013 podem ser úteis e são encontrados nos dois seguintes links, respectivamente: http://cpi.transparency.org/cpi2013/in_detail/ e http://www.transparency.org/files/content/pressrelease/2013_CPISourceDescription_EN.pdf. Acesso em: 12/12/2013.

Seligson (2006) usa o exemplo do Paraguai, país sempre avaliado como um dos mais corruptos. Trata-se de um país que recebe baixa quantidade de investimento financeiro externo, a julgar a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Mundial. O autor destaca que os fluxos líquidos de capital privado para o Paraguai em 2000 teve uma trajetória negativa de US\$ 16 milhões e o investimento estrangeiro direto total foi de apenas US\$ 82 milhões, em uma economia com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 6,9 bilhões. Isso significa 1% do PIB total do país. Dado o parco investimento estrangeiro no Paraguai, Seligson questiona se os entrevistados que atribuíram nota sobre a corrupção no setor público desse país conhecem de fato a sua realidade.

Há também o problema da endogeneidade, isto é, as percepções podem ser influenciadas por outros fatores que não a observação da corrupção no setor público (SELIGSON, 2006). Os principais seriam os fatores econômicos. Seligson cita como exemplo o caso da Argentina. Em 1995, quando a economia do país estava em crescimento, sua nota no índice de transparência era 52, a segunda maior entre os países da América Latina analisados. Em 2002, com a eclosão da crise econômica, a pontuação caiu para 28. O autor acredita que é mais crível considerar que a mudança se deve menos à percepção de que houve um aumento expressivo da corrupção ao longo do curto período e mais à disposição dos respondentes em negativizar o índice de corrupção, influenciados pela queda no desempenho econômico do país.

O problema da endogeneidade é reforçado por Abramo (2004, p. 6), que observa alto valor de correlação entre indicadores econômicos (como PIB per capita e Índice de Crescimento Competitivo) e o índice de percepção da corrupção, ao passo que as correlações com indicadores de saúde e educação dos países é de baixa intensidade.

Para além dessas questões, Abramo (2004; 2005a) alerta para problemas técnicos do índice, apontando a alta variação do intervalo de confiança entre os países.

Não há um intervalo de confiança uniforme porque a quantidade de fonte de informações para a construção da nota varia de país para país. Como exemplo, na média, o intervalo de confiança para os 146 países incluídos no IPC de 2004 foi de 0,9%. Porém, esse intervalo ultrapassa 1% em 47 países, 2% em oito países e atinge o pico de 3,6% no Suriname. Isso afeta a confiabilidade dos dados e põe em cheque a precisão das posições dos países no *ranking*.

Quanto às medidas de percepção da corrupção utilizadas em pesquisas com amostras populacionais, a principal crítica recai sobre o papel que a mídia possui para influenciar a visão dos cidadãos. A ideia é que quanto mais os veículos de comunicação abordam o problema da corrupção ou tratam de um escândalo específico, mais os cidadãos percebem que o fenômeno é presente na sociedade em que vive. O problema é que tal movimento não coincide, necessariamente, com o aumento real dos atos corruptos (SELIGSON, 2002; ABRAMO, 2005a).

Seligson (2002) trata essa questão utilizando o exemplo de uma situação ocorrida em Buenos Aires, Argentina. Durante um período do ano de 1999, houve aumento de cerca de 110% na cobertura jornalística dos atos criminosos, ao passo que as estatísticas oficiais da polícia só indicavam um aumento de 5% desses atos. Nesse mesmo período, houve um aumento significativo da percepção de crime entre os moradores de Buenos Aires. Isso é evidência, para Seligson, de que a percepção é muito influenciada pela cobertura midiática.

Assim, se os veículos de informação divulgam casos de corrupção, as pessoas comuns tenderiam a considerar que a corrupção está aumentando - quando, muitas vezes, o aumento do noticiário pode significar não isso, mas um melhor funcionamento dos mecanismos de controle (ABRAMO, 2005a, p. 36).

Outro tipo de medida de corrupção é a construída por Pharr (2000). A autora cria um índice a partir de um banco de dados (*Asahi Corruption Report Database*) com reportagens sobre casos de corrupção de um dos jornais de circulação nacional mais lidos do Japão (o *Asahi Shimbun*), entre os anos de 1948 e 1996. Para Seligson (2006), a vantagem dessa medida é que os jornais indicam onde exatamente ocorreu corrupção e quem são os envolvidos. Ou seja, têm-se clareza e precisão a respeito da informação.

Pharr considera que a má conduta de políticos e funcionários públicos tem impacto na qualidade da democracia, apresentando forte relação especificamente com a insatisfação com a política. Como evidência, ela identifica tendência muito próxima entre a quantidade de reportagens sobre corrupção e o nível de insatisfação com a política ao longo da série histórica e a relação positiva entre ambos os indicadores em testes inferenciais (PHARR, 2000, p. 197-198).

Seligson (2006), contudo, enxerga dois principais problemas nessa medida. Compreende que a reportagem de um escândalo de corrupção pode nem sempre ser um relato objetivo de um fato, mas objeto de manipulação do público pelo veículo de comunicação. Os objetivos podem ser chamar a atenção do público para uma questão escandalosa e, assim, lucrar mais com a maior venda do produto e/ou aumento da audiência. Há também a possibilidade de utilização do veículo de comunicação visando o favorecimento de determinado grupo político em relação aos demais. Como exemplo, pode haver seleção de cobertura de casos de corrupção, sendo abordados alguns e negligenciados outros, a partir dos interesses da empresa de comunicação. Seligson cita o caso do jornal *Excelsior*, do México, considerado por muitos um jornal “chapa branca”³⁷ e que durante muitos anos esteve na folha de pagamentos do PRI (Partido

³⁷ Seligson (2006) usa a expressão “*newspaper of record*”, comumente conhecida no Brasil como “chapa branca”. Trata-se de um jornal cuja cobertura jornalística é tendencialmente favorável ao governo em exercício, trazendo abordagens excessivamente positivas ao governo de fatos ocorridos ou simplesmente

Revolucionário Institucional), partido predominante no poder político do México durante cerca de 70 anos.

Menos comum em estudos da área é o indicador de corrupção através da experiência ou vitimização por atos corruptos. Variáveis indicadoras fazem parte das pesquisas do Barômetro das Américas, desde 1996, e de pesquisas do Banco Mundial, desde 1998. Ambas, porém, tiveram como inspiração a medida de vitimização por crime criada pela *United Nations Center for International Crime Prevention* e aplicada desde 1987 em cidadãos de diversos países através do *International Crime Victim Survey* (ICVS). Em 1996, essa pesquisa passou a incorporar uma variável sobre vitimização por propina (SELIGSON, 2006).

O diferencial dessa medida é que ela extrai a experiência pessoal do cidadão com atos corruptos, sendo a relativamente mais objetiva dentre as abordadas até o momento. Argui-se o entrevistado sobre a (s) experiência (s) que ele teve com alguns tipos de atos corruptos, garantindo assim a não influência de fatores exógenos, como opiniões de terceiros, a cobertura midiática e os estereótipos socialmente construídos.

Há, contudo, limitações nesse tipo de medida. Baseado nas variáveis indicadoras presentes no Barômetro das Américas, que aborda o pagamento de propina em diversos setores, Seligson (2006) destaca a dificuldade de se precisar se quem respondeu positivamente aos questionamentos é, de fato, uma “vítima”. Parte dos que responderam ter dado a propina podem ser participantes ativos na transação, buscando deliberadamente contornar as regras e normas estabelecidas através da concessão de um benefício ilegal a algum agente responsável. Por outro lado, se o sistema fosse justo e eficiente, ressalta Seligson, os serviços funcionariam com melhor qualidade e haveria poucos motivos para o cidadão ser “cliente” de uma relação que envolve propina.

negligenciando-os, sempre com o objetivo de passar para o público uma visão positiva do grupo político no poder.

Outra limitação da medida é que ela aborda somente atos corruptos de baixa monta, presentes em relações corriqueiras. Não se busca, por exemplo, medir a existência de propina entre atores de alto escalão do governo ou de grandes empresas. Seligson (2006), contudo, supõe haver correlação entre a frequência de atos corruptos entre os cidadãos em geral e entre a elite. Segundo o autor, é difícil conceber que a frequência de tais atos seja muito discrepante entre os diversos estratos sociais.

Por fim, a tolerância à corrupção remete à ideia de que certos atos corruptos são aceitáveis, tendo em vista algum parâmetro de comparação. Podem-se conceber dois tipos de variáveis indicadoras. Um deles é o que exprime a ideia de “rouba, mas faz”, que significa a aceitação pelo público de políticos que possuem a pecha de corruptos, mas que são percebidos como fazedores de obras e/ou realizadores de bons governos. Outro tipo é o que indica a aceitação do pagamento de propina, dado determinado contexto. Questiona-se o entrevistado sobre a sua aceitação ao pagamento de propina, mas não como um ato isolado e sim tendo como horizonte de análise um contexto específico.

Deve-se ressaltar nessas medidas a incorporação de elementos de análise para o julgamento de tolerância ou não à corrupção. O posicionamento tolerante ao político corrupto ou ao pagamento de propina, por si só, pode assumir conotação distinta à tolerância a essas questões segundo determinadas situações. Assim, tolera-se a corrupção de políticos se eles parecem ser bons governantes e tolera-se o pagamento de propina se a situação em que se vive é desfavorável. A natureza do posicionamento individual extraído dessas medidas é relativa, não absoluta.

Embora todas as medidas sejam válidas para os propósitos da tese, são utilizadas somente duas delas. Busca-se relacionar a vivência e a intolerância com a corrupção - no caso, a experiência com situações de pedido de propina e a intolerância a

manifestação desse ato corrupto, respectivamente – com cinco tipos de participação política: contato com atores políticos e governamentais, ativismo comunitário, ativismo eleitoral, comparecimento eleitoral e ativismo de protesto. A descrição completa desses dois conjuntos de variáveis encontra-se no apêndice B.

Os dados do “Barômetro das Américas” possuem algumas limitações para ambas as medidas. No que pertine à experiência com situações de pedido de propina, notam-se nos dados de 2012 a inexistência da aplicação das perguntas sobre pedido de propina na prefeitura (variável “exc11”), no local de trabalho (“exc13”), com juiz (“exc14”), nos serviços médicos públicos (“exc15”) e na escola em que o (a) filho (a) estuda (“exc16”) entre os entrevistados do Canadá. Ademais, em uma quantidade considerável de países não é aplicada a pergunta filtro para cada uma das variáveis listadas acima. Por exemplo, antes de ser perguntado se o entrevistado teve que pagar propina para que tivesse seu pedido na prefeitura realizado, ele é questionado se encaminhou algum pedido à prefeitura ao longo do último ano. A aplicação dessas perguntas filtro não se dá de modo uniforme com os cidadãos de todos os países em que a pesquisa é realizada. Em alguns casos, elas não foram incluídas nos questionários.

Para os demais anos, os problemas persistem e são ampliados: apesar da existência das perguntas filtro nos questionários, elas não estão inseridas no banco de dados. Assim, há percentuais altos de não respostas (*missing values*) nas categorias de resposta das variáveis indicadoras de experiência com situações de pedido de propina em todas as cinco rodadas³⁸.

Por conta dessas limitações, são utilizadas apenas duas variáveis indicadoras de experiência com atos corruptos: a vivência com a situação de requerimento de propina

³⁸ Como exemplificação, na rodada de 2012 tem-se um total de 39000 casos (usando o peso “*weight1500*” que aloca 1500 casos para cada país), sendo que os percentuais de valores ausentes para a pergunta filtro e para a variável que questiona sobre o pagamento de propina para cada uma das situações seguintes são, respectivamente: prefeitura (exc11): 36,8% e 22%; local de trabalho (exc13): 36,7% e 48,1%; juiz (exc14): 36,7% e 36,7%; serviços médicos (exc15): 36,8% e 46,9%; escola (exc16): 36,7% e 39%.

por parte de algum (a) policial e funcionário (a) público (a). Nenhuma das limitações expostas acima se encontra presente nessas duas variáveis.

No caso da variável indicadora de tolerância à corrupção, também há limitações, embora elas sejam de menor magnitude. Elas atêm-se a ausência de sua aplicação em determinados países em quase todas as rodadas: em 2004, está presente apenas no México e no Equador; em 2006-7, não é aplicada na Bolívia, no Canadá, na Colômbia e nos EUA; na rodada de 2008, está ausente das pesquisas realizadas nos EUA e Canadá e o problema persiste no Canadá na rodada de 2012.

Os dois últimos tipos de medidas tratados são os utilizados na tese. Assim, têm-se, de um lado, um indicador relativamente objetivo de corrupção (experiência com situações de propina) e, de outro lado, um indicador baseado em valores congruentes à rejeição da corrupção (intolerância à propina, dado determinado contexto). Tais medidas de corrupção são menos usuais na literatura da área e praticamente não há pesquisas sobre ambas e participação política em estudos de comportamento político. São esses os dois principais critérios para a seleção dessas duas medidas.

Conhecidas as principais limitações das medidas no banco de dados utilizado e os critérios para a sua utilização, faz-se necessária a aproximação empírica aos dois indicadores de corrupção, a fim de verificar a frequência de sua ocorrência, observar a flutuação dos percentuais ao longo da série histórica selecionada e identificar os países dos cidadãos menos e mais experimentados e intolerantes com a corrupção. Os dados completos a respeito encontram-se no apêndice C.

Na tabela 10 identificam-se percentuais de experiência com situações de pedido de propina, no total com percentuais muito próximos ao longo das cinco rodadas do “Barômetro das Américas”: cerca de 11%. Também mostram-se relativamente uniformes, ao longo da série histórica, os países dos cidadãos que afirmam ter

experiência com a corrupção, estando no grupo dos mais frequentes Bolívia, México e Peru e, no grupo dos menos frequentes, Chile, EUA e Canadá. A disposição dos países nos dois níveis de posição pouco se altera ao longo da série histórica, com exceção para os países com menores percentuais em 2004. Essa é a rodada em que as pesquisas foram aplicadas em menor número de países, sendo excluídos da amostra, por exemplo, os cidadãos dos países em que observam-se menos experiência com corrupção nas demais rodadas (Chile, EUA e Canadá).

Os percentuais totais de intolerância à propina, presentes na tabela 11, apresentam nas três primeiras rodadas em que a pergunta é aplicada (2006-7, 2008 e 2010) uma tendência de aumento percentual (76,4%, 79,0% e 84,4%, respectivamente), culminando numa situação de estabilidade, em 2012 (84,3%). A disposição dos países com cidadãos mais e menos intolerantes é menos nítida que no caso da experiência com a corrupção, sendo mais comuns os maiores percentuais de intolerância ao longo da série histórica nos EUA e na Guatemala e os menores percentuais entre os cidadãos do Haiti, da Guiana e da Jamaica.

É notável a diferença entre experiência e intolerância com corrupção, sendo os percentuais dos últimos claramente superiores. A variação se dá entre menos de 5% e em torno de 25% entre os experimentados com situações de pedido de propina por parte de policiais e funcionários públicos para aproximadamente 55% e 95% entre os intolerantes à propina. A diferença provavelmente se deve ao fato da primeira medida se ater a uma situação ocorrida e a segunda a um julgamento de valor diante de uma situação hipotética de corrupção.

Tabela 10- Experiência com situações de pedido de propina: países com cidadãos mais e menos afetados e média percentual geral para cada rodada

	2004	%	2006-7	%	2008	%	2010	%	2012	%	Mais frequentes
Maiores % de experiência com corrupção	Bolívia	25,4	México	26,1	Bolívia	23,7	México	27,6	Bolívia	23,6	Bolívia México Peru
	México	23,5	Bolívia	24,2	México	20,8	Bolívia	22,5	México	22,8	
	Equador	19,7	Peru	22,9	Peru	20,5	Peru	22,2	Haiti	20,1	
Menores % de experiência com corrupção	Nicarágua	6,0	Chile	3,1	Brasil	3,9	Chile	2,9	EUA	3,2	Chile EUA Canadá
	Costa Rica	5,7	Canadá	0,7	Chile	2,4	EUA	2,9	Canadá	3,2	
	Colômbia	5,4	EUA	0,3	Canadá	0,0	Canadá	2,2	Chile	2,7	
Total	11,9%		11,8%		11,1%		11,2%		11,4%		

Tabela 11- Intolerância à propina, dada a situação vigente: países com cidadãos mais e menos afetados e média percentual geral para cada rodada

	2006-7	%	2008	%	2010	%	2012	%	Mais frequentes
Maiores % de intolerância à corrupção	Guatemala	91,0	Guatemala	91,1	EUA	93,6	Guatemala	95,2	Guatemala EUA
	Brasil	89,2	Honduras	91,0	Canadá	93,5	EUA	94,6	
	Paraguai	87,7	Panamá	89,7	Guatemala	92,4	Chile	92,9	
Menores % de intolerância à corrupção	Haiti	56,4	Haiti	67,8	Belize	72,4	Trinidade e Tobago	76,2	Haiti Guiana Jamaica
	Guiana	56,4	Guiana	63,0	Haiti	68,2	Guiana	67,3	
	Jamaica	44,4	Jamaica	61,3	Guiana	67,7	Haiti	46,1	
Total	76,4%		79,0%		84,4%		84,3%		

2.2- Corrupção e orientações políticas

Investigar a relação entre corrupção e participação política tem como pressuposto a ideia de que os atos corruptos são importantes para entender a democracia. Diversos estudos elucidam esse aspecto, dentre eles o de Warren (2012). De um modo geral, o autor afirma que a existência de práticas, ações, trocas e/ou instituições corruptas em larga escala significa a corrosão do caráter democrático dos regimes políticos.

Warren (2012) considera que a corrupção mina os processos de natureza inclusiva da política, como a relação entre representantes e representados. Ela compromete o poder de voto e de fala dos cidadãos que almejam influenciar as decisões coletivas, removendo o poder e os recursos da arena pública para as relações parciais, particulares e privadas. Como consequência, tem-se o enfraquecimento da legitimidade democrática devido à exclusão dos cidadãos das decisões que os afetam. Não se trata apenas de uma discordância normativa, mas a corrupção também desintegra normas

públicas de inclusão, que definem um regime como democrático. Tudo isso confere ao fenômeno uma natureza exclusiva, atesta o autor.

Ademais, a corrupção afeta a cultura democrática, destaca Warren (2012). Se a corrupção se alastra, os cidadãos perdem paulatinamente a confiança no processo de tomada de decisões públicas - enxergando-o como não publicamente disponível e justificável - e, como consequência, é provável que eles se tornem cada vez mais cínicos a respeito do discurso público e da deliberação. Na situação de desconfiança com as instituições públicas, os cidadãos alteram suas preferências, tornando-se menos dispostos a agirem visando bens e propósitos públicos e passam a se dedicar mais a questões de auto interesse. Nesse sentido, o autor entende que a corrupção possibilita a diminuição do horizonte das ações coletivas, encolhendo o domínio da democracia nesse campo.

Em relação ao papel da corrupção na ação política individual, as ideias de Warren (2012) são parecidas com as de Hirschman (1983), desenvolvidas em seu ensaio teórico sobre os ciclos de participação nas esferas privada e pública. O autor define a sequência do ciclo como sendo esfera privada-esfera pública-esfera privada³⁹ e atribui à decepção a força motriz para o desengajamento e posterior engajamento em atividades pertinentes às duas esferas.

Hirschman (1983) é crítico de algumas concepções da teoria da escolha racional para explicar a ação coletiva, em especial a formulada por Olson (1999). O autor argumenta que é necessário diferenciar os atrativos para a ação individual na esfera privada e na esfera pública. No primeiro ambiente, o trabalho é entendido como um

³⁹ Hirschman reconhece que a definição é arbitrária e que o ciclo nem sempre segue essa ordem. Como justificativa para o posicionamento da esfera pública em posição central no ciclo, ele destaca que o ocasional deslocamento de grandes números de pessoas para a esfera pública tende a ter consequências históricas tão significativas que essa mudança é de especial interesse para o entendimento das mudanças sociais.

custo que um agente tem que realizar para alcançar um benefício. Essa lógica do mercado é entendida por Olson e outros teóricos da escolha racional como também pertinente às atividades da esfera pública, isto é, à participação política. Hirschman se contrapõe a essa concepção por entender que não há distinção, na concepção dos atores, quanto ao custo e benefício, sobre meio e fim na ação política. Tanto as lutas quanto as conquistas são encaradas como prazer, como benefício. Assim, a ideia de “carona”⁴⁰ não faz muito sentido porque o indivíduo que procura um bem público busca ser o mais ativo possível em suas atividades, uma vez que o prazer é alcançado durante sua realização.

Quando, porém, o indivíduo atinge um ponto em que se decepciona com as atividades da esfera pública, o “feitiço” que transformava custos em benefícios é desfeito e passa a prevalecer o tipo mais comum de contabilidade de custos, afirma Hirschman (1983). Nesse cenário, o autor enxerga duas reações como as mais comuns entre os indivíduos: o retorno ao comportamento de “carona” e a imersão em atos corruptos.

Em relação ao último ponto, Hirschman (1983) destaca que a aceitação da corrupção pelo indivíduo é sintoma de uma mudança de preferências: parte-se do interesse inicial em questões de natureza pública para a dedicação a atividades que gerem ganhos materiais particulares. A prática repetitiva dessa ação leva os indivíduos a pensarem que as atividades públicas são, por natureza, atividades vis. Com isso, cria-se um estrutural e profundo descontentamento que culmina com a total eliminação de

⁴⁰ Conceito criado por Olson (1999) que diz respeito à natureza da ação coletiva do indivíduo inserido em grupos, especialmente sindicatos. Para Olson, mesmo considerando que os indivíduos sejam racionais centrados nos próprios interesses e que ganhem ao agir em conjunto, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover os interesses comuns em grandes grupos. A ação conjunta só ocorrerá caso haja alguma coerção para força-los a tanto ou caso algum incentivo à parte - diferente da realização do objetivo comum ou grupal - seja oferecido aos membros do grupo individualmente. O comportamento de “carona” pertence àqueles indivíduos apáticos, que racionalmente não participam de questões que lhes pertinem porque outros o farão e porque a apatia não lhes trará prejuízos, seus ganhos serão os mesmos ou parecidos aos dos indivíduos ativos do grupo.

espírito público. A partir dessa perspectiva, pode-se conceber que a corrupção é um dos elementos que potencializa o desengajamento do cidadãos das atividades participativas.

O ponto em comum entre Hirschman (1983) e Warren (2012) é, portanto, a consideração de que o alastramento das práticas corruptas está associado a comportamentos e atitudes políticas que podem ser nocivos à estabilidade e à qualidade do regime democrático. Essa também é a tônica predominante na maior parte dos estudos da área em período recente e, em sequência, alguns deles serão abordados.

Os estudos de Seligson (2001; 2002), Zéphyr (2008), Salinas e Booth (2011) e Bohn (2012) abordam a relação entre experiência com atos de corrupção e diversos tipos de orientações políticas individuais. Em todos os casos, a principal fonte de informações empíricas é a mesma utilizada nesta tese, o “Barômetro das Américas”. Logo, a medida de corrupção também é semelhante: indicações dos entrevistados sobre a vivência em situações que envolviam pedido de propina para a realização de um serviço que não deveria ser pago⁴¹.

Embora nenhum desses estudos foque-se na explicação da participação política, os resultados da relação que fazem entre experiência com corrupção e diversos tipos de orientações políticas individuais são importantes para gerar hipóteses que conduzam os testes estatísticos do capítulo cinco.

O problema de pesquisa nos dois trabalhos de Seligson (2001; 2002) é o mesmo: analisar se a experiência com corrupção tem associação com o apoio difuso ao regime político democrático. Segundo o autor, há dois principais motivos para estudar tal relação. O primeiro é a alta incidência de corrupção na América Latina. Diversos países apresentam as mais altas taxas no índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional e dados do *International Crime Victim Survey* indicam que um cidadão

⁴¹ As variáveis indicadoras são as seguintes: exc2, exc6, exc11, exc13, exc14, exc15, exc16. Detalhes a respeito podem ser encontrados na seção sobre amostras e questionário no site do LAPOP. Endereço: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/core-surveys.php>. Acessado em: 19/01/2013.

latino-americano tem cerca de quinze vezes mais chances de ter experiência com corrupção que um cidadão da Europa Ocidental. O segundo recai no extenso histórico de instabilidade política na região.

No primeiro trabalho de Seligson, a investigação se restringe à Nicarágua e são utilizados os dados de duas pesquisas de opinião⁴², de 1996 e 1998, a última realizada após uma campanha nacional a favor de uma administração pública mais eficiente⁴³. O autor elenca cinco variáveis indicadoras de apoio difuso ao regime político democrático, embora explicita no trabalho apenas três delas: (1) percepção de que os direitos básicos da população são protegidos pelo poder público, (2) orgulho do sistema político do país e (3) percepção de que os julgamentos do poder judiciário são justos.

O autor interpreta, a partir dos resultados do cruzamento de dados entre as variáveis indicadoras de legitimidade e o índice de experiência com corrupção, que os cidadãos com maiores níveis de experiência com corrupção apresentam menores níveis de apoio ao regime democrático, em todos os casos. Esse tipo de associação permanece num teste de regressão linear, onde também constam variáveis sobre condições socioeconômicas, usadas como “controle”⁴⁴.

No trabalho de 2002, Seligson apresenta os mesmos objetivos do trabalho anterior, mas amplia os casos analisados – são quatro países incluídos na investigação:

⁴² As pesquisas de opinião têm amostras representativas da população da Nicarágua. Em ambas são entrevistados 2400 eleitores e os questionários são idênticos.

⁴³ A campanha era intitulada “Cidadãos por um governo eficiente”, aconteceu entre os anos de 1997 e 1998 e foi promovida pela organização não governamental “Grupo Fundemos”. Foram desenvolvidas diversas atividades pelo país com o objetivo de conscientizar a população dos benefícios de um sistema integrado de gestão financeira e auditoria (SIGFA) para o governo. Os principais focos da campanha foram a importância na transparência nos dados do governo e na necessidade de um comportamento probo e honesto dos servidores públicos (SELIGSON, 2011, p. 226-227).

⁴⁴ Seligson (2001, p. 238-240) afirma que usa um índice de apoio ao regime democrático como variável dependente, constituído por cinco variáveis indicadoras. Entretanto, assim como no caso das relações bivariadas, ele não cita todas elas, apenas três. Os sinais de associação das variáveis independentes com a dependente que o autor informa na tabela 1 são dúbios e os resultados não são interpretados pormenorizadamente. Pode-se supor, por exemplo, que os que possuem mais experiência com corrupção apresentam maiores taxas de apoio à democracia, devido ao sinal positivo de associação, mas o autor considera haver uma associação oposta.

El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Paraguai – e utiliza outra fonte de dados, o “Barômetro das Américas”, rodada de 2004.

Observa-se na operacionalização do conceito de legitimidade nessa pesquisa um critério semelhante à pesquisa realizada em 2001. Também são elencadas cinco variáveis indicadoras, que constituem um índice. A diferença é que, dessa vez, o autor explicita todas. São elas: (1) percepção de que os direitos básicos da população são protegidos pelo poder público, (2) orgulho do sistema político do país, (3) percepção de que os julgamentos do poder judiciário são justos, (4) nível de respeito pelas instituições políticas do país e (5) confiança na polícia. Os resultados da regressão linear realizada por Seligson (2002) apontam que quanto mais alta for a experiência com corrupção, mais baixa é a legitimidade democrática, entre os cidadãos de todos os países analisados.

Seligson (2002) destaca que a confiança interpessoal é entendida, especialmente para Putnam (1993) e Inglehart (1990), como facilitadora de formação de profundas e duráveis associações civis. Para o autor, essas associações são vitais para a constituição de confiança no sistema político como um todo e, por isso, arrola a confiança interpessoal como um indicador de legitimidade democrática. A associação encontrada entre experiência com corrupção e confiança interpessoal é negativa, assim como foi no caso do índice de legitimidade democrática. Essa associação se sustenta para os cidadãos de todos os países.

Os trabalhos realizados por Seligson (2001; 2002) demonstram que a relação entre experiência com corrupção e legitimidade do regime democrático é bastante clara. Quanto maior a vivência com situações de pedido de propina, mais negativa é a visão dos cidadãos a respeito das instituições e dos processos democráticos. Ou seja, a experiência com corrupção contribui para baixa afeição ao regime político democrático.

Em Zéphyr (2008) e Salinas e Booth (2011), o foco continua sendo o papel da experiência com corrupção na conformação da legitimidade democrática, mas as análises têm maior alcance, por incluir cidadãos de maior quantidade de países. Em ambos os estudos, utilizam-se pesquisas de opinião aplicadas em cidadãos da maior parte dos países incluídos na amostra do “Barômetro das Américas”, sendo que Zéphyr se atém à rodada de 2006-7 e Salinas e Booth à de 2008.

Zéphyr (2008) constrói um indicador de legitimidade democrática parecido com o de Seligson (2001; 2002): um índice composto por cinco variáveis que mensuram a (1) percepção de que os direitos básicos da população são protegidos pelo poder público e (2) de que os julgamentos do poder judiciário são justos; (3) o orgulho com o sistema político do país; e (4) o dever de respeitar as instituições políticas e (5) e de apoiar o sistema político do país⁴⁵. Também utiliza como indicador a concordância com a ideia de que a democracia tem problemas, mas é a melhor forma de governo.

O autor observa no cruzamento de dados entre o índice de legitimidade e o índice de experiência com corrupção uma associação negativa: maiores níveis de experiência com corrupção estão ligados a menores níveis de legitimidade democrática. O sentido dessa associação é semelhante ao se aplicar um teste de regressão linear. Ao aplicar o mesmo teste, tendo como variável resposta a aceitação da ideia de que a democracia é a melhor forma de governo, Zéphyr observa nos resultados o mesmo tipo de relação: maiores níveis de experiência com corrupção ligam-se a menores níveis de aceitação da ideia de que a democracia é a melhor forma de governo.

Em Salinas e Booth (2011), usa-se uma gama de variáveis relacionadas a condições socioeconômicas, percepção, avaliação, associativismo e confiança – dentre elas, duas indicadoras de corrupção, (1) experiência com situações de pedido de propina

⁴⁵ O dever de apoiar o sistema político do país encontra-se ausente no índice de legitimidade criado por Seligson (2001; 2002). No lugar dela, há uma variável que mede a confiança na justiça.

e (2) percepção, entre os entrevistados, de comportamento corrupto entre os servidores públicos – para explicar determinadas atitudes democráticas, a saber, (1) a preferência pela democracia ante os demais regimes, (2) o apoio ao direito de participação política e (3) a tolerância a formas contestatórias de participação.

Os autores identificam relações distintas entre as duas variáveis indicadoras de corrupção com todas as três variáveis a serem explicadas: experiência com corrupção apresenta, em todos os casos, associação negativa com as atitudes democráticas. Por outro lado, a percepção com a corrupção apresenta associação positiva com as atitudes democráticas.

Já em Bohn (2012), tem-se o entendimento de que, diferentemente dos regimes autocráticos, a legitimidade dos regimes democráticos deriva do apoio em massa aos seus principais processos, tais como eleições livres e justas, liberdades e direitos institucionalizados e transparência e *accountability* nas instituições públicas. A presença de corrupção no ambiente democrático mancha as interações entre cidadão e Estado e potencializa a diminuição de confiança e de satisfação dos indivíduos com o regime e suas principais instituições, sugere a autora. A partir dessas considerações, Bohn direciona sua investigação, analisando o papel da percepção⁴⁶ e da experiência com corrupção na satisfação dos cidadãos com a democracia realmente existente⁴⁷. São utilizadas as pesquisas de opinião aplicadas em cidadãos da maior parte dos países incluídos na amostra do “Barômetro das Américas” de 2010.

As associações entre as duas variáveis indicadoras de corrupção com satisfação com a democracia realmente existente são semelhantes, sendo ambas negativas. Isto é,

⁴⁶ A autora utiliza a mesma variável presente no estudo de Salinas e Booth (2011): percepção, entre os entrevistados, de comportamento corrupto entre os servidores públicos.

⁴⁷ Apesar de inserir essa variável em considerações sobre legitimidade democrática, a autora reconhece a fragilidade da medida, uma vez que ela pode expressar mais a satisfação com o governo corrente que apoio difuso ao regime político (BOHN, 2012, p. 86). Para discussões mais aprofundadas a respeito, recomenda-se o trabalho de Rose (2002).

quanto maiores os níveis de experiência e de percepção de corrupção, menor é a satisfação com a democracia. Entretanto, na relação entre experiência com corrupção e satisfação com democracia, a intensidade da associação alcança baixo patamar e não há significância estatística.

Embora visem explicar diferentes tipos de orientações políticas, todos os estudos tratados apresentam uma mesma conclusão: experiência com corrupção mina a disposição democrática dos cidadãos. Aqueles que vivenciaram alguma situação de pedido de propina possuem menor propensão a possuírem atitudes e comportamentos afinados com o ideal democrático. Considerando as relações encontradas por Seligson (2001; 2002), Zéphyr (2008), Salinas e Booth (2011) e Bohn (2012), deriva-se a seguinte hipótese: *os cidadãos que possuem experiência com corrupção são menos propensos a engajarem-se em atividades participativas que os que não possuem experiência.*

Em relação à intolerância ao pagamento de propina, não se encontrou em revistas e sites especializados nenhum estudo que utilize essa medida de corrupção. Apenas dois se aproximam um pouco dessa questão, mas não serão utilizados por serem pouco úteis para o problema de pesquisa investigado na tese. Um é a respeito dos perfis sociais mais favoráveis à ideia do “rouba, mas faz” no Brasil (BONIFÁCIO, 2013) e o outro é sobre a escolha eleitoral para presidente em 2002 no Brasil, que arrola entre as variáveis explicativas a indicadora de “rouba, mas faz” (CARREIRÃO, 2007).

Dado que a intolerância com a corrupção é uma das medidas com o fenômeno e que os estudos abordados anteriormente são inequívocos em apontar que corrupção mina a disposição democrática dos cidadãos, formula-se a seguinte hipótese: *os cidadãos intolerantes com a corrupção são mais propensos a engajarem-se em atividades participativas que os tolerantes.*

5- CORRUPÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, pretende-se analisar as relações entre as variáveis explicativas, em especial as indicadoras de corrupção, de um lado, e os cinco tipos de participação política, de outro.

Apesar dos dados da rodada de 2004 do “Barômetro das Américas” estarem disponibilizados, eles não são utilizados nos testes. Isso porque a variável indicadora de intolerância com corrupção está presente nessa rodada apenas em dois dos dez países incluídos na amostra, México e Equador, o que impossibilita uma ampla análise transversal dos dados, semelhante à realizada nas demais rodadas.

Ademais, dois países – EUA e Canadá – são excluídos dos testes que se seguem. Em ambos os casos, variáveis essenciais para as análises não estão presentes nos bancos de dados⁴⁸, o que gera problemas técnicos na realização dos testes. Por esse motivo, os dados referentes aos cidadãos dos dois países não são incluídos nos cruzamentos de dados e nas regressões construídas abaixo.

Em todos os testes realizados, utilizam-se variáveis binárias como indicadoras de cada tipo de participação. Essas variáveis são constituídas a partir da recategorização da soma de todas as categorias que indicam participação. Os valores iguais ou maiores a 1 (um) foram agregados numa única categoria, a indicadora de participação.

Abaixo são listadas as variáveis indicadoras de cada tipo de participação política e, em sequência, na tabela 12, os percentuais e os totais correspondentes.

Ativismo comunitário: assistir a reuniões de associação de bairro, agir em prol de melhorias na comunidade e assistir a audiência em Câmara de Vereadores e Prefeitura.

⁴⁸ Variáveis incluídas nos testes e ausentes, por país e rodada: EUA: participação em protesto, cor, idade, região de moradia e renda familiar (2008); escolaridade, região de moradia e cor (2010); e escolaridade, região de moradia e renda familiar (2012). Canadá: região de moradia, experiência e intolerância com corrupção (2008); escolaridade, região de moradia e cor (2010); e escolaridade, região de moradia, renda familiar, cor e intolerância à corrupção (2012).

Ativismo eleitoral: trabalho em campanha eleitoral, assistir a reuniões de partido político, tentar convencer os outros sobre a escolha do voto.

Contato com atores políticos e governamentais: contato com deputado estadual e federal, com ator político local, com ator governamental e com vereador e atores governamentais locais.

Comparecimento eleitoral: ter votado na eleição anterior.

Ativismo de protesto: participação em manifestações e protestos e assinatura de abaixo assinado e petição.

Tabela 12- Tipos de participação política por rodada (% e N)

Tipos de participação	2006-7	2008	2010	2012
<i>Ativismo comunitário</i> (N)	47,8% (14.348)	47,4% (15.655)	46,5% (16.748)	44,7% (17.444)
<i>Ativismo eleitoral</i> (N)	41,7% (12.519)	44,5% (14.671)	40,8% (14.692)	40,3% (15.723)
<i>Contato com atores políticos e governamentais</i> (N)	27% (8.088)	23,3% (7.676)	24,4% (8.772)	24,1% (9.381)
<i>Comparecimento eleitoral</i> (N)	72,4% (21.710)	73,3% (24.195)	68,8% (24.784)	74,6% (29.091)
<i>Ativismo de protesto</i> (N)	17,6% (5.269)	6,3% (2.074)	7,8% (2.802)	15,3% (5.957)

5.1- Corrupção e participação política: cruzamento de dados

A análise da relação entre corrupção e participação política é feita de duas maneiras. Primeiramente, realizam-se cruzamentos de dados entre as variáveis indicadoras de corrupção e entre estas e a variável indicadora de participação política⁴⁹.

O passo seguinte é analisar essa relação incluindo as demais variáveis consideradas

⁴⁹ Diferentemente do que é utilizado nos capítulos anteriores e nos testes de regressão em sequência, no cruzamento de dados usa-se uma variável indicadora de participação política geral. O objetivo é realizar uma análise exploratória das variáveis indicadoras de corrupção e de participação política. Por isso, evita-se a construção e análises de tabelas com informações sobre os cinco tipos de participação. Para a construção da variável indicadora de participação política geral, dois passos são realizados. Primeiro, (1) todas as variáveis indicadoras de participação política são somadas, criando assim uma única variável. O segundo passo (2) é recodificar essa variável soma, de modo que todos os valores iguais ou maiores que 1 (um) sejam agregados numa só categoria. Consideram-se participativos todos os cidadãos que praticam pelo menos uma das atividades participativas. O valor 0 (zero) forma outra categoria, indicadora de não participação.

explicativas, como as indicadoras de condições socioeconômicas e demográficas e os países. Assim, pode-se comparar a natureza da associação entre corrupção e participação política, de modo bivariado e com variáveis de controle.

Na primeira bateria de testes – os cruzamentos de dados – os baixos valores do coeficiente de associação *phi*, presentes na tabela, apontam que as correlações são de fraca intensidade (tabelas 13 a 16). A correlação relativamente mais intensa se dá entre as duas variáveis indicadoras de corrupção, experiência/ não experiência e intolerância/ e tolerância (tabela 13): observa-se que os cidadãos sem experiência com corrupção são relativamente mais intolerantes que os cidadãos com experiência, em todas as rodadas. A diferença percentual de intolerantes entre os não experientes e experientes é, pra todos os casos, em torno de 20%.

A diferença percentual de participação entre que possuem e não possuem experiência com corrupção é muito baixa, cerca de 4% em todas as rodadas (tabela 14). Assim, embora os experientes sejam um pouco mais participativos, não é possível sustentar a afirmação de que haja relação entre essas duas variáveis. Esse cenário mostra-se ainda mais evidente no cruzamento de dados entre tolerância/ intolerância com corrupção e participação política: a diferença percentual de participação é de cerca de 1% em todas as rodadas, o que não permite afirmar qualquer tipo de relação entre essas variáveis (tabela 15). Os baixos valores modulares de *phi*, entre 1% e 5%, reforçam essa interpretação.

Quando se examina o cruzamento entre as três variáveis, sendo a de tolerância/ intolerância arrolada como controle, a situação de baixa variação de participação entre experientes e não experientes se mantém. Seja no grupo dos tolerantes ou dos intolerantes com a corrupção, pode-se observar a mesma situação: entre os cidadãos que afirmam terem tido experiência com corrupção há somente cerca de 3% a mais de

participativos do que entre os sem experiência, em todas as rodadas. A baixa diferença percentual mais o baixo valor do coeficiente de associação *phi* tornam difícil sugerir qualquer tipo de relação entre essas variáveis.

A partir desses resultados, põem-se em cheque as hipóteses formuladas no capítulo quatro, de que os experientes e os intolerantes seriam mais propensos a participar. Essas considerações não podem ser refutadas nem corroboradas, considerando os resultados dos cruzamentos de dados. Entretanto, com base nos estudos que relacionam a corrupção com determinadas orientações políticas, abordados no capítulo anterior, pode-se esperar que as variáveis indicadoras de corrupção sejam importantes para explicar a participação política se a estas forem incorporadas outras variáveis explicativas, como as indicadoras de condições socioeconômicas e demográficas. Isso será investigado adiante, nos testes de regressão logística.

Tabela 13- Cruzamento de dados entre experiência com corrupção e tolerância à corrupção, para o conjunto dos casos (%)

	2006-7		2008		2010		2012	
	Tolerante	Intolerante	Tolerante	Intolerante	Tolerante	Intolerante	Tolerante	Intolerante
Não experiente	21,6	78,4	18,8	81,2	13,8	86,2	13,5	86,5
Experiente	37,0	63,0	36,3	63,7	31,6	68,4	31,4	68,6
Total (N)	6.155	19.979	6.396	24.126	5.504	29.065	5.493	29.715
	$\Phi = - 0,12^{***}$		$\Phi = - 0,14^{***}$		$\Phi = - 0,16^{***}$		$\Phi = - 0,16^{***}$	

Tabela 14- Cruzamento de dados entre experiência com corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%)

Experiência x participação								
	2006-7		2008		2010		2012	
	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa
Não experiente	10,7	89,3	10,7	89,3	12,0	88,0	10,9	89,1
Experiente	6,0	94,0	6,6	93,4	8,7	91,3	7,7	92,3
Total (N)	2.998	26.725	3.240	28.431	4.139	31.551	4.075	34.495
	$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,04^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$	

Tabela 15- Cruzamento de dados entre tolerância à corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%)

	2006-7		2008		2010		2012	
	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa
Tolerante	10,1	89,9	9,1	90,9	10,9	89,1	9,7	90,3
Intolerante	9,6	90,4	10,2	89,8	11,6	88,4	10,7	89,3
Total (N)	2.547	23.760	3.156	28.528	3.995	30.806	3.752	31.809
	$\Phi = 0,007$		$\Phi = -0,01^{**}$		$\Phi = -0,008$		$\Phi = -0,01^{**}$	

Tabela 16- Cruzamento de dados entre intolerância à corrupção, experiência com corrupção e participação política, para o conjunto dos casos (%)

		2006-7		2008		2010		2012	
		Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa	Não participa	Participa
Tolerante	Não experiente	10,8	89,2	9,7	90,3	11,9	88,1	10,4	89,6 (3743)
	Experiente	7,0	93,0	7,4	92,6	8,0	92,0	7,2	92,8
Intolerante	Não experiente	10,1	89,9	10,7	92,3	11,9	88,1	11,0	89,0
	Experiente	5,4	94,6	6,1	93,9	8,9	91,1	7,8	92,2
Total (N)		2.532	24.051	3.071	27.449	3.980	30.689	3.717	31.492
		$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$		$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,05^{***}$	
		$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$	
		$\Phi = 0,05^{***}$		$\Phi = 0,004^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$		$\Phi = 0,03^{***}$	

5.2- Corrupção e participação política: análise dos resultados das regressões logísticas

As variáveis explicativas utilizadas nos testes de regressão são as referentes a condições socioeconômicas e demográficas (sexo, cor, idade, renda familiar, escolaridade e região de moradia), a corrupção (experiência e intolerância) e também os países⁵⁰. Na tabela 17 estão descritas as categorias postas em associação e as utilizadas como referência das variáveis de nível individual.

A escolha das categorias de referência segue as relações hipotetizadas nos capítulos três e quatro: todas as categorias de referências, exceto a relativa à região de moradia, expressam um perfil que se espera ser menos propenso a participar. Quanto à idade, não se formularam hipóteses a respeito e utiliza-se como categoria de referência a faixa de idade entre 35 e 54 anos, a fim de observar a possível relação existente entre as faixas extremas de idade e participação política.

Quanto aos países, utiliza-se como referência o país cujos cidadãos mostram-se mais participativos, considerando cada rodada e cada modalidade de participação política (tabela 18). No apêndice E há informações completas a respeito.

⁵⁰ Variáveis e códigos das variáveis indicadoras de condições socioeconômicas e de corrupção no questionário do “Barômetro das Américas”: sexo (q1), cor (etid), idade (q2), renda familiar (q10 e q10new em 2012), escolaridade (ed), região de moradia (ur), experiência com corrupção (exc2 e exc6) e intolerância com corrupção (exc18).

Tabela 17- Categorias das variáveis explicativas utilizadas nos testes de regressão

Variável	Categoria de referência	Demais categorias
<i>Sexo</i>	Sexo feminino	Sexo masculino
<i>Cor</i>	Demais cores	Branca
<i>Idade</i>	35 a 54 anos	16 a 24, 25 a 34, 55 a 64 e 65 ou mais anos
<i>Renda familiar</i>	Frações de renda: 0 a 3 Frações de renda: 0 a 5 (2012)	Frações de renda: 4 a 6 e 7 ou mais Frações de renda: 6 a 10 e 11 ou mais (2012)
<i>Escolaridade</i>	0 a 6 anos de estudo	7 a 12 e 13 ou mais anos de estudo
<i>Região de moradia</i>	Moradores de cidades de região rural	Moradores de cidades de região urbana
<i>Experiência com corrupção</i>	Não	Sim
<i>Tolerância com corrupção</i>	Sim	Não

Tabela 18- País de referência por tipo de participação e rodada de pesquisa

	2006-7	2008	2010	2012
<i>Ativismo comunitário</i>	Paraguai	Paraguai	Haiti	Haiti
<i>Ativismo eleitoral</i>	Rep. Dominicana	Honduras	Haiti	Guiana
<i>Contato com atores políticos e governamentais</i>	Costa Rica	El Salvador	El Salvador	Jamaica
<i>Comparecimento eleitoral</i>	Peru	Equador	Equador	Peru
<i>Ativismo de protesto</i>	Peru	Peru	Haiti	Haiti

Para além dessas variáveis, também há três variáveis de interação. A primeira concilia as categorias indicadoras de experiência e de intolerância com corrupção; a segunda, as categorias que indicam experiência com corrupção e alta escolaridade; e a terceira, as categorias que indicam intolerância com corrupção e alta escolaridade. Para cada caso, todas as categorias não colocadas em interação são utilizadas como referência.

Espera-se que a variável de interação que abarca os dois indicadores de corrupção tenha relação negativa com a participação política, uma vez que hipotetiza-se que a relação de cada uma dessas variáveis indicadoras com os cinco tipos de participação política seja negativa. Já nas demais variáveis de interação, utiliza-se como categoria complementar às variáveis indicadoras de corrupção a que mede alta escolaridade. Desse modo, agregam-se numa única variável duas características

individuais cujas hipóteses relacionadas apontam para relações díspares com a participação política. Os resultados ajudarão a compreender quais características presentes nessas interações são predominantes na relação com a participação política.

Foram realizados testes de regressão logística binária, que permitem serem observadas as chances de ocorrer participação a partir de cada categoria das variáveis explicativas. Utilizou-se efeitos fixos para os países, o que significa que, no modelo em que há variáveis explicativas de nível individual e variáveis sobre países, os coeficientes de estimação dos primeiros são calculados após controle por cada uma das variáveis de países.

Não foi necessário utilizar a regressão multinível ou hierárquica porque os valores do coeficiente de correlação intraclassa (*intraclass correlation coefficient*; ICC) - uma medida de confiabilidade resultante da razão da variância entre unidades de análise e a variância total - para os modelos que contém apenas países, considerando todos os tipos de participação política, não alcançaram valor igual ou maior a 0,10 (tabela 27). Nessa circunstância, o uso de regressão multinível ou hierárquica é dispensável (LEE, 1999).

Os testes de regressão foram feitos a partir da incorporação progressiva de modelos, para cada um dos cinco tipos de participação política e para cada rodada das pesquisas de opinião. O primeiro modelo contempla somente variáveis indicadoras de países; o segundo possui apenas as variáveis indicadoras de condições socioeconômicas e demográficas; no terceiro, além das variáveis presentes no segundo modelo, são adicionadas as variáveis indicadoras de corrupção e as variáveis de interações; e, por fim, no quarto modelo, têm-se todas as variáveis consideradas.

Observa-se, para o conjunto dos dados, que a razão de chance de participação dos países postos em comparação é quase sempre menor em relação ao país de

referência⁵¹. Essa tendência está presente tanto no modelo um quanto no modelo quatro. A predominância de tal tipo de relação é congruente com os dados sobre a frequência dos índices de participação política, presentes no apêndice C, já que o país de referência selecionado ocupa a primeira posição, em termos percentuais, em cada índice construído.

O papel das demais variáveis explicativas para cada modalidade de participação política é analisado abaixo.

5.2.1- Ativismo comunitário

As categorias de duas variáveis – sexo e escolaridade – e da variável sobre experiência com corrupção aumentam as chances de ocorrência de ativismo comunitário, quando comparadas com as categorias de referência correspondentes. Na variável sobre escolaridade, em específico, observa-se que a razão de chance de participar de quem possui alta escolaridade é sempre maior que a razão de chance de quem possui nível intermediário de escolaridade.

Situação oposta é observável entre os cidadãos residentes de regiões urbanas e os cidadãos intolerantes à corrupção, que apresentam menores chances de participar que os cidadãos residentes em regiões rurais e tolerantes à corrupção, respectivamente.

As categorias das variáveis de renda familiar, cor e idade geram efeitos de sentidos variáveis (ora positivo, ora negativo) para a variável resposta, considerando todos os anos analisados. As duas categorias indicadoras de renda familiar implicam maiores chances de participação nas rodadas de 2006-7 e de 2012, mas mostram

⁵¹ Há de se considerar as seguintes exceções: Haiti, modelo 1, “ativismo comunitário” em 2008; República Dominicana, modelo 1, “ativismo comunitário” em 2010; Suriname, modelo 1 e 4, “ativismo eleitoral” em 2010 e 2012; Haiti, modelo 1 e 4, “ativismo eleitoral” em 2012; Jamaica e Guiana, modelo 1, “contato com atores políticos e governamentais” em 2008; Chile e Uruguai, modelo 1 e 4, “contato com atores políticos e governamentais” em 2008; Uruguai, modelo 1 e 4, “comparecimento eleitoral” em 2010; e Uruguai, modelo 4, “ativismo de protesto” em 2006.

propensão negativa à participação nas rodadas de 2008 (somente no modelo completo) e em 2010. Quanto à idade, todas as categorias geram efeitos negativos nas chances de participação, em relação à categoria de referência, exceto a indicadora de idade entre 55 e 64 anos. Nessa categoria, a direção dos efeitos é variável ao longo dos anos. Os cidadãos brancos, por sua vez, apresentam menores chances de participação em 2006-7 e também nos modelos intermediários das demais rodadas; nos modelos completos dessas rodadas, porém, mostram-se mais propensos a participarem que os cidadãos não brancos.

Os cidadãos experientes e também intolerantes com a corrupção são mais propensos a se engajarem em atividades participativas comunitárias que os demais cidadãos. Já entre os que possuem, ao mesmo tempo, experiência com corrupção e alto nível de escolaridade, o sentido da razão de chance é negativo, considerando somente os modelos completos de cada rodada. Por fim, o perfil de cidadão que concilia intolerância à corrupção e alta escolaridade gera efeito positivo para a ocorrência de ativismo comunitário, exceto na rodada de 2008.

5.2.2- Ativismo eleitoral

Com relação à renda familiar, observa-se que, embora rendimentos intermediários (categoria que expressa de 4 a 6 frações de renda familiar)⁵² apresentam relação variável (ora positiva, ora negativa) com a participação em atividades eleitorais, rendimentos altos aumentam sempre as chances de participação.

A cor tem relação variada com o ativismo eleitoral. Para as rodadas de 2006-7 e 2008, os brancos têm maiores chances de participação, mas mostram-se menos

⁵² Usa-se como medida de renda familiar no “Barômetro das Américas” faixas de valores monetários convertidos em dólares.

propensos a participarem nas rodadas de 2010 e 2012. Os valores das razões de chance, contudo, são de baixa intensidade.

Idade, residência urbana e intolerância à corrupção têm efeito claro sobre o ativismo eleitoral: implicam menor propensão ao engajamento nessas atividades participativas.

Nas relações entre as três variáveis de interação e participação em atividades eleitorais, a tendência é a mesma da observada no caso do ativismo comunitário: relação positiva na interação experiência e intolerância com corrupção; negativa entre experiência com corrupção e nível de escolaridade; e positiva entre intolerância à corrupção e nível de escolaridade.

5.2.3- Contato com atores políticos e governamentais

A escolaridade implica aumento de contato com atores políticos e governamentais, da mesma forma observada nas duas modalidades de participação anteriormente analisadas: é positiva e linear. Isso significa que, quanto maior o nível de escolaridade, maior a propensão de haver participação e que o valor da razão de chance pertinente à categoria que indica o mais alto nível de escolaridade é maior que o da categoria indicadora de nível intermediário de escolaridade.

Com influência semelhante, porém em sentido inverso, observa-se o efeito da renda familiar. A relação é sempre negativa e o valor da razão de chance é linear: quanto maior for a renda familiar, menores são as chances de contato com atores políticos e governamentais.

Também apresentam relação negativa com a variável resposta os cidadãos residentes de regiões urbanas, tendo como referência os residentes em regiões rurais. O valor da razão de chance atinge altos patamares na maior parte dos casos.

Quanto à idade, os cidadãos de quase todas as faixas de renda incluídas nos testes apresentam menores chances de realizar contato com atores políticos e governamentais que os cidadãos circunscritos à faixa de idade de referência, de 35 a 54 anos. A exceção fica por conta dos cidadãos com 55 a 64 anos, que se mostram mais propensos a participarem em todas as rodadas.

O sexo masculino e a cor branca, por sua vez, têm efeitos variados sobre a participação via contato com atores políticos e governamentais. Cabe ressaltar o baixo valor da razão de chance no caso do sexo.

As duas variáveis indicadoras de corrupção apresentam, mais uma vez, relações de diferentes sentidos com a variável resposta. Enquanto os experientes com corrupção têm mais chance de participar que os sem experiência, os intolerantes à corrupção são menos propensos a terem um comportamento participativo nessa dimensão, exceto para a rodada de 2008.

Analisando o efeito das variáveis de interação sobre a participação via contato com atores políticos governamentais, observa-se que experiência e intolerância com corrupção implicam aumento de chances de participação, exceto para a rodada de 2010. Já a interação entre experiência com corrupção e escolaridade apresenta efeito variado no tempo sobre o comportamento participativo: experiência com corrupção e escolaridade implicam menos chances de participar em 2006-7 e 2010 e mais chances de participar em 2008 e 2012. Observa-se uma relação semelhante quando a variável explicativa é a de interação entre intolerância à corrupção e escolaridade.

5.2.4- Comparecimento eleitoral

Categorias indicadoras de nível intermediário e de nível alto de renda familiar e de escolaridade possuem efeito positivo na participação via comparecimento eleitoral.

De modo semelhante aos resultados referentes ao engajamento nas outras modalidades de participação analisadas anteriormente, observa-se que a magnitude da razão de chance da categoria de alta escolaridade é superior à categoria de escolaridade intermediária, em todos os modelos e rodadas.

Ao contrário do que se mostra predominante nos resultados relativos às outras modalidades de participação já tratadas, o sexo masculino (exceto na rodada de 2012) e a experiência com atos de corrupção (exceto na rodada de 2010) resultam em menores chances de comparecimento eleitoral. Contudo, em ambas as relações, são baixos os valores das razões de chance.

Quando se leva em consideração a região de moradia dos entrevistados, observa-se uma tendência, em todas as rodadas, considerando apenas os modelos completos: residência em regiões urbanas implicam menos chances de comparecimento às urnas que residência nas regiões rurais, embora os valores de razão de chance atinjam baixos patamares. Nos modelos intermediários, não há direção única.

As categorias das variáveis indicadoras de cor e de idade apresentam efeitos de sentidos variáveis para a ocorrência de comparecimento eleitoral. No primeiro caso, os cidadãos brancos possuem maiores chances de participação que os demais cidadãos nas duas primeiras rodadas, mas menores chances nas duas últimas rodadas. Sobre a idade, os cidadãos pertencentes às duas categorias que indicam mais baixa idade são menos propensos a participar, ao passo que os cidadãos pertencentes às duas categorias que indicam mais alta idade têm mais chances de participar.

Não se observa também uma regularidade no efeito da intolerância à corrupção sobre a variável resposta. Os intolerantes mostram-se menos propensos a participarem nas duas primeiras rodadas e mais propensos a participarem nas duas últimas rodadas

(em relação às duas últimas rodadas, a análise dos dados atém-se apenas aos modelos completos).

Sobre as variáveis de interação, na referente às duas variáveis indicadoras de corrupção, observa-se a predominância do efeito positivo na ocorrência de participação, havendo efeito negativo apenas na rodada de 2010. A interação entre experiência com corrupção e alta escolaridade gera efeito positivo na ocorrência de comparecimento eleitoral em todas as rodadas. Por fim, observam-se efeitos de sentidos variáveis entre a variável de interação que concilia intolerância à corrupção e alta escolaridade com a variável resposta, ao longo dos anos.

5.2.5- Ativismo de protesto

As categorias das variáveis indicadoras de sexo, escolaridade e experiência com corrupção apresentam efeito positivo na ocorrência do ativismo de protesto, em todas as rodadas. A magnitude do valor da razão de chance de cada categoria de escolaridade segue a mesma tendência observada nas modalidades anteriormente tratadas.

O cidadão da categoria que representa o mais alto nível de renda familiar também apresenta maiores chances de participação, tendo a categoria que representa os menores níveis de renda como referência (no caso da rodada de 2010, essa relação só é válida no modelo completo). Mas para a categoria que indica frações de 4 a 6 de renda familiar, não há uma clara tendência de influência sobre o ativismo de protesto, tendo sentido positivo nas duas primeiras rodadas e negativo nas duas últimas rodadas.

Em relação à idade, observa-se que os cidadãos com inscitos em todas as categorias indicadoras possuem menores chances de participação, exceto os cidadãos com idade entre 55 e 64 anos. Estes mostram-se mais propensos a participar que os cidadãos inscitos na categoria de referência na maior parte das rodadas.

Diferentemente das outras modalidades de participação, residência urbana implica mais propensão ao engajamento em atividades de protesto que residência rural. A exceção se dá na rodada de 2012, onde essa relação é inversa. Também há influência da cor sobre o ativismo de protesto: brancos participam mais, com exceção da rodada de 2008, onde essa relação é negativa.

A tendência do efeito da intolerância à corrupção no ativismo de protesto é semelhante ao predominante nas demais modalidades de participação: negativo, para todas as rodadas.

Com referência ao efeito das variáveis de interação, a relativa à experiência e intolerância à corrupção apresenta efeito negativo sobre a participação em atividades de protesto em 2006-7, mas tem efeito positivo nas demais rodadas. O cidadão experiente com atos de corrupção e com alto nível de escolaridade apresenta menores chances de participação que os demais, em todas as rodadas; por fim, observa-se que intolerância à corrupção e escolaridade implicam maiores chances de participação, exceto na rodada de 2010.

Nas tabelas 19 a 23 encontram-se resultados completos dos testes de regressão logística para todas as modalidades, seguindo a ordem de aparecimento de cada uma no texto⁵³. Já a tabela 24 sintetiza as tendências de efeito de cada variável explicativa sobre as indicadoras de cada modalidade de participação política, considerando todas as rodadas.

⁵³ Algumas considerações devem ser feitas sobre esses dados: (1) valores do erro padrão para cada categoria das variáveis independentes foram excluídos das tabelas por questão de limitação de espaço e devido à sua pouca relevância na interpretação dos resultados. Interessados podem conseguir esses dados via contato com o autor; (2) as abreviações “omit.” e “ref.” significam omitidos e referência, respectivamente. A omissão de alguns países se dá por conta da ausência de variáveis independentes ou dependente incluídas no modelo em determinadas ondas ou da ausência dos países na amostra de determinada onda; (3) os símbolos “*”, “**”, e “***” indicam a significância estatística das relações: p valor menor que 10% ($p < 0.1$), p valor menor que 5% ($p < 0.05$) e p valor menor que 1% ($p < 0.01$), respectivamente; (4) nas tabelas há apenas a indicação de exponencial de beta, que denota razão de chance. Esses dados também podem ser lidos sob a forma de efeito percentual. Para tanto, basta aplicar a seguinte equação a cada um dos valores: $(\text{exponencial de beta} - 1) * 100$.

Tabela 19- Preditores logísticos de ativismo comunitário

Variáveis	2006-7				2008				2010				2012			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo masculino	-	1.309***	1.262***	1.286***	-	1.304***	1.260***	1.284***	-	1.273***	1.219***	1.227***	-	1.319***	1.262***	1.292***
Cor branca	-	0.789***	0.807***	0.899***	-	0.825***	0.845***	1.015	-	0.802***	0.825***	1.013	-	0.795***	0.818***	1.001
16 a 24 anos	-	0.535***	0.532***	0.503***	-	0.499***	0.496***	0.487***	-	0.538***	0.528***	0.512***	-	0.561***	0.557***	0.541***
25 a 34 anos	-	0.730***	0.721***	0.693***	-	0.758***	0.748***	0.730***	-	0.806***	0.788***	0.777***	-	0.798***	0.788***	0.789***
55 a 64 anos	-	0.990	1.006	1.030	-	0.977	0.994	1.021	-	1.018	1.037	1.042	-	1.087*	1.108**	1.133***
65 ou mais idade	-	0.837***	0.863***	0.903*	-	0.684***	0.705***	0.762***	-	0.849***	0.876***	0.886**	-	0.898**	0.931	0.973
Frações de renda familiar: 4 a 6	-	1.283***	1.270***	1.047	-	1.005	0.995	0.920***	-	0.922***	0.907***	0.919***	-	1.023	1.018	1.050
Frações de renda familiar: 7 ou mais	-	1.439***	1.389***	1.074	-	1.030	1.002	0.900**	-	0.873***	0.845***	0.934*	-	1.018	0.999	1.015
Anos de escolaridade: 7 a 12	-	1.054	1.039	1.160***	-	1.151***	1.132***	1.227***	-	1.206***	1.186***	1.154***	-	1.187***	1.174***	1.161***
Anos de escolaridade: 13 ou mais	-	1.361***	1.321***	1.514***	-	1.456***	1.474***	1.488***	-	1.516***	1.421***	1.376***	-	1.610***	1.534***	1.432***
Região de moradia: urbana	-	0.673***	0.663***	0.646***	-	0.593***	0.589***	0.608***	-	0.700***	0.688***	0.687***	-	0.617***	0.608***	0.632***
Experiência com corrupção	-	-	1.408***	1.388***	-	-	1.286***	1.316***	-	-	1.437***	1.337***	-	-	1.549***	1.487***
Intolerância com corrupção	-	-	0.980	0.935*	-	-	0.885***	0.898***	-	-	0.830***	0.825***	-	-	0.888***	0.983
Experiência * Intolerância	-	-	1.208**	1.185*	-	-	1.308***	1.219**	-	-	1.262***	1.256***	-	-	1.145	1.061
Experiência * alta escolaridade	-	-	0.960	0.953	-	-	1.026	0.971	-	-	0.963	0.908	-	-	1.021	0.981
Intolerância * alta escolaridade	-	-	1.014	1.033	-	-	0.920	0.985	-	-	1.045	1.042	-	-	1.012	1.041
(1) México	0.340***	-	-	0.338***	0.325***	-	-	0.304***	0.414***	-	-	0.455***	0.196***	-	-	0.218***
(2) Guatemala	0.284***	-	-	0.285***	0.529***	-	-	0.475***	0.716***	-	-	0.789***	0.524***	-	-	0.560***
(3) El Salvador	0.345***	-	-	0.359***	0.344***	-	-	0.347***	0.452***	-	-	0.530***	0.244***	-	-	0.292***
(4) Honduras	0.548***	-	-	0.561***	0.322***	-	-	0.313***	0.293***	-	-	0.342***	0.331***	-	-	0.379***
(5) Nicarágua	0.259***	-	-	0.279***	0.283***	-	-	0.271***	0.430***	-	-	0.519***	0.277***	-	-	0.325***
(6) Costa Rica	0.321***	-	-	0.317***	0.249***	-	-	0.239***	0.268***	-	-	0.309***	0.141***	-	-	0.153***
(7) Panamá	0.242***	-	-	0.246***	0.211***	-	-	0.190***	0.314***	-	-	0.350***	0.160***	-	-	0.184***
(8) Colômbia	omit.	-	-	omit.	0.294***	-	-	0.302***	0.350***	-	-	0.420***	0.264***	-	-	0.317***
(9) Equador	0.342***	-	-	0.310***	0.384***	-	-	0.367***	0.366***	-	-	0.419***	0.363***	-	-	0.380***
(10) Bolívia	omit.	-	-	omit.	0.559***	-	-	0.510***	0.650***	-	-	0.721***	0.601***	-	-	0.667***
(11) Peru	0.587***	-	-	0.535***	0.453***	-	-	0.414***	0.634***	-	-	0.690***	0.399***	-	-	0.431***
(12) Paraguai	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.	0.710***	-	-	0.780***	0.497***	-	-	0.538***
(13) Chile	0.306***	-	-	0.330***	0.245***	-	-	0.242***	0.296***	-	-	0.346***	0.287***	-	-	0.344***
(14) Uruguai	0.301***	-	-	0.346***	0.219***	-	-	0.234***	0.243***	-	-	0.298***	0.192***	-	-	0.231***
(15) Brasil	omit.	-	-	omit.	0.366***	-	-	0.392***	0.235***	-	-	0.296***	0.179***	-	-	0.229***
(16) Venezuela	0.440***	-	-	0.480***	0.405***	-	-	0.440***	0.585***	-	-	0.709***	0.275***	-	-	0.322***
(17) Argentina	omit.	-	-	omit.	0.194***	-	-	0.191***	0.266***	-	-	0.318***	0.184***	-	-	0.211***
(21) República Dominicana	0.723***	-	-	0.766***	0.596***	-	-	0.620***	0.914	-	-	1.042	0.488***	-	-	0.527***
(22) Haiti	0.425***	-	-	0.338***	1.090	-	-	0.827**	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.
(23) Jamaica	0.424***	-	-	0.356***	0.538***	-	-	0.413***	0.583***	-	-	0.599***	0.449***	-	-	0.485***
(24) Guiana	0.396***	-	-	0.322***	0.393***	-	-	0.298***	0.382***	-	-	0.361***	0.332***	-	-	0.310***
(25) Trindade e Tobago	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.315***	-	-	0.321***	0.263***	-	-	0.296***
(26) Belize	omit.	-	-	omit.	0.408***	-	-	0.376***	0.334***	-	-	0.370***	0.221***	-	-	0.227***
(27) Suriname	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.354***	-	-	0.345***	0.219***	-	-	0.203***

Tabela 20- Preditores logísticos de ativismo eleitoral

Variáveis	2006-7				2008				2010				2012			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo masculino	-	1.460***	1.421***	1.433***	-	1.343***	1.309***	1.312***	-	1.287***	1.234***	1.249***	-	1.309***	1.270***	1.292***
Cor branca	-	1.038	1.062*	1.084**	-	1.006	1.026	1.049	-	0.873***	0.901***	0.988	-	0.789***	0.810***	0.993
16 a 24 anos	-	0.724***	0.717***	0.724***	-	0.764***	0.759***	0.719***	-	0.781***	0.765***	0.765***	-	0.674***	0.668***	0.690***
25 a 34 anos	-	0.901***	0.890***	0.892***	-	0.919**	0.911***	0.893***	-	0.897***	0.878***	0.884***	-	0.801***	0.792***	0.805***
55 a 64 anos	-	0.964	0.975	0.988	-	0.888**	0.902**	0.943	-	1.017	1.037	1.064	-	0.900**	0.914**	0.914**
65 ou mais idade	-	0.843***	0.865**	0.842***	-	0.701***	0.721***	0.762***	-	0.810***	0.839***	0.846***	-	0.786***	0.808***	0.795***
Frações de renda familiar: 4 a 6	-	1.037	1.032	1.051	-	1.095***	1.087***	0.994	-	1.012	0.997	1.044	-	0.918***	0.915***	0.917***
Frações de renda familiar: 7 ou mais	-	1.147***	1.127***	1.208***	-	1.457***	1.428***	1.081	-	1.325***	1.286***	1.130***	-	1.075**	1.065*	1.002
Anos de escolaridade: 7 a 12	-	1.277***	1.242***	1.221***	-	1.176***	1.157***	1.286***	-	1.178***	1.153***	1.139***	-	1.218***	1.201***	1.128***
Anos de escolaridade: 13 ou mais	-	1.612***	1.400***	1.399***	-	1.383***	1.337***	1.562***	-	1.465***	1.279***	1.227**	-	1.596***	1.625***	1.535***
Região de moradia: urbana	-	0.911***	0.904***	0.927**	-	0.777***	0.773***	0.811***	-	0.857***	0.843***	0.885***	-	0.766***	0.760***	0.880***
Experiência com corrupção	-	-	1.235***	1.326***	-	-	1.318***	1.375***	-	-	1.526***	1.534***	-	-	1.165**	1.241***
Intolerância com corrupção	-	-	0.788***	0.856***	-	-	0.851***	0.857***	-	-	0.716**	0.730***	-	-	0.793***	0.870***
Experiência * Intolerância	-	-	1.127	1.073	-	-	1.079	1.089	-	-	1.000	1.038	-	-	1.198**	1.195**
Experiência * alta escolaridade	-	-	0.951	0.954	-	-	0.889	0.861	-	-	0.865*	0.883	-	-	0.992	0.976
Intolerância * alta escolaridade	-	-	1.169*	1.138	-	-	1.024	1.039	-	-	1.172**	1.210**	-	-	0.948	0.963
(1) México	0.310***	-	-	0.278***	0.275***	-	-	0.259***	0.252***	-	-	0.248***	0.294***	-	-	0.304***
(2) Guatemala	0.207***	-	-	0.220***	0.284***	-	-	0.289***	0.283***	-	-	0.310***	0.535***	-	-	0.564***
(3) El Salvador	0.225***	-	-	0.225***	0.284***	-	-	0.291***	0.319***	-	-	0.352***	0.415***	-	-	0.477***
(4) Honduras	0.469***	-	-	0.475***	ref.	-	-	ref.	0.359***	-	-	0.413***	0.403***	-	-	0.446***
(5) Nicarágua	0.399***	-	-	0.412***	0.410***	-	-	0.403***	0.271***	-	-	0.307***	0.460***	-	-	0.523***
(6) Costa Rica	0.371***	-	-	0.337***	0.532***	-	-	0.541***	0.276***	-	-	0.312***	0.446***	-	-	0.484***
(7) Panamá	0.658***	-	-	0.660***	0.413***	-	-	0.395***	0.312***	-	-	0.338***	0.460***	-	-	0.505***
(8) Colômbia	omit.	-	-	omit.	0.376***	-	-	0.375***	0.366***	-	-	0.395***	0.481***	-	-	0.511***
(9) Equador	0.312***	-	-	0.260***	0.331***	-	-	0.311***	0.242***	-	-	0.249***	0.502***	-	-	0.499***
(10) Bolívia	omit.	-	-	omit.	0.318***	-	-	0.277***	0.382***	-	-	0.376***	0.363***	-	-	0.358***
(11) Peru	0.564***	-	-	0.484***	0.440***	-	-	0.389***	0.379***	-	-	0.360***	0.554***	-	-	0.548***
(12) Paraguai	0.292***	-	-	0.275***	0.390***	-	-	0.372***	0.348***	-	-	0.346***	0.361***	-	-	0.369***
(13) Chile	0.342***	-	-	0.309***	0.149***	-	-	0.147***	0.186***	-	-	0.201***	0.405***	-	-	0.442***
(14) Uruguai	0.346***	-	-	0.323***	0.280***	-	-	0.290***	0.416***	-	-	0.465***	0.353***	-	-	0.389***
(15) Brasil	omit.	-	-	omit.	0.590***	-	-	0.640***	0.437***	-	-	0.524***	0.662***	-	-	0.751***
(16) Venezuela	0.482***	-	-	0.396***	0.490***	-	-	0.497***	0.379***	-	-	0.402***	0.401***	-	-	0.417***
(17) Argentina	omit.	-	-	omit.	0.589***	-	-	0.537***	0.429***	-	-	0.475***	0.382***	-	-	0.406***
(21) República Dominicana	ref.	-	-	ref.	0.741***	-	-	0.752***	0.691***	-	-	0.736***	0.951	-	-	0.971
(22) Haiti	0.379***	-	-	0.327***	0.605***	-	-	0.510***	ref.	-	-	ref.	1.118	-	-	1.011
(23) Jamaica	0.506***	-	-	0.459***	0.650***	-	-	0.572***	0.278***	-	-	0.282***	0.684***	-	-	0.699***
(24) Guiana	0.599***	-	-	0.544***	0.354***	-	-	0.305***	0.319***	-	-	0.309***	ref.	-	-	ref.
(25) Trindade e Tobago	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.374***	-	-	0.385***	0.555***	-	-	0.572***
(26) Belize	omit.	-	-	omit.	0.656***	-	-	0.619***	0.608***	-	-	0.612***	0.845*	-	-	0.905
(27) Suriname	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	1.144	-	-	1.058	1.223**	-	-	1.216**

Tabela 21- Preditores logísticos de contato com atores políticos e governamentais

Variáveis	2006-7				2008				2010				2012			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo masculino	-	1.042	1.004	1.004	-	1.012	0.967	0.973	-	1.056**	1.004	1.007	-	1.003	0.960	0.961
Cor branca	-	1.078**	1.108***	0.841***	-	0.972	1.007	0.860***	-	0.999	1.038	0.990	-	0.844***	0.869***	0.883***
16 a 24 anos	-	0.638***	0.633***	0.618***	-	0.533***	0.528***	0.542***	-	0.622***	0.608***	0.607***	-	0.551***	0.547***	0.555***
25 a 34 anos	-	0.823***	0.811***	0.797***	-	0.797***	0.784***	0.784***	-	0.822***	0.802***	0.789***	-	0.780***	0.771***	0.781***
55 a 64 anos	-	1.225***	1.244***	1.198***	-	1.119**	1.147***	1.091*	-	1.054	1.079	1.055	-	1.012	1.031	1.023
65 ou mais idade	-	0.934	0.965	0.877**	-	0.916	0.959	0.883**	-	0.901*	0.936	0.896*	-	0.875**	0.907*	0.863***
Frações de renda familiar: 4 a 6	-	0.989	0.980	0.889***	-	0.774***	0.763***	0.793***	-	0.814***	0.799***	0.818***	-	0.865***	0.860***	0.867***
Frações de renda familiar: 7 ou mais	-	0.933	0.907**	0.806***	-	0.749***	0.722***	0.757***	-	0.888***	0.858***	0.724***	-	0.766***	0.752***	0.757***
Anos de escolaridade: 7 a 12	-	1.074**	1.045	1.098**	-	1.154***	1.127***	1.095**	-	1.024	1.000	1.017	-	1.049	1.031	1.018
Anos de escolaridade: 13 ou mais	-	1.370***	1.316***	1.501***	-	1.484***	1.409***	1.554***	-	1.211***	1.284***	1.359***	-	1.226***	1.082	1.090
Região de moradia: urbana	-	0.825***	0.816***	0.742***	-	0.868***	0.861***	0.784***	-	0.816***	0.801***	0.788***	-	0.775***	0.767***	0.757***
Experiência com corrupção	-	-	1.351***	1.430***	-	-	1.336***	1.395***	-	-	1.666***	1.759***	-	-	1.442***	1.493***
Intolerância com corrupção	-	-	0.842***	0.820***	-	-	1.336***	1.395***	-	-	0.764***	0.786***	-	-	0.826***	0.862***
Experiência * Intolerância	-	-	1.187*	1.213**	-	-	1.355***	1.391***	-	-	0.999	0.985	-	-	1.101	1.101
Experiência * alta escolaridade	-	-	0.865	0.844*	-	-	1.033	1.045	-	-	0.844*	0.893	-	-	1.044	1.046
Intolerância * alta escolaridade	-	-	1.043	0.987	-	-	0.978	0.909	-	-	0.925	0.914	-	-	1.099	1.095
(1) México	0.684***	-	-	0.640***	0.821**	-	-	0.756***	0.815**	-	-	0.741***	0.630***	-	-	0.631***
(2) Guatemala	0.461***	-	-	0.422***	0.805**	-	-	0.682**	0.714***	-	-	0.641***	0.849*	-	-	0.773***
(3) El Salvador	ref.	-	-	0.970	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.	0.856*	-	-	0.952
(4) Honduras	0.621***	-	-	0.625***	0.413***	-	-	0.448***	0.333***	-	-	0.326***	0.466***	-	-	0.486***
(5) Nicarágua	0.425***	-	-	0.419***	0.565***	-	-	0.513***	0.551***	-	-	0.532***	0.655***	-	-	0.719***
(6) Costa Rica	ref.	-	-	ref.	0.560***	-	-	0.571***	0.530***	-	-	0.519***	0.551***	-	-	0.593***
(7) Panamá	0.378***	-	-	0.345***	0.450***	-	-	0.421***	0.336***	-	-	0.324***	0.288***	-	-	0.309***
(8) Colômbia	omit.	-	-	omit.	0.718***	-	-	0.746***	0.804***	-	-	0.827**	0.594***	-	-	0.682***
(9) Equador	0.366***	-	-	0.339***	0.517***	-	-	0.466***	0.374***	-	-	0.362***	0.614***	-	-	0.613***
(10) Bolívia	omit.	-	-	omit.	0.631***	-	-	0.510***	0.243***	-	-	0.221***	0.452***	-	-	0.476***
(11) Peru	0.852**	-	-	0.729***	0.834*	-	-	0.721***	0.598***	-	-	0.558***	0.612***	-	-	0.616***
(12) Paraguai	0.463***	-	-	0.443***	0.641***	-	-	0.664***	0.738***	-	-	0.719***	0.466***	-	-	0.484***
(13) Chile	0.777***	-	-	0.851**	1.071	-	-	1.072	0.622***	-	-	0.655***	0.597***	-	-	0.762***
(14) Uruguai	0.876*	-	-	0.990	1.160*	-	-	1.275***	0.847**	-	-	0.939	0.672***	-	-	0.855
(15) Brasil	omit.	-	-	omit.	1.082	-	-	1.113	0.580***	-	-	0.591***	0.422***	-	-	0.553***
(16) Venezuela	0.595***	-	-	0.671***	0.713***	-	-	0.729***	0.519***	-	-	0.527***	0.419***	-	-	0.453***
(17) Argentina	omit.	-	-	omit.	0.878	-	-	0.891	0.623***	-	-	0.616***	0.658***	-	-	0.723***
(21) República Dominicana	0.595***	-	-	0.593***	0.659***	-	-	0.654***	0.725***	-	-	0.676***	0.508***	-	-	0.530***
(22) Haiti	0.285***	-	-	0.197***	0.537***	-	-	0.376***	0.645***	-	-	0.505***	0.930	-	-	0.768***
(23) Jamaica	0.817**	-	-	0.637***	1.093	-	-	0.875	0.780***	-	-	0.709***	ref.	-	-	ref.
(24) Guiana	0.561***	-	-	0.424***	1.073	-	-	0.832**	0.711***	-	-	0.588***	0.761***	-	-	0.708***
(25) Trindade e Tobago	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.732***	-	-	0.622***	0.850	-	-	0.910
(26) Belize	omit.	-	-	omit.	0.625***	-	-	0.566***	0.751***	-	-	0.771***	0.680***	-	-	0.655***
(27) Suriname	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.781***	-	-	0.775***	0.518***	-	-	0.493***

Tabela 22- Preditores logísticos de comparecimento eleitoral

Variáveis	2006-7				2008				2010				2012			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo masculino	-	1.084**	1.080**	1.075**	-	1.060*	1.054*	1.044	-	1.010	1.010	1.023	-	0.937**	0.941**	0.951
Cor branca	-	1.443***	1.444***	1.149***	-	1.064*	1.065*	1.062	-	0.993	0.989	0.941	-	0.883***	0.880***	1.004
16 a 24 anos	-	0.175***	0.176***	0.156***	-	0.153***	0.154***	0.136***	-	0.184***	0.184***	0.151***	-	0.175***	0.175***	0.159***
25 a 34 anos	-	0.588***	0.590***	0.563***	-	0.585***	0.585***	0.560***	-	0.635***	0.636***	0.594***	-	0.596***	0.596***	0.581***
55 a 64 anos	-	1.139*	1.144**	1.179**	-	1.158**	1.160**	1.147**	-	1.317***	1.315***	1.295***	-	1.244***	1.242***	1.249***
65 ou mais idade	-	1.057	1.062	1.136	-	1.011	1.015	0.986	-	1.331***	1.328***	1.294***	-	1.187***	1.182**	1.171**
Frações de renda familiar: 4 a 6	-	1.077**	1.072*	1.116***	-	0.999	0.997	1.086**	-	1.171***	1.172***	1.095***	-	1.258***	1.259***	1.260***
Frações de renda familiar: 7 ou mais	-	1.119**	1.101**	1.128**	-	0.867**	0.862**	1.019	-	1.196***	1.198***	1.187***	-	1.346***	1.348***	1.231***
Anos de escolaridade: 7 a 12	-	1.179***	1.186***	1.173***	-	1.269***	1.268***	1.295***	-	1.053	1.056	1.142***	-	1.230***	1.234***	1.207***
Anos de escolaridade: 13 ou mais	-	2.129***	1.797***	1.705***	-	2.260***	2.226***	2.193***	-	1.549***	1.426***	1.581***	-	1.821***	1.861***	1.882***
Região de moradia: urbana	-	1.005	1.002	0.899***	-	1.101***	1.100***	0.924**	-	1.076**	1.075**	0.901***	-	0.953	0.954	0.925**
Experiência com corrupção	-	-	1.042	0.909	-	-	0.935	0.876	-	-	1.090	1.099	-	-	0.925	0.880
Intolerância com corrupção	-	-	1.109**	0.995	-	-	1.029	0.992	-	-	1.077	1.015	-	-	1.042	1.009
Experiência * Intolerância	-	-	1.108	1.181	-	-	1.277**	1.253**	-	-	0.878	0.830*	-	-	1.056	1.109
Experiência * alta escolaridade	-	-	1.031	1.001	-	-	1.077	1.093	-	-	1.190	1.125	-	-	1.046	1.026
Intolerância * alta escolaridade	-	-	1.275**	1.272**	-	-	0.993	0.966	-	-	1.072	1.090	-	-	0.970	0.958
(1) México	0.227***	-	-	0.224***	0.323***	-	-	0.287***	0.181***	-	-	0.166***	0.202***	-	-	0.188***
(2) Guatemala	0.113***	-	-	0.134***	0.291***	-	-	0.285***	0.185***	-	-	0.176***	0.382***	-	-	0.440***
(3) El Salvador	0.181***	-	-	0.195***	0.222***	-	-	0.218***	0.307***	-	-	0.320***	0.194***	-	-	0.198***
(4) Honduras	0.309***	-	-	0.382***	0.202***	-	-	0.213***	0.122***	-	-	0.132***	0.093***	-	-	0.093***
(5) Nicarágua	0.150***	-	-	0.178***	0.268***	-	-	0.332***	0.183***	-	-	0.232***	0.400***	-	-	0.442***
(6) Costa Rica	0.216***	-	-	0.190***	0.219***	-	-	0.188***	0.106***	-	-	0.092***	0.193***	-	-	0.165***
(7) Panamá	0.343***	-	-	0.368***	0.268***	-	-	0.229***	0.349***	-	-	0.343***	0.206***	-	-	0.207***
(8) Colômbia	omit.	-	-	omit.	0.205***	-	-	0.192***	0.117***	-	-	0.106***	0.188***	-	-	0.182***
(9) Equador	0.470***	-	-	0.441***	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.	0.809	-	-	0.776*
(10) Bolívia	omit.	-	-	omit.	0.320***	-	-	0.298***	0.677***	-	-	0.732**	0.410***	-	-	0.431***
(11) Peru	ref.	-	-	ref.	0.846	-	-	0.753*	omit.	-	-	omit.	ref.	-	-	ref.
(12) Paraguai	0.129***	-	-	0.129***	0.169***	-	-	0.148***	0.159***	-	-	0.140***	0.152***	-	-	0.137***
(13) Chile	0.204***	-	-	0.149***	0.228***	-	-	0.157***	0.133***	-	-	0.094***	0.190***	-	-	0.138***
(14) Uruguai	0.754**	-	-	0.652***	0.721**	-	-	0.613***	1.113	-	-	1.045	0.886	-	-	0.761*
(15) Brasil	omit.	-	-	omit.	0.683***	-	-	0.709***	0.383***	-	-	0.421***	0.715**	-	-	0.740**
(16) Venezuela	0.314***	-	-	0.309***	0.469***	-	-	0.407***	0.178***	-	-	0.144***	0.297***	-	-	0.246***
(17) Argentina	omit.	-	-	omit.	0.369***	-	-	0.384***	0.233***	-	-	0.286***	0.804	-	-	0.769*
(21) República Dominicana	0.217***	-	-	0.222***	0.259***	-	-	0.220***	0.268***	-	-	0.237***	0.231***	-	-	0.208***
(22) Haiti	0.282***	-	-	0.240***	0.279***	-	-	0.231***	0.110***	-	-	0.101***	0.390***	-	-	0.364***
(23) Jamaica	0.079***	-	-	0.0567***	0.197***	-	-	0.132***	0.113***	-	-	0.077***	0.167***	-	-	0.137***
(24) Guiana	0.301***	-	-	0.303***	0.282***	-	-	0.250***	0.205***	-	-	0.179***	0.384***	-	-	0.365***
(25) Trinidad e Tobago	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.174***	-	-	0.140***	0.219***	-	-	0.174***
(26) Belize	omit.	-	-	omit.	0.423***	-	-	0.470***	0.268***	-	-	0.244***	0.476***	-	-	0.440***
(27) Suriname	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.211***	-	-	0.139***	0.357***	-	-	0.300***

Tabela 23- Preditores logísticos de ativismo de protesto

Variáveis	2006-7				2008				2010				2012			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sexo masculino	-	1.604***	1.532***	1.533***	-	1.436***	1.368***	1.375***	-	1.352***	1.248***	1.252***	-	1.219***	1.139***	1.144***
Cor branca	-	1.167***	1.207***	1.010	-	0.811***	0.832***	0.832**	-	0.973	1.027	0.856**	-	0.962	1.010	0.902**
16 a 24 anos	-	0.769***	0.767***	0.812***	-	0.837**	0.837**	0.847*	-	1.074	1.055	1.009	-	0.880***	0.870***	0.870***
25 a 34 anos	-	0.802***	0.790***	0.812***	-	0.799***	0.788***	0.793***	-	0.985	0.952	0.936	-	0.919*	0.903**	0.901**
55 a 64 anos	-	1.081	1.109	1.103	-	1.440***	1.478***	1.505***	-	0.949	0.983	0.986	-	1.034	1.069	1.074
65 ou mais idade	-	0.859*	0.898	0.878	-	0.943	0.981	0.958	-	0.823*	0.870	0.880	-	0.657***	0.698***	0.710***
Frações de renda familiar: 4 a 6	-	1.029	1.013	1.091*	-	1.164**	1.145**	1.110	-	0.920*	0.892**	0.998	-	0.954	0.945	0.935
Frações de renda familiar: 7 ou mais	-	1.364***	1.302***	1.390***	-	1.353***	1.288**	1.304**	-	0.954	0.905	1.131*	-	1.220***	1.190***	1.155***
Anos de escolaridade: 7 a 12	-	1.490***	1.450***	1.357***	-	1.760***	1.709***	1.614***	-	1.506***	1.460***	1.431***	-	1.221***	1.183***	1.264***
Anos de escolaridade: 13 ou mais	-	3.203***	2.585***	2.237***	-	4.246***	3.611***	3.137***	-	2.223***	2.187***	1.975***	-	2.096***	1.785***	1.829***
Região de moradia: urbana	-	1.214***	1.199***	1.108**	-	1.115	1.107	1.076	-	1.104**	1.073	1.008	-	0.956	0.942	0.867***
Experiência com corrupção	-	-	1.858***	1.848***	-	-	1.461**	1.507***	-	-	1.952***	1.686***	-	-	1.875***	1.826***
Intolerância com corrupção	-	-	0.890**	0.854***	-	-	0.763***	0.753***	-	-	0.810***	0.769***	-	-	0.710***	0.711***
Experiência * Intolerância	-	-	0.895	0.903	-	-	1.167	1.145	-	-	1.176	1.269**	-	-	1.053	1.051
Experiência * alta escolaridade	-	-	0.778**	0.779**	-	-	0.799	0.787	-	-	0.857	0.856	-	-	0.778***	0.774***
Intolerância * alta escolaridade	-	-	1.374***	1.392***	-	-	1.245	1.241	-	-	0.998	1.029	-	-	1.217**	1.258**
(1) México	0.394***	-	-	0.451***	0.388***	-	-	0.510***	0.297***	-	-	0.281***	0.374***	-	-	0.468***
(2) Guatemala	0.313***	-	-	0.495***	0.325***	-	-	0.527***	0.422***	-	-	0.496***	0.562***	-	-	0.785**
(3) El Salvador	0.230***	-	-	0.311***	omit.	-	-	omit.	0.188***	-	-	0.218***	0.253***	-	-	0.384***
(4) Honduras	0.430***	-	-	0.647***	omit.	-	-	omit.	0.327***	-	-	0.429***	0.354***	-	-	0.510***
(5) Nicarágua	0.248***	-	-	0.356***	omit.	-	-	omit.	0.485***	-	-	0.577***	0.446***	-	-	0.670***
(6) Costa Rica	0.519***	-	-	0.621***	0.425***	-	-	0.669***	0.238***	-	-	0.310***	0.305***	-	-	0.442***
(7) Panamá	0.556***	-	-	0.806**	omit.	-	-	omit.	0.222***	-	-	0.257***	0.202***	-	-	0.289***
(8) Colômbia	omit.	-	-	omit.	0.527***	-	-	0.745***	0.325***	-	-	0.371***	0.574***	-	-	0.728***
(9) Equador	0.687***	-	-	0.667***	omit.	-	-	omit.	0.362***	-	-	0.380***	0.568***	-	-	0.640***
(10) Bolívia	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.590***	-	-	0.554***	0.634***	-	-	0.688***
(11) Peru	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.	0.593***	-	-	0.536***	0.687***	-	-	0.778**
(12) Paraguai	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.592***	-	-	0.614***	0.710***	-	-	0.897
(13) Chile	0.656***	-	-	0.765***	omit.	-	-	omit.	0.193***	-	-	0.232***	0.466***	-	-	0.641***
(14) Uruguai	0.857*	-	-	1.080	omit.	-	-	omit.	0.587***	-	-	0.744**	0.750***	-	-	1.098
(15) Brasil	omit.	-	-	omit.	0.432***	-	-	0.720***	0.262***	-	-	0.335***	0.591***	-	-	0.841
(16) Venezuela	0.795***	-	-	0.766***	omit.	-	-	omit.	0.402***	-	-	0.428***	0.351***	-	-	0.457***
(17) Argentina	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.829*	-	-	0.952	0.619***	-	-	0.853
(21) República Dominicana	0.436***	-	-	0.558***	omit.	-	-	omit.	0.239***	-	-	0.254***	0.479***	-	-	0.547***
(22) Haiti	0.784**	-	-	0.879	omit.	-	-	omit.	ref.	-	-	ref.	ref.	-	-	ref.
(23) Jamaica	0.306***	-	-	0.377***	omit.	-	-	omit.	0.148***	-	-	0.159***	0.138***	-	-	0.170***
(24) Guiana	0.403***	-	-	0.525***	omit.	-	-	omit.	0.152***	-	-	0.159***	0.339***	-	-	0.382***
(25) Trindade e Tobago	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.335***	-	-	0.363***	0.534***	-	-	0.629***
(26) Belize	omit.	-	-	omit.	0.546***	-	-	0.713***	0.219***	-	-	0.240***	0.652***	-	-	0.914
(27) Suriname	omit.	-	-	omit.	omit.	-	-	omit.	0.269***	-	-	0.245***	0.214***	-	-	0.243***

Tabela 24- Síntese dos efeitos das variáveis explicativas sobre as indicadores de cada modalidade de participação política

	Ativismo comunitário	Ativismo eleitoral	Contato com atores políticos e governamentais	Comparecimento eleitoral	Ativismo de protesto
<i>Sexo masculino</i>	Positivo	Positivo	Variável	Positivo	Positivo
<i>Cor branca</i>	Variado	Variado	Variado	Variado	Positivo
<i>Idade</i>	Curvilinear	Curvilinear	Curvilinear	Variável	Curvilinear
<i>Renda familiar</i>	Variado	Positivo	Negativo e linear	Positivo	Positivo
<i>Escolaridade</i>	Positivo e linear	Positivo e linear	Positivo e linear	Positivo e linear	Positivo e linear
<i>Região urbana</i>	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Positivo
<i>Experiência com corrupção</i>	Positivo	Positivo	Positivo	Negativo	Positivo
<i>Intolerância à corrupção</i>	Negativo	Negativo	Negativo	Variado	Negativo
<i>Experiência * intolerância</i>	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo
<i>Experiência * alta escolaridade</i>	Negativo	Negativo	Variado	Positivo	Negativo
<i>Intolerância * alta escolaridade</i>	Positivo	Positivo	Variado	Variado	Positivo

5.3- Tendências dos efeitos das variáveis explicativas, validade das hipóteses formuladas e o papel do contexto na determinação da participação política

A partir da descrição dos resultados das regressões, expostos acima, é possível analisar a tendência da influência de cada uma das variáveis explicativas sobre as variáveis indicadoras das cinco modalidades de participação política, além de fazer apontamentos sobre os resultados, à luz das relações hipotetizadas nos capítulos três e quatro.

Observa-se que, entre os cidadãos do sexo masculino, predominam maiores chances de engajamento nas modalidades de participação política – exceto a relativa a contato com atores políticos e governamentais, onde a relação é variável. Os resultados parecem confirmar a relação hipotetizada no capítulo três, e conhecida na literatura que trata dessa questão, de que os homens são mais propensos a participar que as mulheres, principalmente em atividades não eleitorais. Contudo, os resultados apontam que,

mesmo em valores de razão de chance que podem ser considerados baixos, há uma tendência de maiores chances de comparecimento eleitoral dos homens em relação às mulheres, indo contra a hipótese lançada, de que não se verificaria um padrão de relação bem definido a respeito⁵⁴.

Já o efeito da cor na participação não se mostra bem definida. É difícil conceber uma tendência de engajamento dos cidadãos que se consideram brancos, pois estes ora apresentam mais chances, ora menos chances de participação que os demais cidadãos. Logo, os resultados apontam para a confirmação da relação descrita no capítulo três⁵⁵.

Entre os cidadãos das diversas faixas de idade consideradas na classificação, predomina a menor propensão a participar, em relação aos cidadãos de 35 a 54 anos, se esse valor for tomado como de referência. A exceção são os cidadãos que possuem entre 55 e 64 anos. Em quatro dos cinco tipos de participação política – ativismo comunitário, contato com atores governamentais, comparecimento eleitoral e ativismo de protesto – eles mostram-se com maiores chances de participação que os cidadãos com idade na categoria de referência. Com isso, pode-se considerar que a relação aproxima-se da forma curvilínea, de “U” invertido, pois os cidadãos com idades nos dois extremos (entre 16 e 34 anos e maiores que 65 anos) mostram-se menos propensos a participar que os cidadãos de meia idade (entre 35 e 64 anos).

A tendência mais visível reside nos efeitos da escolaridade nas variáveis indicadoras de participação. Em todas as modalidades, as categorias de escolaridade geram efeitos positivos na ocorrência de participação. Também é recorrente o maior valor de razão de chance da categoria que expressa alta escolaridade em relação à indicadora de nível intermediário de escolaridade. Esse cenário é mais perceptível no caso do ativismo de protesto, onde os valores são maiores.

⁵⁴ Considerações a respeito encontram-se na página 82, no capítulo três.

⁵⁵ Considerações a respeito encontram-se na página 80, no capítulo três.

O caráter regular do efeito na variável resposta e a linearidade dos valores de razão de chance são evidências que torna possível considerar a existência de uma relação ou associação positiva entre níveis de escolaridade e engajamento em atividades participativas e que essa relação é de forma linear: os cidadãos que possuem alta escolaridade são relativamente mais propensos a participar que os cidadãos que têm nível intermediário de escolaridade.

De uma forma geral, o efeito da categoria que indica alta renda familiar é positivo, na maior parte dos anos e das modalidades analisadas. No caso de “contato com atores políticos e governamentais”, contudo, predomina o efeito negativo.

A discrepância dos resultados referentes às variáveis sobre escolaridade e renda familiar aponta a necessidade de se dissociar o papel de ambas na determinação de um comportamento participativo. Escolaridade e participação política apresentam uma regular relação positiva e de tipo linear. Entre os cidadãos com alta renda familiar, o mais comum é a maior chance de participação (embora haja exceções a essa tendência). Contudo, o coeficiente de razão de chance não alcança, em nenhuma circunstância, um valor que pode ser considerado alto, sendo então difícil asseverar a existência de uma relação com a participação política. Assim, medidas que conciliam ambas as variáveis podem não ser adequadas para o contexto americano e caribenho, como exemplo o “nível de recursos socioeconômicos”, utilizados por boa parte de politólogos preocupados com os fatores explicativos da participação política, especialmente entre os cidadãos estadunidenses e europeus, como Sidney Verba e seus parceiros (1972; 1987; 1995).

Sugere-se, no capítulo três, a hipótese de que os residentes em regiões rurais são mais participativos que os residentes em regiões urbanas, em todos os tipos de

participação política⁵⁶. Essa expectativa foi confirmada para quatro dos cinco tipos de participação, excetuando-se o ativismo de protesto. Nesse caso, em três das quatro rodadas analisadas - a exceção é a de 2012 - os moradores de regiões urbanas são mais propensos a participarem.

Com base em estudos que visam explicar diversos tipos de orientações políticas – nenhum, contudo, se além a explicar a participação política – hipotetiza-se, no capítulo quatro, que a experiência com atos de corrupção leva a menor disposição em se engajar em atividades participativas⁵⁷. Os resultados, contudo, vão em direção contrária a essa consideração. Os cidadãos que possuem experiência com corrupção são mais propensos a se engajarem em atividades ligadas a quatro das cinco modalidades de participação política analisadas (exceção para comparecimento eleitoral).

Do mesmo modo, embora não se tenha estudos que relacionam alguma medida de intolerância à corrupção e participação política, seguiu-se o mesmo raciocínio aplicado à relação entre experiência com corrupção e participação política para formular a seguinte hipótese, no capítulo quatro: os cidadãos intolerantes com a corrupção são mais propensos a se engajarem em atividades participativas que os tolerantes⁵⁸. Os resultados também não confirmam essa relação, uma vez que em quatro das cinco modalidades de participação, os intolerantes apresentam menos chances de participação que os tolerantes (a exceção se dá em comparecimento eleitoral, com razão de chance variável). Cabe ressaltar que os valores da razão de chance, em todos os casos, são relativamente menores que os apresentados na relação entre experiência com corrupção e participação.

⁵⁶ Considerações a respeito encontram-se na página 86, no capítulo três.

⁵⁷ Considerações a respeito encontram-se na páginas 111, no capítulo quatro.

⁵⁸ Considerações a respeito encontram-se na páginas 111, no capítulo quatro.

Quando se seleciona um perfil de cidadão ao mesmo tempo experiente e intolerante com corrupção, observa-se o predomínio de maior chance de engajamento em atividades das cinco modalidades de participação política, tendo como referência os demais cidadãos. A partir desses resultados, pode-se sugerir que há uma predominância dos efeitos da experiência sobre a intolerância em relação à participação, uma vez que, analisados separadamente, os efeitos da primeira categoria sobre a participação mostram-se positivos e os efeitos da segunda categoria sobre a participação mostram-se negativos. Ou seja, de forma geral, os intolerantes à corrupção são menos propensos a participar que os tolerantes, mas, no caso de serem intolerantes e ao mesmo tempo experientes com corrupção, suas chances de participar são maiores, se comparados com os demais cidadãos.

Já os cidadãos com perfil que concilia experiência com corrupção e alta escolaridade têm menos chances de participar que os demais cidadãos em três das cinco modalidades de participação. Essa tendência só não se aplica ao caso do comparecimento eleitoral. Além disso, observam-se razões de chance de sentido variado em contato com atores políticos e governamentais. O interessante é que as relações em separado entre mais alto nível de escolaridade e experiência com corrupção, de um lado, e participação política, de outro, é predominantemente positiva e, ao construir uma variável de interação com essas duas categorias, a relação com a participação política mostra-se negativa. Assim, a hipótese de que a experiência com atos de corrupção mina a disposição democrática dos cidadãos só se mostra válida se esses cidadãos possuem alta escolaridade.

Diferentemente do observado na relação entre as duas variáveis de interação citadas acima e participação política, não se identifica uma tendência na relação entre os cidadãos ao mesmo tempo intolerantes e com mais altos níveis de escolaridade e a

participação política. Os sentidos das razões de chance mostram-se variáveis ao longo dos anos e entre as modalidades, sendo ora negativo, ora positivo.

Para além das relações entre as variáveis explicativas com a variável resposta, é necessário analisar os valores de qui-quadrado, contidos na tabela 27. Esses valores podem servir como indicadores da capacidade preditiva em modelos estatísticos de regressões logísticas binárias⁵⁹. Apesar de não haver uma medida global que indica a capacidade preditiva da regressão logística binária, tal como se dá na regressão linear com a utilização do R^2 ⁶⁰, a comparação de valores de qui quadrado entre os modelos possibilita verificar se a incorporação progressiva de variáveis explicativas é adequada para a análise de dados. Assim, a análise da capacidade preditiva dos modelos não tem natureza global, mas relacional.

São feitas duas comparações:

- Entre o modelo 3 (três) - variáveis indicadoras de condições socioeconômicas e demográficas + variáveis indicadoras de corrupção + variáveis de interação - e o modelo 2 (dois) - variáveis indicadoras de condições socioeconômicas e demográficas ;
- Entre o modelo 4 (quatro) - modelo três + países - e o modelo 3 (três)⁶¹.

⁵⁹ Deve-se multiplicar o número de categorias das variáveis explicativas inseridas em um modelo por 3,84, gerando um valor crítico do qui-quadrado. Em seguida, faz-se uma subtração do valor do qui-quadrado do modelo mais completo com o valor do qui-quadrado do modelo mais restrito. Se o valor resultante da subtração for superior ao do qui-quadrado crítico, pode-se considerar que o modelo com mais variáveis tem maior capacidade explicativa que o modelo com menos variáveis.

⁶⁰ Há intensa discussão sobre a relevância do R^2 para regressões logísticas lineares. Exemplos são os trabalhos de King (1986; 1991a; 1991b), Figueiredo Filho, Silva Júnior e Rocha (2011) e Figueiredo Filho et al (2011).

⁶¹ Na primeira comparação, o modelo três possui cinco categorias a mais que o modelo dois, para o conjunto de dados. Logo, o modelo três precisa ter seu valor de qui-quadrado superior em 19,2 unidades ($3,84 \times 5$) ao valor de qui quadrado do modelo dois, para que se possa considerar que ele tem maior capacidade preditiva. Já na segunda comparação, as diferenças de variáveis entre os modelos são muito distintos, devido à variação na quantidade de países incluídos na amostra de cada rodada e dos países omitidos por tipo de participação política.

Em relação à capacidade preditiva dos modelos 3 (três) em relação aos modelos 2 (dois), observa-se que, na maior parte dos casos, o valor da diferença do qui quadrado supera o valor crítico. Isso significa que os modelos três têm maior capacidade preditiva que os modelos dois. Logo, a incorporação de variáveis indicadoras de experiência com corrupção e de intolerância à corrupção e as variáveis de interação contribuem para um maior entendimento sobre o engajamento dos cidadãos em atividades participativas. Contudo, tal situação não ocorre no caso do comparecimento eleitoral, para as rodadas de 2008, 2010 e 2012. Para esse tipo específico de participação política, a incorporação de variáveis indicadoras de corrupção e de variáveis de interação é pouco útil para aumentar a predição do fenômeno.

Na comparação dos valores de qui quadrado entre os modelos 4 (quatro) e 3 (três), os valores do primeiro sempre superam o do segundo para além do valor do qui quadrado crítico, para todo o conjunto dos dados. A partir desse resultado, pode-se afirmar que a incorporação de variáveis sobre países às variáveis de nível individual ajuda a constituir um modelo estatístico com maior capacidade preditiva.

Conforme já destacado anteriormente, é baixo o valor de ICC no modelo estatístico que comporta somente países, considerando o conjunto de dados disponíveis (tabela 25). Uma das consequências dessa constatação é a não necessidade de construção de regressão multinível ou hierárquica, conforme já destacado.

Baixos valores de ICC também fornecem argumentos para a afirmação de que questões contextuais são pouco importantes para explicar a participação política. Entretanto, caso se almeje aprofundar essa discussão, é preciso ir além do que indicam os resultados de ICC. Um dos caminhos possíveis é a construção de testes de valores preditos. Seus resultados indicam a chance de participação de um determinado perfil de cidadão, para determinado país e rodada. Em cada perfil construído, utilizam-se as

categorias que predominantemente estão relacionadas de modo positivo e mais intenso com a participação. Abaixo, no quadro 6, a descrição dos perfis sociais para cada modalidade.

Quadro 6- Perfis sociais mais propensos à participação, por modalidade de participação política

Ativismo comunitário: homem, branco, de 55 a 64 anos, alto nível de renda familiar, alto nível de escolaridade, residente em região rural, experiente com corrupção, tolerante à corrupção.

Ativismo eleitoral: homem, branco, de 35 a 54 anos, alto nível de renda familiar, alto nível de escolaridade, residente em região rural, experiente com corrupção, tolerante à corrupção.

Contato com atores políticos e governamentais: homem, não branco, de 55 a 64 anos, baixo nível de renda familiar, alto nível de escolaridade, residente em região rural, experiente com corrupção, tolerante à corrupção.

Comparecimento eleitoral: homem, branco, de 55 a 64 anos, alto nível de renda familiar, alto nível de escolaridade, residente em região rural, experiente com corrupção, tolerante à corrupção.

Ativismo de protesto: homem, não branco, de 55 a 64 anos, alto nível de renda familiar, alto nível de escolaridade, residente em região urbana, experiente com corrupção, tolerante à corrupção.

Se a posição de cada um dos países em relação aos valores preditos é a mesma da existente nos índices de participação política, pode-se considerar que o contexto - ou seja, os aspectos macroeconômicos, o grau de democratização, o desenho e a efetividade das instituições públicas, dentre outros fatores de natureza macro - não importa, ou importa muito pouco, para explicar o fenômeno. Por outro lado, se houver alterações substanciais no posicionamento dos países nessa comparação, pode-se conceber que o contexto é importante para entender a variação dos níveis de engajamento em atividades participativas.

A partir dos dados presentes nas tabelas 25 e 26⁶², observam-se alterações no posicionamento de boa parte dos países. Contudo, a variabilidade de posições mostra-se baixa. Isto é, na maior parte dos casos, não se observa um posicionamento muito distante nos valores preditos, em relação ao posicionamento presente nos índices de participação. Por exemplo, um país cujos cidadãos apresentam-se como mais participativos em determinada modalidade de participação política dificilmente possui um dos menores valores preditos na mesma modalidade.

Pode-se sugerir, a partir desses resultados, que o contexto é importante para explicar a participação política, mas que seu papel parece ser diminuto, quando comparado com o papel explicativo que as variáveis de nível individual desempenham nesse fenômeno.

⁶² Os dados contidos nas tabelas 20 e 21 são a média dos valores percentuais dos índices de participação e dos valores preditos para cada modalidade de participação, considerando todas as rodadas. Para informações mais detalhadas, como os percentuais de participação e os valores preditos para cada rodada, consultar o apêndice E.

Tabela 25- Média de frequência e *ranking* dos países nos cinco tipos de participação política, considerando todas as rodadas (% entre parêntesis)

Posição	Ativismo comunitário	Ativismo eleitoral	Contato com atores políticos e governamentais	Comparecimento eleitoral	Ativismo de protesto
1	Haiti (65,1)	Suriname (64,5)	Jamaica (32,7)	Peru (90,2)	Bolívia (22,8)
2	Paraguai (63,6)	República Dominicana (56,6)	El Salvador (31,1)	Uruguai (89,9)	Peru (22,7)
3	República Dominicana (60,9)	Haiti (52,6)	Guatemala (31,0)	Equador (88,4)	Haiti (21,3)
4	Bolívia (59,4)	Belize (51,0)	Haiti (29,9)	Brasil (85,2)	Uruguai (18,9)
5	Peru (54,7)	Brasil (47,0)	Trinidade e Tobago (29,0)	Bolívia (81,2)	Colômbia (16,2)
6	Jamaica (53,2)	Guiana (46,1)	Guiana (27,7)	Argentina (79,8)	Argentina (16,1)
7	Guatemala (52,2)	Honduras (45,6)	Uruguai (27,1)	Belize (78,5)	Paraguai (15,8)
8	Venezuela (49,5)	Jamaica (44,0)	Nicarágua (26,6)	Venezuela (75,5)	Equador (15,2)
9	Guiana (46,6)	Peru (44,0)	Belize (26,5)	Guiana (74,7)	Venezuela (13,7)
10	Equador (46,3)	Panamá (42,6)	Equador (25,1)	Panamá (74,6)	Brasil (13,6)
11	Honduras (46,0)	Argentina (42,3)	México (24,7)	Suriname (73,7)	Chile (13,5)
12	El Salvador (45,0)	Venezuela (41,3)	Argentina (24,4)	República Dominicana (71,8)	Belize (13,4)
13	México (43,0)	Costa Rica (39,9)	Peru (24,2)	El Salvador (70,7)	Costa Rica (12,9)
14	Nicarágua (42,4)	Colômbia (39,8)	Colômbia (23,4)	México (70,6)	Guatemala (12,3)
15	Colômbia (41,6)	Trinidade e Tobago (39,3)	Chile (23,4)	Haiti (70,5)	México (12,0)
16	Belize (41,0)	Nicarágua (38,0)	Costa Rica (22,3)	Nicarágua (70,5)	República Dominicana (11,3)
17	Chile (40,5)	Uruguai (37,2)	Suriname (21,3)	Guatemala (68,9)	Nicarágua (10,7)
18	Trinidade e Tobago (40,1)	Paraguai (36,7)	República Dominicana (20,9)	Trinidade e Tobago (68,6)	Honduras (10,5)
19	Suriname (39,8)	Bolívia (36,3)	Paraguai (20,3)	Chile (67,2)	Trinidade e Tobago (10,2)
20	Brasil (38,3)	Equador (35,1)	Honduras (20,0)	Costa Rica (65,1)	Panamá (10,2)
21	Costa Rica (37,0)	Guatemala (33,9)	Bolívia (19,9)	Honduras (62,8)	Guiana (9,7)
22	Uruguai (36,6)	El Salvador (33,5)	Venezuela (18,7)	Colômbia (62,6)	El Salvador (7,0)
23	Panamá (35,5)	México (32,3)	Brasil (18,4)	Paraguai (61,4)	Jamaica (6,3)
24	Argentina (33,4)	Chile (30,6)	Panamá (14,4)	Jamaica (57,0)	Suriname (5,8)

Tabela 26- Valores preditos e *ranking* dos países nos cinco tipos de participação política, considerando todas as rodadas (% entre parêntesis)

Posição	Ativismo comunitário	Ativismo eleitoral	Contato com atores políticos e governamentais	Comparecimento eleitoral	Ativismo de protesto
1	Paraguai (87,3)	Suriname (82,9)	Uruguai (67,0)	Peru (97,6)	Peru (54,7)
2	República Dominicana (86,2)	República Dominicana (81,4)	El Salvador (66,6)	Equador (97,2)	Uruguai (53,0)
3	Haiti (85,7)	Belize (77,5)	Chile (62,5)	Uruguai (97,1)	Haiti (52,9)
4	Bolívia (84,3)	Haiti (76,2)	Jamaica (62,0)	Brasil (96,4)	Guatemala (46,8)
5	Peru (81,7)	Brasil (75,5)	México (58,4)	Argentina (95,0)	Brasil (46,8)
6	Guatemala (81,0)	Honduras (72,6)	Colômbia (58,3)	Bolívia (94,9)	Colômbia (46,4)
7	Venezuela (80,4)	Jamaica (70,9)	Trinidade e Tobago (58,3)	Belize (94,3)	Belize (46,0)
8	Jamaica (80,0)	Guiana (70,9)	Argentina (57,8)	Nicarágua (92,8)	Argentina (45,8)
9	Honduras (77,0)	Panamá (70,0)	Peru (57,0)	Guiana (92,5)	Costa Rica (44,0)
10	El Salvador (76,6)	Peru (69,4)	Brasil (56,9)	Panamá (92,4)	Paraguai (41,4)
11	Equador (76,3)	Argentina (69,3)	Costa Rica (56,5)	Venezuela (92,0)	México (40,7)
12	Nicarágua (74,7)	Venezuela (68,6)	Guiana (55,8)	Guatemala (91,4)	Equador (40,2)
13	Colômbia (74,6)	Costa Rica (67,6)	Guatemala (55,7)	El Salvador (91,2)	Venezuela (39,3)
14	Guiana (74,0)	Nicarágua (67,6)	República Dominicana (55,5)	República Dominicana (91,1)	Chile (39,0)
15	México (73,6)	Colômbia (67,5)	Belize (55,2)	México (90,7)	Honduras (38,8)
16	Chile (73,2)	Trinidade e Tobago (67,0)	Suriname (55,2)	Haiti (90,5)	Nicarágua (38,0)
17	Belize (73,0)	Uruguai (65,0)	Venezuela (54,3)	Suriname (90,1)	Bolívia (36,9)
18	Brasil (71,6)	Paraguai (63,6)	Paraguai (53,6)	Honduras (87,9)	República Dominicana (35,4)
19	Trinidade e Tobago (71,5)	Guatemala (62,8)	Nicarágua (52,2)	Trinidade e Tobago (87,6)	Panamá (33,9)
20	Uruguai (70,5)	El Salvador (62,6)	Honduras (48,4)	Costa Rica (87,6)	Trinidade e Tobago (31,9)
21	Suriname (68,4)	Equador (62,2)	Equador (47,0)	Colômbia (87,4)	Guiana (30,5)
22	Costa Rica (68,0)	Bolívia (62,0)	Haiti (45,9)	Paraguai (86,6)	El Salvador (27,3)
23	Panamá (67,3)	México (58,5)	Bolívia (41,7)	Chile (86,0)	Jamaica (22,9)
24	Argentina (66,8)	Chile (56,6)	Panamá (41,6)	Jamaica (81,4)	Suriname (18,9)

Tabela 27- Informações sobre constante e coeficientes das regressões logísticas binárias, por cada rodada.

2006-7					
	Ativismo comunitário	Ativismo eleitoral	Contato com atores políticos e governamentais	Comparecimento eleitoral	Ativismo de protesto
<i>Observações</i>	23608	23608	23608	23608	22565
<i>Constante (4 modelos)</i>	2,5*** 1,1*** 1,1*** 3,2***	1,8*** 0,6*** 0,7*** 1,6***	0,6*** 0,4*** 0,5*** 1,0	11,6*** 3,3*** 3,0*** 17,0***	0,4*** 0,09*** 0,10*** 0,17***
<i>ICC (modelo só com países)</i>	0,03	0,04	0,03	0,10	0,03
<i>Qui-quadrado (4 modelos)</i>	737,7 776,4 901,0 1520,0	800,9 448,2 541,0 1320,0	521,1 219,8 318,9 916,4	1435,0 2419,0 2448,0 3771,0	543,5 1021,0 1125,0 1425,0
<i>R de Nagelkerke (4 modelos)</i>	0,02 0,03 0,03 0,05	0,03 0,01 0,02 0,04	0,02 0,01 0,01 0,04	0,05 0,09 0,09 0,15	0,03 0,05 0,06 0,07
2008					
<i>Observações</i>	27854	27854	27854	27854	7552
<i>Constante (4 modelos)</i>	2,5*** 1,3*** 1,4*** 3,7***	1,9*** 0,7*** 0,8*** 2,0***	0,4*** 0,4*** 0,5*** 0,7***	9,4*** 3,8*** 3,8*** 15,6***	0,5*** 0,1*** 0,1*** 0,2***
<i>ICC (modelo só com países)</i>	0,05	0,04	0,02	0,06	n.s.a
<i>Qui-quadrado (4 modelos)</i>	1110,0 948,5 1087,0 1976,0	998,8 457,6 541,4 1484,0	420,0 344,8 512,5 940,2	934,3 2780,0 2793,0 3753,0	143,3 410,7 450,4 498,6
<i>R de Nagelkerke (4 modelos)</i>	0,03 0,03 0,03 0,06	0,03 0,01 0,02 0,04	0,01 0,01 0,02 0,03	0,03 0,1 0,1 0,1	0,02 0,05 0,06 0,07
2010					
<i>Observações</i>	34764	34764	34764	33443	34764
<i>Constante (4 modelos)</i>	2,1*** 1,1*** 1,3*** 2,7***	1,9*** 0,6*** 0,8*** 1,9***	0,5*** 0,4*** 0,6*** 0,9	12,7*** 3,6*** 3,3*** 21,4***	0,2*** 0,05*** 0,06*** 0,1***
<i>ICC (modelo só com países)</i>	0,05	0,05	0,03	0,05	0,07
<i>Qui-quadrado (4 modelos)</i>	1243,0 878,6 1122,0 2135,0	1233,0 499,8 733,2 1806,0	555,4 302,3 533,2 1095,0	1782,0 3167,0 3174,0 5092,0	577,8 258,6 455,9 965,9
<i>R de Nagelkerke (4 modelos)</i>	0,03 0,02 0,03 0,05	0,03 0,01 0,02 0,04	0,02 0,01 0,01 0,03	0,05 0,09 0,09 0,1	0,03 0,01 0,03 0,06
2012					
<i>Observações</i>	29750	29750	29750	29750	29750
<i>Constante (4 modelos)</i>	2,9*** 1,0*** 1,2*** 3,0***	1,2*** 0,7*** 0,8*** 1,3***	0,5*** 0,5*** 0,6*** 0,9	10,5*** 3,9*** 3,7*** 14,8***	0,3*** 0,1*** 0,2*** 0,3***
<i>ICC (modelo só com países)</i>	0,06	0,05	0,02	0,09	0,08
<i>Qui-quadrado (4 modelos)</i>	1363,0 891,3 1116,0 2205,0	940,1 572,5 682,3 1406,0	399,9 403,4 550,3 886,5	1773,0 2682,0 2685,0 4423,0	582,0 435,2 667,1 1178,0
<i>R de Nagelkerke (4 modelos)</i>	0,03 0,02 0,03 0,06	0,02 0,01 0,02 0,04	0,01 0,01 0,02 0,03	0,06 0,06 0,09 0,14	0,02 0,02 0,03 0,05

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corrupção e participação política são fenômenos cujas manifestações são recorrentes nas sociedades em geral. Mostram-se comuns, por exemplo, as transgressões das normas e das leis, a fim de se conquistar algum benefício não possível ou menos provável caso elas fossem seguidas, e a expressão pública de preferências em relação ao governo corrente, com o objetivo de influenciar os atores políticos no poder a criarem ou abolirem determinadas políticas.

A presença rotineira de práticas relacionadas aos dois fenômenos traz consigo uma necessidade de se conhecer mais objetivamente as suas manifestações e as possíveis relações entre si. É esse o ponto central investigado na tese, a partir do desenvolvimento de análises teórica e empírica e do recorte da questão em termos geográfico (Américas e Caribe), temporal (intervalos bianuais entre os anos de 2004 e 2012) e de unidade analítica (indivíduos).

Em relação à participação política, há um grande volume de estudos relacionados. Foram expostos alguns dos estudos mais reconhecidos na área e, a partir da discussão de suas principais contribuições, chegou-se a uma definição do termo: participação política refere-se a atividades exercidas por cidadãos, em diversas arenas, que objetivam ser influentes em questões de natureza política.

Essa definição orientou a seleção de indicadores, sendo que treze deles estão presentes no “Barômetro das Américas” e são utilizados na tese: votar na eleição presidencial; trabalhar em campanha eleitoral; contatar deputados (estaduais e federais) / atores políticos locais (prefeitos e autoridades militares) / vereadores e atores governamentais locais; agir para solução de problemas na comunidade em que se vive; assistir a reuniões de associação de bairro/ partido político/ audiência pública na câmara

dos vereadores ou na prefeitura; tentar convencer o outro sobre a escolha do voto; participar de manifestações ou protestos públicos; e assinar petições.

O debate sobre a natureza unidimensional ou multidimensional da participação política se desenvolve por décadas e, a partir da realização de testes de análise fatorial exploratória, sugeriu-se a existência de cinco modalidades de participação, considerando o período temporal e o contexto investigados. São elas: (1) ativismo comunitário, (2) ativismo eleitoral, (3) contato com atores políticos e governamentais, (4) comparecimento eleitoral e (5) ativismo de protesto.

A partir da observação da frequência das variáveis circunscritas a cada modalidade de participação política, identifica-se em quase todas as atividades participativas, exceto no ato de votar, o envolvimento da menor parte dos cidadãos. As atividades mais frequentemente praticadas pelos cidadãos é o voto, seguido da ação em prol de melhorias na comunidade e da tentativa de convencer o outro sobre a escolha do voto. As três atividades menos praticadas são, na sequência, trabalhar em campanha eleitoral e contatar atores governamentais e deputados estaduais e federais.

Ao segmentar os dados de frequência pela nacionalidade dos cidadãos, observa-se que os canadenses, os estadunidenses, os haitianos e os dominicanos são os que mais figuram entre as três primeiras posições de frequência nas atividades participativas, considerando todo o período temporal. Já os hondurenhos, os panamenses, os argentinos e os equatorianos são os menos participativos.

Sobre o volume de participação, pode-se considerar que o repertório de atividades desempenhadas pela maior parte dos cidadãos é restrito. Em todas as rodadas, cerca de metade dos cidadãos está incluída na situação de não participação até a participação em, no máximo, duas atividades. Ademais, é observável uma trajetória

linear decrescente: à medida que aumenta o número de atividades participativas, decai o percentual de cidadãos nelas envolvidas.

Embora os dados utilizados possibilitem variadas descrições sobre a frequência das atividades participativas, indagações sobre a quantidade de participação – tem-se muita ou pouca participação entre americanos e caribenhos? - só podem ser respondidas a partir de análise comparada. Para tanto, foram explorados dados sobre o engajamento participativo de cidadãos israelenses e europeus e de cidadãos africanos, adquiridos nas pesquisas de opinião *European Social Survey* e *Afrobarometer*, respectivamente.

Em síntese, as comparações elucidam que os africanos são os mais ativos na política comunitária, que envolve problemas e atores políticos de nível local. O contato com atores políticos e governamentais inseridos em esferas de poder nacional apresentam poucas diferenças entre os cidadãos dos três continentes pesquisados, assim como as variáveis indicadoras de participação na arena eleitoral (ter votado na eleição anterior à realização da pesquisa e tentativa de convencer os outros sobre a escolha eleitoral). Em atividades políticas contestatórias, os europeus/ israelenses mostram-se os mais ativos em assinatura de petições, mas engajam-se com menos frequência que os africanos e americanos/ caribenhos em protestos.

No capítulo dedicado à corrupção, sugere-se que na ciência política nunca houve consenso a respeito do papel que a corrupção ocupa nas sociedades. A produção de cientistas classificados como “funcionalistas”, especialmente as realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, destacavam o efeito benéfico das práticas corruptas em regimes políticos autoritários, considerando que elas serviam como um meio de superar as normas tradicionais e os regulamentos burocráticos que emperravam o desenvolvimento econômico. Além disso, essas práticas tornariam possível um laço mais consistente entre parte dos cidadãos e as estruturas e atores governamentais.

Contudo, após o contínuo processo de democratização de boa parte dos países ao redor do mundo - período conhecido como “terceira onda de democratização” e compreendido entre meados da década de 1970 e o início da década de 1990 - as considerações a respeito do papel da corrupção no sistema político começam a mudar de conotação. Passou a ser comum considerá-la um fenômeno cujas consequências são negativas para a estabilidade e para a qualidade do sistema político.

Apesar do amplo tratamento da corrupção, muitos cientistas destacam a inexistência de uma teoria política relacionada, devido à falta de consenso na concepção do fenômeno no pensamento político ocidental. Têm-se, porém, diversas abordagens a respeito, sendo três delas as mais predominantes nos estudos da área. Um grupo de cientistas, o mais numeroso, compreende que a corrupção é estritamente relacionada à atuação de agentes públicos (*public-office-centered definitions*). Outro grupo formula definições sobre a corrupção a partir de teorias econômicas, ressaltando a natureza econômica do fenômeno (*market-centered definitions*) e uma terceira corrente teórica entende a corrupção como um fenômeno contrário à ideia de interesse público (*public-interest-centered definitions*).

A fim de se realizar um tratamento empírico da questão, foram discutidos os diversos indicadores de corrupção utilizados nos estudos de ciência política, sendo selecionados para a pesquisa os que medem a vivência com situações de pedido de propina (experiência com corrupção) e a intolerância à prática da propina (intolerância à corrupção).

A partir de dados sobre a frequência de ambas as medidas, observa-se que o sentimento de intolerância à corrupção é bem mais alastrado que a experiência com atos corruptos. A variação percentual de intolerância se dá entre 55% e 95% dos entrevistados, ao passo que a experiência com corrupção varia entre 5% e 25%.

Mostram-se relativamente uniformes, ao longo da série histórica, o posicionamento dos países com cidadãos com maiores e menores níveis de experiência com corrupção, estando no grupo dos mais frequentes Bolívia, México e Peru e, no grupo dos menos frequentes, Chile, EUA e Canadá. A disposição dos países com cidadãos mais e menos intolerantes é menos nítida que no caso da experiência com a corrupção, mas pode-se considerar que nos EUA e na Guatemala é mais comum encontrar os maiores percentuais, enquanto que os menores percentuais são observáveis com mais frequência entre os cidadãos do Haiti, da Guiana e da Jamaica.

Foram abordados alguns estudos recentes que investigam a possível relação entre a percepção, os valores e/ou a proximidade dos cidadãos com a corrupção e diversos tipos de orientações políticas, fazendo uso de dados do “Barômetro das Américas”. Em todos, são destacados os efeitos negativos da corrupção na disposição democrática dos cidadãos. Como exemplo, os estudiosos sugerem que possuir experiência com atos de corrupção gera efeitos negativos no apoio ao regime político democrático, na satisfação à democracia existente e na aceitação de formas contestatórias de participação política.

Essas considerações orientam a formulação de hipóteses, nas quais sugere-se, para cada tipo de modalidade de participação política, que os experientes e os intolerantes com corrupção sejam menos propensos a participar.

Os resultados presentes nos cruzamentos de dados e nas regressões logísticas realizadas, contudo, não confirmam as hipóteses. Nos cruzamentos de dados, observam-se diferenças percentuais mínimas entre os experientes/ não experientes com corrupção e os intolerantes/ tolerantes à corrupção, de um lado, e o engajamento em atividades participativas, de outro. Além disso, os baixos valores do coeficiente de correlação *phi* são mais uma evidência da fraca ligação entre as categorias dessas variáveis.

Nos testes de regressão, são adicionadas às variáveis indicadoras de corrupção as referentes às condições socioeconômicas e demográficas, as variáveis de interação e as de países. Nessas condições, os cidadãos que possuem experiência com corrupção mostram-se mais propensos a se engajarem em atividades ligadas a quatro das cinco modalidades de participação política analisadas, tendo como referência os cidadãos não experientes. A exceção se dá no caso do comparecimento eleitoral. Já os intolerantes apresentam menos chances de participação que os tolerantes, tendência não observada somente no caso de comparecimento eleitoral.

A interação das categorias sobre experiência com corrupção e intolerância à corrupção apresenta efeito positivo no engajamento em atividades das cinco modalidades de participação política. A partir desses resultados, pode-se sugerir que há uma predominância dos efeitos da experiência sobre a intolerância em relação à participação, uma vez que, analisados separadamente, os efeitos da primeira categoria sobre a participação mostram-se positivos e os efeitos da segunda categoria sobre a participação mostram-se negativos. Ou seja, de forma geral, os intolerantes à corrupção são menos propensos a participar que os tolerantes, mas, no caso de serem intolerantes e ao mesmo tempo experientes com corrupção, suas chances de participar são maiores, se comparados com os demais cidadãos.

No caso dos cidadãos experientes com corrupção e possuidores de alta escolaridade, observam-se menores chances de participação em todas as modalidades, exceto na de comparecimento eleitoral. Assim, a hipótese de que a experiência com atos de corrupção mina a disposição democrática dos cidadãos só se mostra válida se esses cidadãos possuem alta escolaridade. Já no perfil que concilia intolerância à corrupção e alta escolaridade, os sentidos das razões de chance mostram-se variáveis ao longo dos anos e entre as modalidades, sendo ora negativo, ora positivo.

Em relação à capacidade preditiva dos modelos estatísticos construídos, verificou-se que a incorporação de variáveis indicadoras de corrupção e de interação a um modelo composto somente de variáveis socioeconômicas e demográficas trouxe ganhos na predição - exceto no caso de comparecimento eleitoral, para as rodadas de 2008, 2010 e 2012 - e que o modelo com todas as variáveis confere maior predição que os modelos intermediários, considerando o conjunto dos dados. Logo, pode-se considerar que a progressiva incorporação de variáveis de diferentes naturezas nos modelos é válida para um maior entendimento sobre a participação.

Por fim, foram feitas algumas considerações sobre o papel do contexto na determinação do comportamento participativo. Os baixos valores do coeficiente de correlação intraclasse (ICC), referente aos modelos que contém apenas países como variáveis explicativas, fornecem argumentos para a afirmação de que questões contextuais são pouco importantes para explicar a participação política.

A análise dessa questão, porém, foi aprofundada, a partir da comparação das posições dos países nos índices de participação e nos valores preditos. Se houvesse muita diferenciação, ter-se-ia um sinal de que o contexto importa muito para explicar a participação, mas o que se observaram foram pequenas mudanças de posições na maior parte dos países. Logo, pode-se considerar que o contexto é importante para explicar a participação política, mas que seu papel parece ser diminuto, quando comparado com o papel explicativo que as variáveis de nível individual desempenham nesse fenômeno.

A abordagem dos principais resultados encontrados na tese ajuda a explicitar algumas de suas virtudes. Em primeiro lugar, cabe destacar o amplo diagnóstico disponibilizado sobre as frequências das variáveis indicadoras de participação política e de corrupção. Diversos trabalhos sobre as tendências de comportamento dos cidadãos

americanos e caribenhos estão presentes no “*The Americas Barometer Insight Series*”⁶³, , mas sempre com um período temporal bastante limitado. Na tese, utilizam-se dados sobre todas as rodadas do “Barômetro das Américas”, possibilitando assim a verificação de possíveis tendências ou flutuações nos percentuais dessas variáveis indicadoras.

Outro ponto a ser ressaltado é o ineditismo da investigação sobre uma possível relação entre os indicadores de corrupção e os de participação política. Embora estudos sobre cada uma dessas questões sejam recorrentemente realizados, não foram encontradas pesquisas, em sites de busca de livros e de periódicos especializados, sobre a possível relação entre ambos os fenômenos.

Os resultados apontam para a maior propensão dos experientes com corrupção e para a menor propensão dos intolerantes à corrupção em participar de atividades participativas. Esses achados estão em desacordo com as contribuições da literatura especializada, que aponta para efeitos negativos da corrupção em orientações políticas afinadas com os valores democráticos, como o apoio ao regime democrático, a satisfação com a democracia existente e a aceitação de formas contestatórias de participação.

Pode-se sugerir que a explicação para o resultado dissonante do usualmente encontrado resida na natureza do fenômeno pesquisado, que denota ação, comportamento, ao passo que estudos da área relacionam corrupção com indicadores de atitudes políticas e de avaliações de atores e instituições democráticas. Deve-se considerar também a necessidade de maior refinamento analítico do problema de pesquisa, uma vez que a variável de interação entre experiência com corrupção e alta escolaridade apresentou efeito negativo na participação. Talvez a construção - teoricamente orientada - de variáveis indicadoras de perfis de cidadão que concilie

⁶³ Esses trabalhos podem ser consultados no seguinte endereço: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights.php>. Acesso em 15/02/2014.

aspectos socioeconômicos, atitudinais e culturais, por exemplo, com a experiência com corrupção apontem para uma melhor explicação do engajamento em atividades participativas. Tal aspecto será levado em consideração em pesquisas futuras.

As análises desenvolvidas na tese, contudo, também possuem algumas limitações, que precisam ser sanadas em pesquisas futuras. Uma delas recai sobre o tratamento analítico a respeito do comparecimento eleitoral. Mostra-se importante segmentar a análise, separando os cidadãos de países que possuem voto obrigatório dos cidadãos de países em que o voto é facultativo. A direção oposta dos efeitos das variáveis explicativas do predominantemente encontrado nas demais modalidades de participação talvez seja uma evidência da necessidade de se refinar mais a análise a esse respeito.

Outro ponto a ser pesquisado com mais profundidade é o papel do contexto na determinação do comportamento participativo. Por não ser o problema de pesquisa da tese, não houve um tratamento teórico da questão e dedicou-se apenas uma pequena parte da análise empírica para a questão. Mas pode ser que a adição de aspectos de natureza macro na análise multivariada de dados - como, por exemplo, o grau de democratização, o desenho institucional e o nível de riqueza e de igualdade dos países - ajudem a esclarecer melhor o papel da corrupção na participação política.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BACHRACH, Peter. **Crítica de la teoría elitista de la democracia**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- BAILEY, John. Corruption and democratic governability. ? In: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen (eds). **Corruption and democracy in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.
- BARNES, Samuel et al. **Political action: mass participation in five western democracies**. London: Sage, 1979.
- BOHN, Simone. Corruption in Latin America: understanding the perception-exposure gap. **Journal of Politics in Latin America**, v. 4, n. 3, 2012.
- BONIFÁCIO, Robert. A afeição dos cidadãos pelos políticos mal afamados: identificando os perfis associados ao “rouba, mas faz” no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, nº 2, 2013.
- BRADY, Henry. Political participation. In: Robinson, John. (ed.). **Measures of political attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999,
- BERELSON, Bernard. Democratic theory and public opinion. **The public opinion quarterly**, v. 16, n. 3, 1952.
- BOOTH, John; SELIGSON, Mitchell; Political participation in Latin America: an agenda for research. **Latin America Research Review**, v. 11, n. 3, 1976.
- **The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.
- BUENO, Natália. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. **Lua Nova**, nº 85, 2012.
- CALERA, Nicolás. Corrupción, ética y democracia: nueve tesis sobre la corrupción política. In: IBÁÑEZ, Perfecto; LAPORTA, Francisco; ALVAREZ, Silvina (ed). **La corrupción política**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- CARREIRÃO, Yan. Relevant factors for the voting decision in 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) data. **Brazilian Political Science Review**, v.1, nº1, 2007.
- COLE, G.D.H. **The future of local government**. London: L. Parsons, 1921.

CÓRDOVA, Abby. Methodological note: measuring relative wealth using household asset indicators. **AmericasBarometer Insights**, nº 6, 2008.

DAHL, Robert. The city in the future of democracy. **American Political Science Review**, v. 61, 1967.

----- . **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

----- . **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

----- . **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DALTON, Russell; VAN SICKLE, Alix. The resource, structural and cultural bases of protest. **CSD Working Papers**, 2005. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/3jx2b911>.

DELLA PORTA, Donatella. Social capital, beliefs in government and political corruption. In: PHARR, Susan (ed). **Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?** Princeton: Princeton University Press, 2000.

DEUSTCH, Karl. Social mobilization and political development. **American Political Science Review**, v. 55, 1961.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996. **Opinião Pública**, v. 5, nº 2, 1999.

DOIG, Alan; McIVOR, Stephanie. Corruption and its control in the developmental context: an analysis and selective review of the literature. **Third World Quarterly**, v. 20, nº 3, 1999.

DOIG, Alan; THEOBALD, Robin. **Corruption and democratisation**. Londres: Frank Cass, 2000.

EUBEN, J.P. Corruption. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell (ed). **Political Innovation and conceptual change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

FERREIRA, Marcelo Costa. A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996. **Opinião Pública**, v. 5, nº 2, 1999.

FIALHO, Fabrício. Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método. **Dissertação de mestrado**, DCP/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA JÚNIOR, José Alexandre; ROCHA, Enivaldo. What is R2 all about?. **Leviathan: cadernos de pesquisa política**, nº 3, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Política Hoje**, v. 20, nº 1, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. Notas críticas sobre o conceito de corrupção: um debate com juristas, sociólogos e economistas. **Teoria & Sociedade**, v. 12, nº 1, 2004.

------. A corrupção do Estado: perspectivas teóricas e seu processo social. **Utopia y práxis latino-americana**, v. 11, nº 34, 2006.

------. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

------. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo et al (org). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

GERRING, John. What makes a concept good? A criterial framework for understand concept formation in the social science. **Polity**, v. 21, n. 3, 1999.

GRAFF, Erica; ORRELL, Maranda; RIGL, Alex. Riches don't explain campaign participation in the Americas, but community involvement does. **AmericasBarometer Insights**, n. 82, 2012. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO882en.pdf>.

HAIR, Joseph et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HEIDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor. Introduction to part I. In: HEIDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor (ed). **Political corruption: a handbook**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1989.

HIRLINGER, Michael. Citizen-initiated contacting of local government officials: a multivariate explanation. **The journal of politics**, v. 54, nº 2, 1992.

HIRSCHMAN, Albert. **De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HUNTINGTON, Samuel; NELSON, Joan. **No easy choice: political participation in developing countries**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

HUNTINGTON, Samuel. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

------. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNSON, James. Problemas conceituais como obstáculos ao progresso em ciência política: quatro décadas de pesquisa em cultura política. **Teoria & Sociedade**, nº 12, parte 1, 2004.

JONES, Bryan et al. Bureaucratic response to citizen initiated contacts: environmental enforcement in Detroit. **American Political Science Review**, v. 72, 1977.

JORESLOG, Karl Gustav; SORBOM, Darg. **Advances in factor analysis and structural equation models**. New York: University Press of America, 1979.

KEY, V.O. **Southern politics in state and nation**. New York: Vintage books, 1949.

KIM, Jae-on; MUELLER, Charles. **Factor analysis: statistical methods and practical issues**. Bervelly Hills: Sage Publications, 1978.

KING, Gary. How not to lie with statistics: Avoiding Common Mistakes in Quantitative Political Science. **American Journal of Political Science**, v. 30, 1986.

-----, Stochastic variation: a comment on Lewis-Beck and Skalaban's The R-Square. **Political Analysis**, v. 2, 1991a.

-----, 'Truth' is stranger than prediction, more questionable than causal inference. **American Journal of Political Science**, v. 35, 1991b.

LAUDAN, Larry. **Progress and its problems**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEE, Valerie. Utilização de modelos hierárquicos lineares para estudar contextos sociais. In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco (orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: UFMG.

LERNER, Daniel. **The passing of traditional society**. New York: Free Press, 1958.

LIPSET, Seymour; LENZ, Gabriel. Corrupção, cultura e mercados. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (org). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LYNCH, Megan; RENDER, Sylvie; TWOMEY, Megan. Asking for help in the Americas: the importance of needs, efficacy, and political engagement. **AmericasBarometer Insights**, nº 81, 2012. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO881en.pdf>.

LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora UnB, 1985.

MACPHERSON, C.B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MANCUSO, Wagner O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, 2007.

-----, Lobbying to reduce the Brazil Cost : the political strategies of Brazilian entrepreneurs. In: MARQUES, José Carlos; UTTING, Peter (eds). **Business, Politics**

and Public Policy: implications for inclusive development. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

----- *Lobby*. In: GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: FUNDAP/ Imprensa Oficial de São Paulo, 2013.

MANZETTI, Luigi; WILSON, Carole. Why do corrupt governments maintain public support? In: BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen (eds). **Corruption and democracy in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. **Pensamento plural**, v.1, n. 1, 2007.

MERTON, Robert. **Social theory and social structures**. New York: Free Press, 1957.

MILBRAITH, Lester. **Political participation:** how and why do people get involved in politics? Chicago: Rand McNally and Company, 1965.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: IBRASA, 1964.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. **Lua Nova**, nº 26, 1992.

MOSELEY, Mason; LAYTON, Matthew. Prosperity and protest in Brazil: the wave of the future for Latin America? **AmericasBarometer Insights**, nº 93, 2013. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO893en.pdf>

NIE, Norman; POWELL JR, G. Bingham; PREWITT, Kenneth. Social structure and political participation: developmental relationships, part one. **The American Political Science Review**, v. 63, n. 2, 1969.

NORRIS, Pippa. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan. **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

----- **Democratic deficit:** critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NYE, Joseph. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. **The American Political Science Review**, v. 61, nº 2, 1967.

OLIVER, Eric. The effects of metropolitan economic segregation on local civic participation. **American Journal of Political Science**, v. 43, nº 1, 1999.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

PASQUINO, Gianfranco. L'America Latina: la democrazia senza testa. **Mondoperaio**, nº 102, 1990.

----- . **Curso de Ciência Política**. Lisboa: Princípia, 2010.

PEREIRA, Frederico Batista. Gender and community participation in Latin American and the Caribbean. **AmericasBarometer Insights**, n. 78, 2012. Disponível em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO878en.pdf>.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. **Participación y cambio social em la problemática contemporánea**. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, mercado e sociedade civil. In: MITRE, Antônio (org.). **Ensaio de teoria e filosofia política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política-UFMG, 1994.

----- . A energética do interesse comum. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 nov. 1999. Jornal de resenhas, p. 4.

RENNÓ, Lúcio *et al.* **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. São Paulo/ Nashville: Intermeios/ LAPOP, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, n. 2, 2011.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em survey. **Opinião Pública**, v. 8, nº1, 2002.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and government**: causes, consequences and reform. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os pensadores**: Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SALINAS, Eduardo; BOOTH, John. Micro social and contextual sources of democratic attitudes in latin america. **Journal of Politics in Latin American**, v. 3, n. 1, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Manoel. O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. **Tese de doutorado**, DCP/ UFPE, Recife, 2011.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SELIGSON, Mitchell. Corruption and democratization: what is to be done? **Public integrity**, v. 3, n. 3, 2001.

------. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. **Journal of politics**, v.64, n°2, 2002.

SEÑA, Jorge. El fenómeno de la corrupción. In: IBÁÑEZ, Perfecto; LAPORTA, Francisco; ALVAREZ, Silvina (ed). **La corrupción política**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramon. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, Jan; MONTERO, José Ramon; WESTHOLM, Anders (orgs). **Citizenship and involvement in European democracies**. New York: Routledge, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

VALDÉS, Ernesto. Acerca del concepto de corrupción. **Claves de razón práctica**, n° 56, 1995.

VAN DETH, Jan. Studying political participation: towards a theory of everything? towards a theory of everything? **Paper presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops**, Grenoble, April 6-11th, 2001.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. **Participation in America: political democracy and social equality**. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; KIM, Jae-on. **Participation and political equality: a seven-nation comparison**. New York: University of Chicago Press, 1987.

VERBA, Sidney et al. Who participates? What do they say? **The American Political Science Review**, v. 87, n° 2, 1993.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

WARREN, Mark. The Meaning of Corruption in Democracies. In: HEYWOOD, Paul (ed). **The Routledge International Handbook on Political Corruption**. Oxford: Routledge, 2012.

WATERBURY, John. Endemic and planned corruption in monarchial regime. **World Politics**, v. 25, n° 4, 1973.

ZÉPHYR, Dominique. Corruption and its impact on Latin American democratic stability. **Challenges to Democracies in Latin American and the Caribbean: Evidence from the Americas Barometer 2006-2007**. Vanderbilt University/ United States Agency for International Development, 2008.

ZUCKERMAN, Alan; WEST, Darrell. The political bases of citizen contacting: a cross-national analysis. **The American Political Science Review**, v. 9, n° 1, 1985.

ANEXO A: Amostra das pesquisas por país e ano

Abaixo, um quadro que informa o tamanho das amostras das pesquisas de opinião realizadas pelo LAPOP, com especificação por país e ano. O quadro é baseado em informações contidas no site da organização: www.vanderbilt.edu/lapop.

Tabela 1- Tamanho da amostra por país e rodada

Países	Tamanho da amostra				
	2004	2006	2008	2010	2012
Argentina	-	-	1486	1410	1512
Belize	-	-	1552	1504	1512
Bolívia	3073	3008	3003	3018	3029
Brasil	-	1214	1497	2482	1500
Canadá	-	601	2032	1500	1501
Chile	-	1517	1527	1965	1571
Colômbia	1479	1491	1503	1506	1512
Costa Rica	1500	1500	1500	1500	1498
El Salvador	1589	1729	1549	1550	1497
Equador	3000	2925	3000	3000	1500
Estados Unidos da América	-	609	1500	1500	1500
Guatemala	1708	1498	1538	1504	1509
Guiana	-	1555	2514	1540	1529
Haiti	-	1625	1536	1752	1836
Honduras	1500	1585	1522	1596	1728
Jamaica	-	1595	1499	1504	1500
México	1556	1560	1560	1562	1560
Nicarágua	1430	1762	1540	1540	1686
Panamá	1639	1536	1536	1536	1620
Paraguai	-	1165	1166	1502	1510
Peru	-	1500	1500	1500	1500
República Dominicana	-	1516	1507	1500	1512
Suriname	-	-	-	1516	1492
Trinidade e Tobago	-	-	-	1503	1506
Uruguai	-	1200	1500	1500	1512
Venezuela	-	1510	1500	1500	1500
Total	18474	34201	40567	43990	41632

ANEXO B: Variáveis indicadoras

(1) Descrição das variáveis indicadoras de participação política no “Barômetro das Américas”, “European Social Survey” e “Afro Barometer”.

A) “Barômetro das Américas”

* São usados os questionários das pesquisas de opinião do “Barômetro das Américas” aplicadas no Brasil, nas ondas de 2006/7, 2008, 2010 e 2012. A redação dessas variáveis não é idêntica às aplicadas nos demais países, contudo, são similares e buscam captar as mesmas questões. Algumas variáveis encontram-se ausentes em determinadas ondas e outras mudam de formato ou de nome ao longo dos anos. Esclarecimentos a respeito são feitos na exposição abaixo.

VB2. *O (a) senhor (a) votou nas últimas eleições presidenciais de 20xx?*

1. Sim, votou 2. Não votou 8. Não sabe/ não respondeu

PP2. *Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O (a) senhor (a) trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2006?*

1. Sim, trabalhou 2. Não trabalhou 8. Não sabe/ não respondeu

Agora, para falar de outra coisa, às vezes as pessoas e as comunidades têm problemas que não podem resolver por si mesmas e, para poder resolvê-los, pedem ajuda a algum funcionário ou órgão do governo.

Para poder resolver seus problemas, o (a) senhor (a) pediu ajuda ou cooperação alguma vez...?

CP2. *A algum deputado federal ou estadual?*

CP4. *A algum ministério/ secretaria, instituição pública ou órgão do estado?*

CP4a. *A alguma autoridade local (prefeito, autoridades militares)*

1. Sim 2. Não 8. Não sabe/ não respondeu

→ Para as ondas de 2004 e 2006

Agora vou fazer algumas perguntas sobre sua comunidade e os problemas que ela enfrenta...

CP5. *No último ano o (a) senhor (a) contribuiu para a solução de algum problema de sua comunidade ou dos vizinhos de seu bairro?*

1. Sim 2. Não 8. Não sabe/ não respondeu

→ Para as ondas de 2008, 2010 e 2012

CP5. *Mudando de assunto, nos últimos 12 meses o (a) senhor (a) contribuiu para a solução de algum problema da sua comunidade ou dos seus vizinhos de bairro? Por favor, me diga se fez isso pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca nos últimos 12 meses.*

1. Uma vez por semana 2. Uma ou duas vezes por mês 3. Uma ou duas vezes por ano
4. Nunca 88. Não sabe 98. Não respondeu

Agora vou ler uma lista de grupos e organizações. Por favor, diga se o (a) senhor (a) assiste às reuniões pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca.

CP8. *Um comitê, uma associação de bairro ou junta de melhoras para a comunidade?*

CPI3. *De um partido ou movimento político?*

Agora vamos falar de seu município...

NP1. O (a) senhor (a) assistiu a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores e/ ou prefeitura nos últimos 12 meses?

NP2. O (a) senhor (a) solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador, funcionário ou órgão da prefeitura nos últimos doze meses?

1. Sim 2. Não 88. Não sabe 98. Não respondeu

PP1. Durante as eleições, algumas pessoas tentam convencer outras para que votem em algum partido ou candidato. Com que frequência o (a) senhor (a) tentou convencer outras pessoas a votar em um partido ou candidato?

1. Frequentemente 2. De vez em quando 3. Muito raramente 4. Nunca
8. Não sabe/ não respondeu

→ Para as ondas de 2004, 2006 e 2008

PROT1. Alguma vez na sua vida o (a) senhor (a) participou manifestação ou protesto público? Participou algumas vezes, quase nunca ou nunca?

Para as ondas de 2010 e 2012

PROT3. Nos últimos doze meses, o (a) senhor (a) participou de alguma manifestação ou protesto público?

→ Somente em 2012

PROT6. Nos últimos doze meses, o (a) senhor (a) assinou alguma petição (abaixo-assinado)?

1. Sim 2. Não 88. Não sabe 99. Não respondeu

Para a realização dos testes de frequência e de análise fatorial no capítulo 2, em todas as variáveis foram designados casos válidos e casos inválidos. Todas as opções de respostas que indicam “não sabe” e “não respondeu” foram consideradas inválidas.

Considera-se como cidadão participativo aquele que respondeu uma das opções de resposta descritas abaixo, em cada uma das variáveis.

VB2: “Sim”;

PP2: “Sim”;

CP2: “sim”;

CP4: “sim”;

CP4A: “sim”;

CP5 (ondas 2004 e 2006/7): “sim”;

CP5 (ondas 2008, 2010 e 2012): “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

CP8: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

CP13: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês” ou “uma ou duas vezes por ano”;

NP1: “sim”;

NP2: “sim”;

PP1: “frequentemente”, “de vez em quando” ou “muito raramente”;

PROT1 (ondas 2004, 2006/7 e 2008): “algumas vezes” ou “quase nunca”;

PROT3 (ondas 2010 e 2012): “sim”;

PROT6: “sim”.

B) “European Social Survey” (ondas de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010)

Some people don't vote nowadays for one reason or another. Did you vote in the last [country] national⁹ election in [month/year]?

1 Yes 2 No 3 Not eligible to vote 8 Don't Know

*There are different ways of trying to improve things in [country] or help prevent⁹ things from going wrong. During the last 12 months, have you done any of the following?
Have you ...*

... Worn or displayed a campaign badge/sticker

...Boycotted certain products

... Deliberately bought certain products for political, ethical or environmental reasons

... Donated money to a political organisation or group

...contacted a politician, government or local government official?

...signed a petition?

...taken part in a lawful public demonstration?

1 Yes 2 No 8 Don't Know

Are you a member of any political party?

1 YES 2 NO 8 Don't Know

C) “AfroBarometer” (2002-3, 2005-6, 2008-9, 2011-12)

Here is a list of actions that people sometimes take as citizens. For each of these, please tell me whether you, personally, have done any of these things during the past year. If not, would you do this if you had the chance:

... Attended a community meeting?

... Attend a demonstration or protest march

... Used force or violence for political cause

0=No, would never do this, 1=No, but would do if had the chance, 2=Yes, once or twice, 3=Yes, several times, 4=Yes, often, 9=Don't, 98=Refused to Answer, -1=Missing Data

During the past year, how often have you contacted any of the following persons for help to solve a problem or to give them your views: A Local Government Representative?

... Contact local government representative

... Contact local government councillor

Note (wave 2005): “Local Government Councillor” in Botswana, Kenya, Malawi, Namibia, Nigeria, South Africa, Tanzania, Uganda, and Zambia; “District Chief Executive” in Ghana and

Mozambique; “Village Development Councillor” in Lesotho; “Conseiller Communal” in Benin, Madagascar and Mali; “Um deputado da Assembleia Municipal” in Cape Verde.

Note (wave 2008): Municipal/rural councilor in Benin, Burkina Faso, and Senegal; Local government councilor in Botswana, Cape Verde, Kenya, Nigeria, South Africa, Tanzania, Uganda, and Zambia; Assembly man/woman in Ghana, Community Councilor in Lesotho, Local government official in Liberia, Communal councilor in Madagascar and Mali, District commissioner in Malawi, Municipal Councilor/District administrator in Mozambique, Local authority councilor in Namibia; Elected local councilor in Zimbabwe.

... Contact regional government representative

... Contact official of a government ministry

... Contact political party official

Note (wave 2005): Question not asked in Zimbabwe.

0=Never, 1=Only once, 2=A few times, 3=Often, 9=Don't Know, 98=Refused to Answer, -1=Missing data

With regard to the most recent, [20xx] national elections, which statement is true for you?

1=You voted in the elections, 2=You decided not to vote, 3=You could not find the polling station, 4=You were prevented from voting, 5=You did not have time to vote 6= Did not vote for some other reason, 7=You were not registered 9=Don't Know/Can't remember, 98=Refused to Answer, -1=Missing

Note (wave 2005): Last national election was in 2000 in Senegal and Tanzania; 2001 in Zambia; 2002 in Cape Verde, Kenya, Lesotho, Madagascar, Mali, and Uganda; 2003 in Benin and Nigeria, 2004 in Botswana, Ghana, Malawi, Mozambique, Namibia, and South Africa; and 2005 in Zimbabwe.

Do you feel close to any particular political party?

0=No, (not close to any party), 1=Yes, (feels close to a party), 8=Refused to answer, 9=Don't know, -1=Missing data

2) Variáveis indicadoras de experiência e intolerância com corrupção no “Barômetro das Américas”.

A) Experiência com situações de pedido de propina

Agora queremos falar de sua experiência pessoal com coisas que acontecem na vida...

EXC2. *No último ano algum agente de polícia pediu ao senhor (a) uma propina (ou suborno)?*

EXC6. *No último ano um funcionário público solicitou ao senhor (a) uma propina (ou suborno)?*

0. Não 1. Sim 8. NS/NR

B) Intolerância a pagamento de propina

EXC18. *O senhor (a) acha que, da forma como as coisas estão, às vezes se justifica pagar uma propina (suborno)?*

0. Não 1. Sim 8. NS/NR

ANEXO C: Frequência e ranking de variáveis (participação política)

Posição geral/ País	Voto						Trabalho em campanha eleitoral						
	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média
1- Peru	-	91,8	88,5	-	90,6	90,3	1- Rep. Dominicana	-	20,0	18,1	19,9	16,8	18,7
2- Uruguai	-	88,9	88,2	93,5	89,9	90,1	2- Suriname	-	-	-	18,8	17,9	18,3
3- Equador	87,1	83,8	89,9	92,2	88,9	88,4	3- Haiti	-	15,4	14,3	15,5	17,9	15,8
4- Brasil	-	84,1	85,1	83,2	88,5	85,2	4- Uruguai	-	15,2	15,0	13,0	9,3	13,1
5- Bolívia	-	90,9	74,3	89,4	83,3	84,5	5- Costa Rica	16,2	11,2	13,9	12,2	10,8	12,8
6- EUA	-	89,3	72,6	84,3	85,5	82,9	6- Brasil	-	14,0	13,4	11,6	11,8	12,7
7- Argentina	-	-	78,5	75,2	88,7	80,8	7- Paraguai	-	12,1	11,7	14,8	11,6	12,5
8- Canadá	-	84,0	-	76,7	79,3	80,0	8- Colômbia	17,5	11,7	14,6	9,0	9,3	12,4
9- Belize	-	-	76,2	76,4	84,1	78,9	8- Nicarágua	13,8	10,9	14,9	11,5	11,1	12,4
10- Venezuela	-	76,8	81,8	68,6	82,2	77,3	9- Honduras	14,7	19,9	9,5	11,7	5,5	12,3
11- Chile	-	70,8	68,6	94,2	74,2	77,0	9- Panamá	11,3	12,8	12,9	12,9	4,8	10,9
12- Rep. Dominicana	-	80,3	77,3	76,1	70,6	76,0	11- EUA	-	-	-	13,4	8,1	10,7
13- Panamá	76,1	79,5	71,3	81,9	69,6	75,7	12- Belize	-	-	10,7	12,6	8,1	10,5
14- Guiana	-	78,1	71,8	71,2	78,9	75,0	13- Venezuela	-	13,2	8,6	11,2	7,9	10,2
15- Suriname	-	-	-	70,5	77,9	74,2	14- Guiana	-	10,1	7,3	9,0	13,3	9,9
16- México	76,0	71,3	75,4	71,0	67,6	72,3	15- Argentina	-	-	10,0	10,6	7,6	9,4
17- El Salvador	75,7	67,9	68,5	79,3	68,4	72,0	16- El Salvador	8,3	8,3	11,1	11,1	7,5	9,3
18- Nicarágua	75,3	61,2	71,8	69,3	79,9	71,5	17- Jamaica	-	6,8	11,4	8,8	8,2	8,8
19- Haiti	-	78,0	69,8	59,3	77,5	71,1	18- Equador	9,5	9,3	6,0	8,8	6,7	8,0
20- Trinidad e Tobago	-	-	-	69,4	69,0	69,2	18- Guatemala	9,8	3,8	9,3	9,3	7,6	8,0
21- Guatemala	64,5	56,5	73,3	69,0	78,7	68,4	19- Bolívia	-	-	8,7	8,3	5,7	7,6
22- Costa Rica	74,3	70,8	67,2	58,0	66,5	67,4	20- Trinidad e Tobago	-	-	-	9,0	6,1	7,5
23- Paraguai	-	67,6	71,9	66,9	60,6	66,7	21- México	7,6	7,4	7,1	8,0	4,2	6,9
24- Honduras	72,9	82,5	64,3	60,9	50,6	66,2	22- Peru	-	8,0	8,3	5,8	4,8	6,7
25- Colômbia	67,0	60,2	65,4	60,2	63,7	63,3	23- Canadá	-	-	-	4,9	3,9	4,4
26- Jamaica	-	48,0	64,7	57,2	61,5	57,8	24- Chile	-	3,8	2,6	3,0	2,0	2,8
Total	74,3	75,5	74,6	74,1	76,0	75,5	Total	12,0	11,2	10,9	10,9	8,8	10,5

Contato com deputado estadual ou federal							Contato com atores governamentais (ministério/ secretaria)						
Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %
1- EUA	-	-	18,2	22,9	20,1	20,4	1- EUA	-	-	25,0	24,9	26,3	25,4
2- Jamaica	-	19,0	15,7	15,2	19,2	17,3	2- Canadá	-	-	-	20,2	-	20,2
3- Trindade e Tobago	-	-	-	16,5	16,2	16,7	3- Trindade e Tobago	-	-	-	14,2	17,3	16,0
4- Canadá	-	-	-	16,4	-	16,4	4- Jamaica	-	14,8	13,6	13,6	18,1	15,0
5- Belize	-	-	9,0	10,4	11,9	10,4	5- Costa Rica	17,6	20,1	9,2	12,0	12,5	14,2
5- Panamá	20,2	10,5	5,6	9,1	6,6	10,4	6- Guiana	-	11,4	15,0	14,0	15,1	13,9
6- Rep. Dominicana	-	10,2	7,6	12,1	9,5	9,8	7- Argentina	-	-	16,0	13,0	10,2	13,0
7- Guiana	-	5,9	9,1	9,8	9,1	8,5	8- Belize	-	-	8,6	12,0	13,0	11,2
8- Suriname	-	-	-	7,7	9,1	8,4	8- México	14,2	12,2	8,3	12,4	8,9	11,2
9- Honduras	10,8	10,2	5,4	5,2	6,7	7,7	9- Uruguai	-	10,9	10,0	10,0	10,8	10,4
10- México	7,8	6,5	6,0	10,1	6,6	7,4	10- Suriname	-	-	-	11,8	7,9	9,8
11- Haiti	-	5,4	6,0	6,8	8,5	6,7	11- Colômbia	-	7,3	8,0	11,5	9,4	9,0
12- Brasil	-	7,9	8,0	4,0	4,7	6,3	12- Venezuela	-	12,4	8,3	7,8	6,9	8,8
13- El Salvador	8,0	6,0	4,7	5,7	6,8	6,2	13- El Salvador	10,5	9,4	6,2	10,7	6,6	8,7
14- Costa Rica	10,5	6,7	4,6	3,9	3,9	5,9	14- Panamá	12,7	5,9	7,5	5,0	6,4	7,5
15- Nicarágua	8,8	4,2	5,3	4,2	6,5	5,8	15- Brasil	-	8,1	10,7	5,2	5,3	7,4
16- Colômbia	11,0	4,3	4,1	5,3	4,0	5,7	16- Peru	-	9,1	6,6	6,9	6,1	7,1
17- Uruguai	-	7,1	4,8	5,9	4,2	5,5	17- Bolívia	-	-	8,1	-	6,0	7,0
18- Guatemala	8,0	3,0	5,2	5,4	5,3	5,3	18- Bolívia Rep. Dominicana	-	7,1	4,7	8,4	6,1	6,6
19- Bolívia	6,2	7,0	2,7	-	4,0	5,0	19- Chile	-	7,0	8,1	5,2	5,4	6,4
20- Venezuela	-	7,6	2,9	4,4	3,3	4,5	19- Guatemala	-	4,2	5,3	7,4	9,0	6,4
21- Paraguai	-	5,9	2,1	6,6	3,1	4,4	20- Equador	3,6	5,3	4,6	5,5	12,2	6,2
22- Chile	-	5,5	5,1	2,5	3,5	4,2	21- Nicarágua	8,5	2,9	5,1	6,3	6,7	5,9
23- Argentina	-	-	3,4	4,0	4,1	3,8	22- Paraguai	-	4,4	4,9	8,6	4,7	5,6
24- Peru	-	4,5	2,9	2,4	1,7	2,8	23- Haiti	-	4,1	5,5	3,6	7,9	5,2
25- Equador	2,0	1,0	1,8	2,3	3,9	2,2	24- Honduras	6,4	4,7	2,5	3,3	5,0	4,4
Total	9,3	6,9	6,0	7,9	7,3	8,0	Total	10,5	8,5	8,8	10,1	9,7	10,0

Contato com atores políticos locais (prefeito/ autoridades militares)							Ação em prol de melhorias na comunidade						
Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %
1- El Salvador	31,1	24,1	18,8	23,4	22,4	24,0	1- Paraguai	-	67,0	65,6	46,6	48,6	56,9
2- EUA	-	-	17,5	24,6	20,4	20,8	2- Haiti	-	37,1	56,4	56,1	57,1	51,2
3- Canadá	-	-	-	22,5	18,7	20,6	3- Rep. Dominicana	-	43,6	37,6	43,0	42,1	41,6
4- Guatemala	26,5	12,0	14,8	18,2	22,6	18,8	4- Jamaica	-	38,7	41,9	41,7	43,6	41,5
5- Chile	-	19,6	19,6	15,6	14,8	17,4	5- Peru	-	43,6	36,3	44,0	37,7	40,4
6- México	27,4	14,4	14,1	16,2	11,8	16,7	6- EUA	-	-	39,1	46,2	35,0	40,1
7- Colômbia	23,7	13,4	13,0	19,9	13,1	16,6	7- Equador	38,5	35,6	39,8	34,1	41,9	38,0
7- Trindade e Tobago	-	-	-	16,8	16,5	16,6	8- Bolívia	35,8	29,0	37,8	39,6	44,8	37,4
8- Brasil	-	17,5	20,5	15,7	12,2	16,5	8- Guatemala	34,0	31,2	37,5	43,2	41,2	37,4
9- Nicarágua	24,7	10,0	11,7	13,4	17,6	15,4	9- Venezuela	-	35,3	34,3	41,7	31,9	35,8
10- Paraguai	-	19,4	14,4	15,0	11,9	15,1	10- Honduras	37,1	44,6	31,9	25,8	37,0	35,2
11- Bolívia	14,1	22,1	12,4	-	11,4	15,0	11- Guiana	-	33,4	37,8	31,7	36,4	34,8
12- Jamaica	-	17,4	14,1	13,5	14,8	14,9	12- Canadá	-	-	-	39,0	30,3	34,6
13- Guiana	-	12,3	15,9	13,7	15,4	14,3	13- El Salvador	30,5	35,1	31,9	35,4	29,7	32,5
14- Haiti	-	7,2	10,0	18,0	21,1	14,0	14- Chile	-	33,6	24,5	28,3	37,7	31,0
15- Peru	-	16,7	12,8	11,7	11,6	13,2	15- Trindade e Tobago	-	-	-	30,7	31,2	30,9
16- Rep. Dominicana	-	13,6	11,7	15,8	10,5	12,9	15- México	32,1	30,8	28,8	34,7	28,5	30,9
17- Suriname	-	-	-	14,9	10,6	12,7	15- Suriname	-	-	-	33,9	28,0	30,9
18- Uruguai	-	13,5	13,5	12,7	10,2	12,4	16- Uruguai	-	35,3	29,5	28,3	30,4	30,8
18- Belize	-	-	10,9	13,3	12,9	12,4	16- Colômbia	32,6	32,3	28,9	29,5	30,5	30,8
19- Argentina	-	-	12,6	10,9	13,5	12,3	17- Costa Rica	34,0	37,3	31,3	27,8	20,9	30,2
20- Venezuela	-	13,6	11,8	11,7	11,1	12,0	18- Brasil	-	29,2	38,6	25,2	25,9	29,7
21- Costa Rica	21,9	12,9	8,1	8,6	7,8	11,9	19- Belize	-	-	31,4	30,4	27,0	29,6
22- Honduras	15,8	14,6	10,0	8,5	9,9	11,8	20- Panamá	37,9	27,3	26,5	31,6	24,3	29,5
23- Equador	-	8,6	11,6	7,6	14,1	10,5	21- Argentina	-	-	28,0	28,6	28,5	28,3
24- Panamá	10,2	7,9	8,4	5,9	8,8	8,24	22- Nicarágua	29,2	22,0	25,4	31,5	29,4	27,5
Total	21,7	14,5	13,4	14,7	14,0	14,9	Total	34,1	36,1	35,7	35,7	34,6	35,3

Assistir a reunião de associação de bairro							Assistir a reunião de partido político						
Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %
1- Bolívia	53,9	41,8	46,7	45,0	51,1	47,7	1- Suriname	-	-	-	48,5	38,5	43,5
2- Haiti	-	33,0	41,2	41,0	49,2	41,1	2- Rep. Dominicana	-	35,5	35,2	38,7	32,1	35,4
3- Canadá	-	47,6	50,0	26,6	24,9	37,3	3- Haiti	-	21,7	18,8	23,8	34,9	28,8
3- Peru	-	39,1	36,8	39,3	34,2	37,3	4- EUA	-	18,8	22,2	31,5	25,7	24,5
4- Guatemala	36,1	25,2	39,6	39,6	41,2	36,3	5- Belize	-	-	24,4	21,9	20,9	22,4
5- Rep. Dominicana	-	34,5	35,1	39,2	30,6	34,8	6- Jamaica	-	21,1	23,8	15,6	19,9	20,1
6- Venezuela	-	34,7	38,3	32,7	27,5	33,3	7- Colômbia	28,3	15,7	19,1	21,4	15,4	20,0
7- EUA	-	44,7	25,8	31,9	27,7	32,5	8- Nicarágua	20,1	15,9	19,4	18,4	23,0	19,3
8- Paraguai	-	22,4	30,8	35,3	30,2	29,6	9- Canadá	-	20,5	19,8	15,9	-	18,7
9- Honduras	40,5	31,5	26,3	24,2	22,6	29,0	9- Guiana	-	21,6	16,5	15,5	21,2	18,7
10- Guiana	-	35,1	25,3	26,3	24,1	27,7	10- Trindade e Tobago	-	-	-	18,8	17,1	17,9
11- Jamaica	-	28,3	32,8	24,8	25,3	27,8	10- Paraguai	-	10,0	20,0	20,7	21,0	17,9
12- Equador	28,4	30,6	26,6	25,9	26,2	27,5	11- Honduras	18,7	18,1	19,4	17,9	11,8	17,2
13- Nicarágua	26,6	23,5	26,2	31,1	28,9	27,2	12- Bolívia	27,9	16,4	8,3	15,3	10,0	15,6
14- México	31,4	27,7	27,6	27,8	21,3	27,1	13- Panamá	28,1	9,3	13,9	15,4	7,5	14,4
15- Colômbia	32,4	23,8	22,2	24,8	21,0	24,8	14- México	13,7	13,4	13,1	16,2	10,5	13,3
16- El Salvador	26,1	22,4	26,8	27,0	18,0	24,1	15- Venezuela	-	15,0	12,1	14,0	9,6	12,7
17- Panamá	32,8	21,9	21,1	22,4	13,5	22,3	16- Peru	-	16,9	11,2	11,8	7,5	11,8
18- Chile	-	21,1	22,7	18,7	20,5	20,7	16- Argentina	-	-	14,7	11,8	8,8	11,8
19- Trindade e Tobago	-	-	-	18,9	18,7	18,8	17- El Salvador	9,2	7,8	13,0	14,5	13,6	11,6
20- Costa Rica	18,9	18,2	23,8	18,4	13,9	18,6	18- Uruguai	-	11,2	11,7	16,3	6,7	11,4
21- Suriname	-	-	-	17,3	17,2	17,2	19- Guatemala	11,9	4,5	12,3	10,3	9,8	9,7
22- Belize	-	-	22,9	15,6	9,5	16,0	20- Brasil	-	8,1	10,4	7,1	6,9	8,4
23- Brasil	-	14,4	19,9	12,3	12,4	14,7	21- Equador	6,0	5,2	7,0	8,0	8,9	7,0
24- Argentina	-	-	17,3	14,8	8,8	13,6	22- Costa Rica	5,9	6,9	10,3	7,7	2,3	6,6
25- Uruguai	-	14,7	13,3	12,1	9,1	12,3	23- Chile	-	4,4	2,8	3,3	2,4	3,2
Total	32,7	28,9	29,1	26,6	24,1	26,9	Total	17,0	14,4	15,8	17,7	15,4	17,0

Assistir a audiência pública na Câmara Municipal/ Prefeitura							Contato com vereador/ atores governamentais locais						
Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %
1- Rep. Dominicana	-	22,9	16,8	27,3	18,3	21,3	1- Uruguai	-	23,8	19,7	18,9	16,2	19,6
2- EUA	-	24,0	14,6	24,9	19,7	20,8	2- Peru	-	21,2	17,1	14,2	15,7	17,0
3- Haiti	-	13,0	14,0	15,1	21,2	15,8	3- Chile	-	20,2	17,1	14,1	14,2	16,4
4- Canadá	-	18,5	-	15,8	12,2	15,5	3- México	18,4	17,9	15,8	16,4	13,9	16,4
5- Trindade e Tobago	-	-	-	14,0	14,1	14,0	4- El Salvador	12,2	20,0	15,6	14,5	15,8	15,6
6- Venezuela	-	13,3	14,6	14,6	13,2	13,9	4- Trindade e Tobago	-	-	-	15,5	15,8	15,6
7- Guatemala	17,3	7,4	14,0	15,7	15,0	13,8	5- Suriname	-	-	-	18,3	10,5	14,4
8- Belize	-	-	16,0	13,2	12,0	13,7	6- Guatemala	17,5	11,9	12,0	15,9	14,2	14,3
9- Suriname	-	-	-	13,0	13,9	13,4	6- Canadá	-	-	-	17,4	11,3	14,3
10- Honduras	15,1	18,5	10,3	8,8	13,5	13,2	8- Argentina	-	-	14,9	14,8	12,9	14,2
11- Guiana	-	14,0	11,0	12,8	12,6	12,6	8- EUA	-	-	12,0	14,9	15,7	14,2
11- Peru	-	14,7	12,3	11,6	12,0	12,6	9- Nicarágua	18,3	12,9	11,1	14,8	13,6	14,1
12- Bolívia	15,7	12,6	12,5	11,2	9,6	12,3	10- Haiti	-	10,2	9,7	15,1	21,3	14,0
13- Nicarágua	16,4	11,6	10,3	11,8	10,5	12,1	11- Rep. Dominicana	-	15,8	12,1	15,1	12,0	13,7
14- El Salvador	12,6	10,7	12,0	13,2	11,5	12,0	12- Costa Rica	19,7	19,3	10,0	8,8	9,6	13,5
15- Jamaica	-	9,4	13,8	11,5	11,2	11,5	13- Guiana	-	13,9	12,5	12,8	14,4	13,4
16- Colômbia	20,9	6,8	9,9	8,4	9,8	11,2	14- Brasil	-	12,2	16,9	11,2	11,2	12,9
17- México	12,8	9,6	9,9	9,4	7,4	9,8	15- Paraguai	-	-	10,6	15,6	11,8	12,6
18- Uruguai	-	10,7	10,4	7,5	9,0	9,4	16- Bolívia	15,0	13,3	12,1	11,1	10,3	12,4
19- Paraguai	-	9,0	6,5	12,0	9,3	9,2	17- Jamaica	-	12,6	13,0	12,3	10,4	12,1
20- Brasil	-	-	9,4	7,4	6,4	7,7	17- Colômbia	14,4	11,3	9,6	13,6	11,5	12,1
21- Equador	7,9	5,0	5,7	7,0	11,0	7,3	18- Belize	-	-	7,9	15,2	13,1	12,0
22- Costa Rica	7,1	8,3	6,6	6,9	5,1	6,8	19- Venezuela	-	13,4	12,2	11,6	9,5	11,7
23- Chile	-	9,0	6,9	4,0	4,1	6,0	20- Equador	12,4	10,8	10,2	12,4	7,2	10,6
24- Argentina	-	-	6,0	5,7	4,3	5,3	21- Honduras	12,3	13,5	7,8	6,5	9,6	9,9
25- Panamá	6,2	6,5	3,5	3,7	5,5	5,0	22- Panamá	12,9	9,6	7,3	5,1	6,3	8,2
Total	13,2	12,1	10,7	11,8	11,2	11,8	Total	15,3	14,9	12,5	13,7	12,6	13,7

Convencer os outros sobre a escolha do voto							Participar de protestos						
Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %	Posição geral/ País	2004	2006/7	2008	2010	2012	Média %
1- EUA	-	-	-	70,3	71,9	71,1	1- Bolívia	36,9	39,5	-	11,4	17,7	26,4
2- Canadá	-	-	37,4	47,5	53,4	46,1	2- Peru	-	28,6	31,9	12,2	13,1	21,4
3- Suriname	-	-	-	50,1	42,0	46,0	3- Canadá	-	32,8	37,4	5,1	5,3	20,1
4- Brasil	-	38,5	45,7	39,5	39,6	40,8	4- Haiti	-	25,2	-	17,2	16,8	19,7
5- Belize	-	-	41,8	40,6	39,8	40,7	5- EUA	-	29,4	-	13,6	6,9	16,6
6- Rep. Dominicana	-	48,8	40,5	33,5	37,1	40,0	6- Colômbia	25,7	19,1	22,4	6,8	8,7	16,5
7- Haiti	-	26,5	44,0	51,3	36,7	39,6	7- Uruguai	-	25,8	-	11,4	7,6	14,9
8- Peru	-	43,8	39,4	35,0	38,2	39,1	8- Costa Rica	15,0	17,2	19,7	5,4	4,9	12,4
9- Argentina	-	-	47,7	40,4	24,8	37,6	9- Paraguai	-	-	-	12,0	12,7	12,3
10- Guiana	-	47,2	26,6	25,4	45,6	36,2	9- Chile	-	21,1	-	4,7	11,1	12,3
11- Panamá	30,3	47,9	37,3	25,6	33,0	34,8	10- Equador	-	21,6	-	7,9	7,0	12,2
12- Honduras	25,2	30,9	59,2	26,9	28,4	34,1	11- Venezuela	-	23,9	-	8,2	3,7	11,9
13- Jamaica	-	36,2	44,2	23,2	30,5	33,5	12- Panamá	20,1	18,8	-	4,8	3,6	11,8
14- Venezuela	-	37,6	41,2	30,3	24,5	33,4	13- Argentina	-	-	-	15,4	8,1	11,7
15- Costa Rica	29,9	33,8	44,2	25,1	28,5	32,3	14- Nicarágua	18,2	9,0	-	9,8	8,2	11,3
16- Equador	31,5	29,5	33,9	25,0	33,5	30,7	15- México	14,0	14,6	16,4	6,4	3,8	11,0
17- Uruguai	-	30,2	29,5	35,2	25,0	30,0	16- Brasil	-	14,9	18,5	5,4	4,7	10,9
18- Bolívia	-	33,1	30,7	32,4	22,9	29,8	17- Guatemala	10,7	11,8	13,7	8,6	7,2	10,4
19- Chile	-	36,3	22,0	24,7	34,0	29,2	18- Belize	-	-	18,4	5,1	5,0	9,5
20- Trindade e Tobago	-	-	-	29,3	27,0	28,1	19- Rep. Dominicana	-	15,2	-	5,4	8,0	9,5
21- Guatemala	27,9	24,7	27,1	23,0	34,5	27,4	20- Honduras	9,0	14,5	-	6,6	6,3	9,1
22- Colômbia	27,3	23,0	27,9	25,7	29,7	26,7	21- Guiana	-	14,2	-	3,7	8,9	8,9
23- Paraguai	-	30,2	32,5	22,9	12,9	24,6	22- Trindade e Tobago	-	-	-	6,4	7,6	7,0
24- El Salvador	21,1	21,4	25,5	27,8	21,8	23,5	23- Jamaica	-	14,5	-	3,1	2,3	6,6
25- Nicarágua	18,6	29,8	30,8	15,8	19,7	22,9	24- El Salvador	6,1	8,6	-	4,3	3,6	5,6
26- México	24,6	26,0	25,2	19,8	17,6	22,6	25- Suriname	-	-	-	5,6	3,8	4,7
Total	26,3	33,8	36,3	32,5	32,8	34,6	Total	17,3	20,0	22,3	7,9	7,6	12,5

Assinar petição/ abaixo-assinado	
Posição/ País	2012
1- EUA	49,5
2- Canadá	33,1
3- Brasil	15,4
4- Uruguai	15,1
5- Belize	14,1
6- Equador	13,2
7- Argentina	12,7
8- Haiti	11,1
9- Paraguai	11,0
9- Guatemala	11,0
10- Peru	10,8
11- Colômbia	10,7
12- México	9,1
13- Venezuela	8,7
14- Trinidad e Tobago	8,3
15- Rep. Dominicana	7,4
16- Costa Rica	7,2
17- Chile	7,0
17- Nicarágua	7,0
18- Honduras	6,1
19- El Salvador	5,5
20- Panamá	5,1
21- Guiana	4,3
22- Suriname	2,6
23- Jamaica	2,1
Bolívia	-
Geral	11,5

Observações: Os dados inseridos nas tabelas acima são de nível individual, agregado por país e anos (onda) cobertos pelo “Barômetro das Américas”. Em cada tabela, a primeira coluna da esquerda contém a posição relativa dos cidadãos de cada país em relação ao total. As demais células informam o percentual de frequência. A coluna que indica “média” mostra o percentual médio, resultado da soma de todos os percentuais e a sucessiva divisão pelo número total de ondas. A linha “geral” contém as médias percentuais da atividade participativa em cada onda e a média do percentual médio de participação dos cidadãos de todos os países. Em todas as ondas foi aplicado um peso no banco de dados, a fim de atribuir a cada país um mesmo número de entrevistados, 1500.

Tabela 2- Frequência e *ranking* da variável sobre experiência com corrupção

2004			2006-7			2008			2010			2012		
Posição	País	Percentual		País	Percentual	Posição	País	Percentual	Posição	País	Percentual		País	Percentual
1°	Bolívia	25,4	1°	México	26,1	1°	Bolívia	23,7	1°	México	27,6	1°	Bolívia	23,6
2°	México	23,5	2°	Bolívia	24,2	2°	México	20,8	2°	Bolívia	22,5	2°	México	22,8
3°	Equador	19,7	3°	Peru	22,9	3°	Peru	20,5	3°	Peru	22,2	3°	Haiti	20,1
4°	Panamá	10,0	4°	Equador	21,6	3°	Guiana	19,5	4°	Paraguai	17,1	4°	Guatemala	19,4
5°	El Salvador	8,6	5°	Paraguai	18,1	4°	Argentina	18,8	5°	Haiti	16,5	5°	Peru	18,7
6°	Guatemala	8,3	6°	Venezuela	16,5	5°	Equador	16,0	6°	Guatemala	16,0	6°	Equador	18,6
7°	Honduras	6,5	7°	Haiti	14,9	6°	Paraguai	14,7	7°	Argentina	14,9	7°	Honduras	18,4
8°	Nicarágua	6,0	8°	Guiana	13,3	7°	Belize	14,5	8°	Guiana	14,1	8°	República Dominicana	17,1
9°	Costa Rica	5,7	9°	República Dominicana	12,9	8°	Haiti	13,9	9°	Equador	13,4	9°	Paraguai	15,5
10°	Colômbia	5,4	10°	Honduras	12,8	9°	Guatemala	12,5	10°	República Dominicana	12,7	9°	Guiana	15,5
-	-	-	11°	Guatemala	12,2	10°	Nicarágua	11,3	11°	Belize	12,3	10°	Argentina	11,5
-	-	-	12°	Costa Rica	11,2	11°	República Dominicana	11,2	12°	Venezuela	11,9	10°	Colômbia	11,5
-	-	-	13°	Nicarágua	9,1	12°	Costa Rica	10,5	12°	Honduras	11,1	11°	Trinidade e Tobago	11,3
-	-	-	14°	Panamá	8,0	13°	Honduras	9,5	13°	Nicarágua	8,8	12°	Belize	9,6
-	-	-	15°	El Salvador	7,8	14°	El Salvador	8,5	14°	Colômbia	7,9	13°	Venezuela	8,7
-	-	-	16°	Jamaica	7,7	15°	Jamaica	6,8	14°	Suriname	7,9	14°	Costa Rica	7,1
-	-	-	17°	Colômbia	5,9	16°	Colômbia	6,5	15°	El Salvador	7,7	15°	El Salvador	6,7
-	-	-	18°	Brasil	5,7	17°	Venezuela	6,4	16°	Costa Rica	7,3	15°	Suriname	6,7
-	-	-	19°	Uruguai	3,9	18°	EUA	5,7	17°	Brasil	6,7	16°	Nicarágua	5,9
-	-	-	20°	Chile	3,1	19°	Panamá	4,9	17°	Trinidade e Tobago	6,7	17°	Brasil	5,3
-	-	-	21°	Canadá	0,7	19°	Uruguai	4,9	18°	Jamaica	5,9	18°	Jamaica	5,1
-	-	-	22°	EUA	0,3	20°	Brasil	3,9	19°	Uruguai	5,5	19°	Uruguai	4,7
-	-	-	-	-	-	21°	Chile	2,4	20°	Panamá	5,3	20°	Panamá	4,0
-	-	-	-	-	-	22°	Canadá	0,0	20°	Chile	2,9	21°	EUA	3,2
-	-	-	-	-	-	-	-	-	20°	EUA	2,9	21°	Canadá	3,2
-	-	-	-	-	-	-	-	-	21°	Canadá	2,2	22°	Chile	2,7
Total		11,9 (1787)	Total		11,8 (3384)	Total		11,1 (4012)	Total		11,2 (4351)	Total		11,4 (4382)

Tabela 3- Frequência e *ranking* da variável sobre intolerância à corrupção

2006-7			2008			2010			2012		
Posição	País	Percentual	Posição	País	Percentual	Posição	País	Percentual	Posição	País	Percentual
1°	Guatemala	91,0	1°	Guatemala	91,1	1°	EUA	93,6	1°	Guatemala	95,2
2°	Brasil	89,2	2°	Honduras	91,0	2°	Canadá	93,5	2°	EUA	94,6
3°	Paraguai	87,7	3°	Panamá	89,7	3°	Guatemala	92,4	3°	Chile	92,9
4°	Honduras	85,9	4°	Venezuela	86,7	4°	Brasil	92,2	4°	Panamá	91,8
5°	Uruguai	84,7	5°	Costa Rica	85,7	4°	Chile	92,2	5°	Uruguai	91,7
6°	El Salvador	83,8	6°	Chile	85,1	5°	Honduras	90,6	6°	Venezuela	91,6
7°	Chile	81,8	7°	Brasil	84,5	6°	Uruguai	90,1	7°	Argentina	91,4
8°	Nicarágua	78,9	8°	Equador	83,7	7°	Venezuela	89,3	8°	Brasil	90,9
9°	Equador	78,8	8°	Peru	83,7	8°	Costa Rica	89,0	9°	El Salvador	90,6
10°	Panamá	78,3	9°	Uruguai	83,5	9°	Paraguai	87,9	10°	Honduras	88,3
11°	Peru	78,2	10°	Paraguai	82,2	10°	Panamá	87,6	11°	Costa Rica	87,4
12°	República Dominicana	77,7	11°	Equador	81,9	11°	Argentina	87,4	11°	Belize	87,4
13°	Venezuela	75,1	12°	Colômbia	78,9	12°	El Salvador	87,3	12°	Nicarágua	87,0
14°	México	73,4	13°	Bolívia	78,7	13°	Bolívia	85,8	13°	Peru	86,3
15°	Costa Rica	73,3	14°	República Dominicana	75,2	14°	Suriname	85,6	14°	Suriname	86,0
16°	Haiti	56,4	15°	México	72,8	15°	Nicarágua	85,0	15°	Paraguai	85,6
16°	Guiana	56,4	16°	Nicarágua	71,8	16°	Equador	84,4	16°	Bolívia	84,7
17°	Jamaica	44,4	17°	Argentina	71,4	17°	Peru	82,8	17°	República Dominicana	82,8
	-		18°	Belize	68,2	18°	República Dominicana	82,3	18°	Equador	80,5
	-		19°	Haiti	67,8	19°	Jamaica	80,9	19°	Colômbia	78,9
	-		20°	Guiana	63,0	19°	Colômbia	80,9	19°	Jamaica	78,9
	-		21°	Jamaica	61,3	20°	México	79,0	20°	México	78,2
	-			-		21°	Trinidad e Tobago	74,5	21°	Trinidad e Tobago	76,2
	-			-		22°	Belize	72,4	22°	Guiana	67,3
	-			-		23°	Haiti	68,2	23°	Haiti	46,1
	-			-		24°	Guiana	67,7		-	
Total		76,4 (20107)	Total		79,0 (25043)	Total		84,4 (30639)	Total		84,3 (29969)

Tabela 4- Frequência das modalidades de participação política

País de nacionalidade	Ativismo comunitário				Ativismo eleitoral				Contato com atores políticos e govern.				Comparecimento eleitoral				Ativismo de protesto			
	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012
México	44,42	44,29	46,35	37,05	35,51	35	32,59	26,28	28,65	24,68	29,90	24,74	71,09	74,74	70,17	66,60	13,91	16,35	6,34	11,54
Guatemala	41,32	52,73	58,71	56,06	27,44	34,53	32,38	41,22	21,83	23,34	27,53	31,08	56,34	72,43	68,22	78,66	11,48	13,33	8,51	15,97
El Salvador	45,29	45,77	48,58	40,61	28,34	35,77	37,23	32,6	37,13	29,89	34,45	31,13	67,73	68,37	79,29	67,40	8,62	omit.	4,32	8,15
Honduras	55,33	42,9	38,53	47,50	44,54	63,4	39,54	35,07	26,5	14,45	15,35	19,98	76,28	63,86	60,65	50,32	14,45	omit.	6,58	10,38
Nicarágua	37,91	40,52	47,21	43,95	40,3	43,9	32,08	35,95	20,43	18,96	22,08	26,58	61,18	71,75	69,22	79,80	8,97	omit.	9,81	13,34
Costa Rica	43,8	39,27	36,67	28,50	39,8	51,27	34,47	33,91	37,73	19,2	21,80	22,30	70,8	66,47	57,40	65,82	17,20	19,4	5,4	9,75
Panamá	37,63	33,92	39,84	30,76	54,43	44,34	36,65	35,17	19,08	15,76	15,30	14,39	79,49	71,09	81,51	66,38	18,68	omit.	4,82	7,00
Colômbia	omit.	41,05	42,36	41,27	omit.	40,59	39,38	39,55	omit.	23,15	29,48	23,41	omit.	65,07	59,83	63,03	19,05	22,16	6,84	16,80
Equador	43,57	47,54	43,64	50,73	34,05	37,51	31,05	37,87	17,02	17,45	16,91	25,13	83,79	89,53	92,13	88,27	21,13	omit.	7,76	16,87
Bolívia	omit.	58,26	56,22	63,66	omit.	37,26	40,82	30,69	omit.	21,31	10,52	19,86	omit.	73,83	89,06	80,92	39,49	omit.	11,35	17,53
Peru	59	51,53	56,47	51,87	50	44,6	40,40	41,07	34,07	25	23,60	24,20	91,73	88,47	omit.	90,40	28,47	31,73	12,13	18,67
Paraguai	70,64	68,52	57,99	57,28	35,62	43,65	37,22	30,2	21,8	20,33	26,63	20,33	59,23	60,12	66,18	60,07	omit*	omit.	11,98	19,67
Chile	43,31	36,28	37,36	45,06	38,43	23,12	26,45	34,64	31,91	29,21	23,54	23,37	70,73	67,65	62,99	67,49	21,09	omit.	4,64	14,79
Uruguai	41,67	35,87	33,73	35,25	37,92	37,67	42,87	30,29	34,33	31,8	30,40	27,18	88,92	87,6	93,40	89,75	25,75	omit.	11,4	19,71
Brasil	omit.	47,76	33,45	33,93	omit.	51,97	43,93	45,27	omit.	31,66	22,76	18,40	omit.	84,57	82,60	88,47	14,42	17,57	5,37	17,20
Venezuela	50,07	49,4	54,93	43,60	44,83	47,93	40,87	31,6	26,36	20,53	21,20	18,73	76,69	80,47	68,47	76,40	23,84	omit.	6,34	10,80
Argentina	omit.	33,11	34,54	32,54	omit.	52,15	44,89	29,96	omit.	25,71	24,33	24,40	omit.	77,32	73,90	88,23	omit.	omit.	15,04	17,20
República Dominicana	63,39	57,53	64,27	57,54	62,93	56,93	54,60	52,05	26,25	21,63	26,53	20,90	71,5	69,54	75,93	70,37	15,11	omit.	5,33	13,56
Haiti	49,85	68,49	69,01	73,24	42,58	52,28	60,52	55,07	17,35	18,1	24,40	29,93	76,98	69,08	58,98	77,03	24,31	omit.	16,89	22,91
Jamaica	50,91	55,9	51,86	54,33	45,89	53,9	33,78	42,6	32,54	29,55	27,93	32,67	46,46	63,98	56,78	60,93	11,60	omit.	3,12	4,07
Guiana	48,94	47,79	43,7	46,04	52,67	39,24	37,34	55,53	25,34	29,95	26,75	27,73	77,88	71,54	70,71	78,74	13,70	omit.	3,7	11,58
Trinidade e Tobago	omit.	-	39,38	40,82	omit.	omit.	41,19	37,31	omit.	omit.	27,22	28,91	omit.	omit.	68,73	68,53	omit.	omit.	6,57	13,92
Belize	omit.	45,23	40,76	36,97	omit.	51,1	52,39	49,47	omit.	20,04	27,26	26,46	omit.	75,52	76,13	83,80	omit.	17,72	4,99	17,53
Suriname	omit.	-	40,98	38,67	omit.	omit.	66,89	62,06	omit.	omit.	28,94	21,31	omit.	omit.	70,04	77,41	omit.	omit.	5,68	5,90

Tabela 5- *Ranking* de países por atividade participativa e por modalidade de participação política

Comp. eleitoral	Contato com atores políticos e governamentais					Ativismo comunitário			
	Voto/ Ranking	Deputados	Ator pol. local	Ator govern.	Vereador	Ranking	Associa. bairro	Ação comunit.	Audiências
Peru	1- EUA	1- El Salvador	1- EUA	1- Uruguai	EUA (3)	1- Bolívia	1- Paraguai	1- Rep. Dominicana	Haiti (3)
Uruguai	2- Jamaica	2- EUA	2- Canadá	2- Peru	Canadá (2)	2- Haiti	2- Haiti	2- EUA	Rep. Dominicana (2)
Equador	3- Trinidad e Tobago	3- Canadá	3- Trinidad e Tobago	3- Chile	Trinidad e Tobago (2)	3- Canadá	3- Rep. Dominicana	3- Haiti	
	4- Canadá	4- Guatemala	4- Jamaica	3- México		3- Peru	4- Jamaica	4- Canadá	
	5- Belize	5- Chile	5- Costa Rica	4- El Salvador		4- Guatemala	5- Peru	5- Trinidad e Tobago	
	5- Panamá	6- México	6- Guiana	4- Trinidad e Tobago		5- Rep. Dominicana	6- EUA	6- Venezuela	
	6- Rep. Dominicana	7- Colômbia	7- Argentina	5- Suriname		6- Venezuela	7- Equador	7- Guatemala	
	7- Guiana	7- Trinidad e Tobago	8- Belize	6- Guatemala		7- EUA	8- Bolívia	8- Belize	
	8- Suriname	8- Brasil	8- México	6- Canadá		8- Paraguai	8- Guatemala	9- Suriname	
	9- Honduras	9- Nicarágua	9- Uruguai	8- Argentina		9- Honduras	9- Venezuela	10- Honduras	
	10- México	10- Paraguai	10- Suriname	8- EUA		10- Guiana	10- Honduras	11- Guiana	
	11- Haiti	11- Bolívia	11- Colômbia	9- Nicarágua		11- Jamaica	11- Guiana	11- Peru	
	12- Brasil	12- Jamaica	12- Venezuela	10- Haiti		12- Equador	12- Canadá	12- Bolívia	
	13- El Salvador	13- Guiana	13- El Salvador	11- Rep. Dominicana		13- Nicarágua	13- El Salvador	13- Nicarágua	
	14- Costa Rica	14- Haiti	14- Panamá	12- Costa Rica		14- México	14- Chile	14- El Salvador	
	15- Nicarágua	15- Peru	15- Brasil	13- Guiana		15- Colômbia	15- Trinidad e Tobago	15- Jamaica	
	16- Colômbia	16- Rep. Dominicana	16- Peru	14- Brasil		16- El Salvador	15- México	16- Colômbia	
	17- Uruguai	17- Suriname	17- Bolívia	15- Paraguai		17- Panamá	15- Suriname	17- México	
	18- Guatemala	18- Uruguai	18- Rep. Dominicana	16- Bolívia		18- Chile	16- Uruguai	18- Uruguai	
	19- Bolívia	18- Belize	19- Chile	17- Jamaica		19- Trinidad e Tobago	16- Colômbia	19- Paraguai	
	20- Venezuela	19- Argentina	19- Guatemala	17- Colômbia		20- Costa Rica	17- Costa Rica	20- Brasil	
	21- Paraguai	20- Venezuela	20- Equador	18- Belize		21- Suriname	18- Brasil	21- Equador	
	22- Chile	21- Costa Rica	21- Nicarágua	19- Venezuela		22- Belize	19- Belize	22- Costa Rica	
Honduras	23- Argentina	22- Honduras	22- Paraguai	20- Equador	Honduras (3)	23- Brasil	20- Panamá	23- Chile	
Colômbia	24- Peru	23- Equador	23- Haiti	21- Honduras	Equador (3)	24- Argentina	21- Argentina	24- Argentina	Panamá (2)
Jamaica	25- Equador	24- Panamá	24- Honduras	22- Panamá	Panamá (2)	25- Uruguai	22- Nicarágua	25- Panamá	Argentina (3)

APÊNDICE D- Valores preditos

Tabela 1- Valores preditos de um perfil social específico, considerando todas as rodadas das pesquisas de opinião e todas as modalidades de participação política

País de nacionalidade	Ativismo comunitário				Ativismo eleitoral				Contato com atores políticos e govern.				Comparecimento eleitoral				Ativismo de protesto			
	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012	2006-7	2008	2010	2012
México	76,19	74,34	75,54	68,35	62,89	62,59	58,14	50,40	63,00	58,82	61,02	50,92	92,39	92,67	90,12	87,58	46,25	63,47	17,34	35,74
Guatemala	72,93	81,97	84,23	84,69	57,24	65,09	63,43	65,38	52,90	56,49	57,50	55,92	87,89	92,64	90,62	94,31	48,18	64,14	27,01	48,07
El Salvador	77,26	76,81	78,17	74,24	57,83	65,15	66,27	61,38	72,02	65,52	67,83	60,97	91,36	90,6	94,63	88,16	36,90	omit.	13,93	31,02
Honduras	84,17	74,91	69,76	78,94	74,28	86,53	69,75	59,81	62,45	45,97	40,77	44,37	95,39	90,4	87,89	77,76	54,75	omit.	24,12	37,57
Nicarágua	72,59	72,08	77,77	76,22	71,51	72,16	63,12	63,54	52,75	49,35	52,87	54,13	90,61	93,6	92,74	94,32	40,08	omit.	29,91	43,91
Costa Rica	75,06	69,57	67,55	60,19	67,32	77,70	63,60	61,73	72,67	51,94	52,30	49,34	91,19	89,23	83,68	86,14	54,07	69,49	18,63	34,15
Panamá	69,99	64,47	70,20	64,55	80,10	71,77	65,34	62,71	47,86	44,25	40,63	33,65	95,25	90,95	94,98	88,58	60,36	omit.	15,96	25,31
Colômbia	omit.	74,22	73,91	75,81	omit.	70,71	68,87	63,06	omit.	58,60	63,57	52,84	omit.	89,45	85,39	87,28	omit.	71,71	21,58	45,98
Equador	74,61	77,85	73,90	78,96	61,35	66,74	58,25	62,43	47,39	47,06	43,29	50,15	96,00	97,79	98,22	96,68	55,62	omit.	21,98	43,12
Bolívia	omit.	82,99	83,00	86,81	omit.	64,01	67,78	54,47	omit.	49,38	31,77	43,87	omit.	92,96	97,58	94,19	omit.	omit.	29,20	44,62
Peru	83,55	79,85	82,33	80,98	74,71	71,49	66,81	64,68	66,02	57,85	53,99	50,33	98,20	97,08	omit.	97,41	65,32	77,28	28,45	47,77
Paraguai	90,45	90,52	84,10	84,18	62,64	70,51	65,98	55,22	54,12	55,81	60,27	44,34	87,55	86,71	88,48	83,78	omit.	omit.	31,49	51,34
Chile	75,78	69,81	70,02	77,27	65,36	48,61	53,03	59,54	69,35	66,97	58,02	55,57	89,01	87,39	83,96	83,82	59,20	omit.	14,68	43,12
Uruguai	76,60	69,07	66,80	69,54	66,34	65,11	72,24	56,45	72,45	70,74	66,47	58,39	97,26	96,44	98,29	96,62	67,14	omit.	35,56	56,39
Brasil	omit.	78,88	66,60	69,33	omit.	80,45	74,53	71,45	omit.	67,80	55,48	47,58	omit.	96,9	95,87	96,53	omit.	70,99	19,83	49,48
Venezuela	81,95	80,74	82,73	76,11	70,68	76,16	69,26	58,12	64,10	57,91	52,60	42,63	94,35	94,72	88,81	90,23	58,87	omit.	24,13	34,99
Argentina	omit.	64,59	68,24	67,59	omit.	77,58	72,70	57,49	omit.	62,73	56,56	54,25		94,41	94,04	96,65	omit.	omit.	41,42	50,23
República Dominicana	87,91	85,55	87,57	83,89	85,93	82,87	80,45	76,43	61,26	55,37	58,75	46,53	92,38	90,67	92,88	88,68	51,44	omit.	15,87	39,01
Haiti	76,20	88,79	87,02	90,81	66,54	76,64	84,79	77,13	34,43	41,83	51,64	55,78	92,85	91,12	84,83	93,18	62,31	omit.	42,37	54,07
Jamaica	77,22	79,83	80,19	82,74	73,76	78,69	61,18	70,02	63,06	62,48	59,89	62,21	75,59	85,37	80,94	83,69	41,45	omit.	10,55	16,65
Guiana	75,35	73,99	70,95	75,42	76,88	66,27	63,43	76,93	53,04	61,16	55,31	53,78	94,28	91,66	90,78	93,19	49,87	omit.	10,62	31,13
Trinidade e Tobago	omit.	omit.	68,55	74,53	omit.	omit.	68,34	65,60	omit.	omit.	56,76	59,86	omit.	omit.	88,47	86,74	omit.	omit.	21,34	42,51
Belize	omit.	78,29	71,48	69,15	omit.	80,02	77,44	75,09	omit.	51,93	61,94	51,81	omit.	95,41	93,07	94,30	omit.	70,97	15,20	51,76
Suriname	omit.	omit.	70,06	66,77	omit.	omit.	85,58	80,23	omit.	58,82	62,13	44,71	omit.	omit.	88,36	91,84	omit.	omit.	15,51	22,33